

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

RENATA SOUZA GONÇALVES

O trauma decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil: da desumanização à continuidade na (in)diferença

SÃO PAULO

2024

RENATA SOUZA GONÇALVES

**O trauma decorrente da escravização da população negra africana e
negradescendente no Brasil: da desumanização à continuidade na
(in)diferença**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com apoio da CAPES e da FUSP, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra

SÃO PAULO

2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gonçalves, Renata Souza.

O trauma decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil: da desumanização à continuidade na (in)diferença/ Renata Souza Gonçalves; orientador Pedro Eduardo Silva Ambra. -- São Paulo, 2024.

131 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Trauma; 2. Psicanálise; 3. Racismo; 4. Escrivência; 5. Imagens. I. Ambra, Pedro Eduardo Silva, orient. II. Título.

Nome: GONÇALVES, Renata Souza

Título: O trauma decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil: da desumanização à continuidade na (in)diferença.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Neusa dos Santos Souza, de quem estou unida e separada pelo trauma psíquico.

A Thaluana Caroline Santos do Carmo, por me ensinar que viver é um ato político.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Ambra, meu orientador, pela confiança e incentivo em diferentes etapas da minha trajetória acadêmica. Minha sincera gratidão pelo acolhimento, pela escuta preciosa e pelo entusiasmo com o qual constrói conhecimento. Agradeço pelas contribuições precisas à pesquisa e a amizade!

Ao Prof. Dr. Roberto Garcia, pelos ensinamentos e trocas inesquecíveis (*in memoriam*).

À Prof^a Dr^a Conceição Evaristo, pelo compromisso em escrever as nossas histórias. Gratidão pela caminhada corajosa e pelos ensinamentos compartilhados com firmeza e integridade durante tantos encontros inestimáveis. Também considero a acolhida em um grupo tão primoroso e que se constitui como uma das experiências mais significativas da minha história. A força de sua presença e de suas palavras alimenta as nossas vozes coletivas!

Agradeço ao artista José Eustáquio Neves de Paula pela disponibilidade e gentileza com as quais me recebeu, possibilitando a inserção de suas fotografias na presente pesquisa.

À Prof^a Dr^a Maria Ribeiro e ao Prof. Dr. Fábio Bispo, pelo diálogo ímpar e contribuições generosas durante a defesa desta pesquisa.

À Prof^a Dr^a Clélia Prestes e à Prof^a Dr^a Andréa Guerra, presentes no exame de qualificação, pelas contribuições significativas a esta investigação.

Ao Diego Plácido pela generosidade e confiança com a qual me apoiou no meu processo de ingresso no mestrado e no percurso que segue a ele.

Ao grupo de orientação do mestrado pelos aprendizados: Gustavo Soares, Gabriela Rodrigues, Caio Pandini, Lucas Labanca, Camila Geoffroy, Marília Calderón, Aline Nakamura, Giovanna Maiuri, Jayne Pereira e Luz Lopez. A Giovanna Scarpari, pelas trocas memoráveis, cumplicidade e amizade. Sou grata por cada encontro excepcional!

Meus sinceros agradecimentos ao Rodrigo de Moura, amigo querido, pelos diálogos imensuráveis e parceria. Também agradeço pelas leituras valiosas e por contribuir significativamente com as minhas produções textuais.

Ao João Antônio Gonçalves, pela amizade, pelas risadas e pelas lembranças indescritíveis.

Ao Rodrigo Silva, pelo empenho com o qual tem fomentado o Grupo de Estudos para Mestrados em Psicologia na USP, uma prática transformadora, e por me auxiliar no processo de pesquisa.

A Eliane Fernandes e Carolina Machado, pelas trocas singelas e por me auxiliarem na construção deste trabalho. Também agradeço aos parceiros Carolina Mourão e Carlos Souza pelos diálogos afáveis.

A Liamar Oliveira, pelas trocas afetivas e zelo.

A Tahamy Pereira, Clarice Paulon, Paula Camarão, João Pedro Queiroz, André Kohan, Ricardo Marinho e Augusto Ismerin, do Grupo de Investigação Território e Subjetividades, por todo conhecimento e construção coletiva de trabalhos potentes.

Aos amigos e companheiros do grupo de estudos *Escrevivência: corpus estético(s) em diferença*, Brunna Amício, Blenda Souto, Cajota Domingues, Carla Maria da Silva, Georgeton Silva, Géssica da Silva, Júlia Batista e Stefani Souza, por todo aprendizado, afeto e alegria. Estendo esses agradecimentos ao João Vitor de Paula, a quem aprecio o cuidado e a irmandade. Também sou grata a Débora Medeiros e a Viviane Nogueira, pelo aconchego das palavras e auxílio na minha produção textual.

A Calila das Mercês, pela escuta amistosa, pelos ensinamentos e por trançar esperança.

A Ludmilla Lis, por me apresentar à (foto)escre(vivência), pelas considerações ternas e pelos abraços afetuosos.

Ao Daniel Souza, pela estima com a qual recebeu o grupo de estudos em *Escrevivência* e pelas palavras gentis semeadas nos nossos caminhos. Também agradeço à Dona Raimunda Rodrigues dos Santos, a Maria Leonor de Calasans, ao Jorge Soares e ao Richard Klaus, pelo apoio e acolhida.

À minha querida amiga Jordânia Araújo, por toda partilha, pelos abraços aconchegantes e pelo entusiasmo para com as nossas vidas. O seu companheirismo me fortalece!

A Rutimar de Jesus, irmã de afetos, pelo olhar atento, pelos conselhos precisos e por participar da minha trajetória acadêmica.

Ao Paulo Bueno, pelas contribuições, incentivo e escuta afável. Obrigada por fortalecer as nossas caminhadas!

A Nathália Machado, Thainá Oliveira, Margarida Campos e Priscilla Santos, pelo auxílio na minha preparação para o mestrado. A Beatriz Couto, pelo apoio e conversas fecundas.

A Fabiana Cristina da Luz, por zelar pela vida de nossas mulheres negras.

Sou grata a Vilma Neres Bispo, pelas trocas sobre a (foto)escre(vivência).

A Nathalia Quarz Magalhães, animadora cultural do Sesc Ipiranga, pelas orientações e material compartilhado. Aos educadores do Sesc Rio Preto, Bárbara de Oliveira Moura e Gabriel Onha, pelas contribuições à pesquisa a partir das visitas guiadas.

Agradeço ao Daniel Souza, um dos idealizadores do *Projeto Olhos Negros*, por me auxiliar na procura por imagens. Prolongo esse agradecimento aos fotógrafos Rafael Fernando Serrão Chaves, Júlio Cesar Almeida e Matheus Alves, pelos diálogos e apresentação de seus trabalhos.

A Cristina Lima, pela revisão dos textos, pelas trocas genuínas e confiança.

A Lúcia Ricarte, com quem aprendi a desenhar as palavras.

À minha família, pelos esforços contínuos para que a minha vida seja possível.

Aos meus pais Alessandra e José Renato, por sonharem os meus sonhos.

Diariamente, celebro as suas vidas!

A Pitty, pela companhia e amor.

A Liliana Souza e Silva e Martins Grossmann, coordenadores da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência do Instituto de Estudos Avançados, pelo apoio institucional.

Ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia, trabalhadores(as) e professores(as), pelo apoio institucional e pela aposta no conhecimento. A Teresa Cristina Peres, pelo auxílio contínuo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), por subsidiarem a realização desta pesquisa.

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, 2008)

RESUMO

GONÇALVES, R. S. **O trauma decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil: da desumanização à continuidade na (in)diferença.** 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Esta pesquisa analisa, a partir de imagens, a incidência coletiva da neurose traumática decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil e do seu legado aterrorizante. Para tanto, foi realizada uma análise da neurose traumática em Freud, onde se observou o impacto da compreensão de um fenômeno social sobre a metapsicologia, e uma busca por imagens que pudessem contribuir com uma leitura dessa experiência a partir da realidade brasileira. Inicialmente, esse processo ocasionou o contato com um conjunto de obras nas quais predominam o olhar do “outro sobre o outro”, demonstrado através da desumanização da população negra e da espetacularização das violências coloniais que a acometem. Em recusa a essa perspectiva, foi realizada uma nova pesquisa, que teve como critério a inserção de imagens de autoria negra e, ao final, favoreceu a seleção de séries de fotografias do artista brasileiro Eustáquio Neves. O discurso crítico, o compromisso de resgatar a história da população negra no Brasil e a relevância social contribuem para que essas obras sejam interpretadas como (foto)escre(vivências), isto é, um tipo de enquadramento de autoria de profissionais negros que partilha de princípios comuns à escrituragem proposta por Conceição Evaristo. Seguindo a metodologia gonzaleana, a análise das séries *Boa aparência* (2000), *Cartas ao mar* (2015) e *Outros navios* (2022) possibilitou a associação com as três dimensões do trauma psíquico: o choque violento, a separação e a atemporalidade, respectivamente. Como resultado, constatou-se a reatualização da experiência traumática em meio às circunstâncias de vida de homens negros; a separação como um tipo de morte; e a (foto)escre(vivência) como um meio de elaboração psíquica, vista notadamente na passagem do apagamento de pessoas negras para a produção de ausências nas imagens. Diante disso, além de denunciar a continuidade de violências análogas às do período escravagista e as suas repercussões psíquicas, a investigação realizada pode fomentar discussões na psicologia e na psicanálise, o que é fundamental, diante do atraso histórico desses campos no que diz respeito ao estudo das relações étnico-raciais no Brasil.

Palavras-chave: Trauma. Psicanálise. Racismo. Escrituragem. Imagens.

ABSTRACT

GONÇALVES, R. S. **The trauma resulting from the enslavement of the black African and black-descendant population in Brazil: from dehumanization to continuity in (in)difference.** 2024. Master's Dissertation (Master in Social Psychology) – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2024.

This research analyzes, through images, the collective incidence of traumatic neurosis resulting from the enslavement of the black African and black-descendant population in Brazil and its terrifying legacy. For this purpose, an analysis of traumatic neurosis in Freud was carried out, observing the impact of the reading of a social phenomenon on metapsychology, and a search for images that could contribute to an understanding of this experience from the Brazilian reality. Initially, this process led to contact with a set of works in which the gaze of the "other on the other" predominates, demonstrated through the dehumanization of the black population and the spectacularization of the violence that affects them. In refusal to accept this perspective, a new study was conducted, using as a criterion the inclusion of images by black authors and, in the end, favoring the selection of a series of photographs by the Brazilian artist Eustáquio Neves. The critical discourse, the commitment to recovering the history of the black population in Brazil, and the social relevance contribute to these works being interpreted as "(foto)escre(vivência)", that is, a framing authored by black professionals that shares common principles with the "escrevivência" proposed by Conceição Evaristo. Following the Gonzalean methodology, the analysis of the series *Good looking* (2000), *Letters to the Sea* (2015), and *Other ships* (2022) made it possible to associate them with the three dimensions of psychic trauma: violent shock, separation, and timelessness, respectively. As a result, it was possible to see the re-actualization of the traumatic experience amidst the life circumstances of black men, separation as a kind of death, and "(foto)escre(vivência)" as a means of psychic elaboration, seen notably in the shift from the erasure of black people to the production of absences in the images. Therefore, in addition to denouncing the perpetration of violence analogous to that of the slavery period and its psychic repercussions, this research can encourage discussions in the fields of psychology and psychoanalysis, which is fundamental given the historical backwardness of these fields of research about the study of ethnic-racial relations in Brazil.

Keywords: Trauma. Psychoanalysis. Racism. Escrevivência. Images.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro <i>Loja de Rapé</i> , de Jean-Baptiste Debret (século XIX)	31
Figura 2 - <i>Todos negros</i> , de Luiz Morier (1982).....	31
Figura 3 - <i>Boa aparência</i> , de Eustáquio Neves (2000)	83
Figura 4 - <i>Boa aparência</i> , de Eustáquio Neves (2000)	84
Figura 5 - <i>Boa aparência</i> , de Eustáquio Neves (2000)	85
Figura 6 - <i>Cartas ao mar</i> , de Eustáquio Neves (2015)	96
Figura 7 - <i>Outros navios</i> , de Eustáquio Neves (2022)	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	24
2.1	GERAL	24
2.2	ESPECÍFICOS.....	24
3	MÉTODOS E PERCURSO METODOLÓGICO	25
3.1	A NEUROSE TRAUMÁTICA NA CULTURA BRASILEIRA	25
3.1.1	A escolha das imagens	31
3.2	ENQUADRAMENTOS	36
3.3	(FOTO)ESCRE(VIVÊNCIA): UMA FERRAMENTA DISCURSIVA DE AUTORIA DE PROFISSIONAIS NEGROS	41
3.3.1	Eustáquio Neves	44
4	DA DESUMANIZAÇÃO À CONTINUIDADE NA (IN)DIFERENÇA	46
4.1	A INSTAURAÇÃO DA COLONIALIDADE/MODERNIDADE E DA ESCRAVIZAÇÃO.....	46
4.2	RAÇA E RACISMO NO BRASIL: DA INSCRIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA DIFERENÇA.....	55
5	TRAUMAS	63
5.1	O ESTATUTO DO TRAUMA PSÍQUICO NA PSICANÁLISE FREUDIANA ...	63
5.2	A NEUROSE DE GUERRA E O NOVO DUALISMO PULSIONAL.....	70
6	NEUROSE TRAUMÁTICA: UM EFEITO PSÍQUICO DA ESCRAVIZAÇÃO 76	
6.1	ANAMNESE	76
6.2	I SESSÃO DE ANÁLISE: O CHOQUE VIOLENTO.....	83
6.3	II SESSÃO DE ANÁLISE: A SEPARAÇÃO	96
6.4	III SESSÃO DE ANÁLISE: ATEMPORALIDADE	106
7	DESPEDIDA	112
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXO	130

1 INTRODUÇÃO

Cada palavra, cada frase e cada acento acrescentados a esta pesquisa foram costurados cuidadosamente durante o tempo em que estive mestranda no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), embora o tema eleito transcenda essa experiência. Esse fato dialoga com a perspectiva que antecede o início deste trabalho e o que segue à despedida: discussões sobre a *neurose traumática* vivenciada pela população negra africana e negradescendente¹ em decorrência da *escravização* no Brasil são intermináveis. Afinal, o silenciamento em torno desse acontecimento, a ausência de reparações históricas e a perpetuação do *racismo* não se resumem a um capítulo da constituição do país.

Assim, a partir de imagens, analiso a incidência coletiva da neurose traumática decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil e do seu legado aterrorizante. Este objetivo desdobra-se de outra proposição, apresentada no exame de qualificação², quando propus discutir a transmissão transgeracional do trauma oriundo da escravização da população negra no Brasil, à luz do *Supereu*. Devido ao tempo de duração do mestrado, inferior ao que esse tema exigiria, e à possibilidade de acrescentar mais imagens à investigação para direcionar as discussões, optei por reformular o problema de pesquisa.

Em acordo com Achille Mbembe (2018a), considero a escravização um regime que se utiliza de mecanismos de captura, esvaziamento e objetificação de determinados corpos para concebê-los como mercadorias e, nessa condição, comercializá-los, trocá-los, castigá-los e destituí-los das próprias produções – sejam elas oriundas do trabalho, os filhos ou as obras intelectuais. Fatos como esses, assim como a capacidade de modificar de maneira incontornável qualquer relação

¹ Este termo adotado ao longo da pesquisa foi proposto por Rosana Paulino (2011).

² Essa etapa foi realizada no dia 22 de julho de 2022, e contou com a presença da Prof^a Dr^a Clélia Prestes e da Prof^a Dr^a Andréa Guerra. O texto encaminhado para o exame de qualificação continha três imagens (uma pintura e duas fotografias) que retratavam violências contra pessoas negras em séculos distintos. Diante das leituras possíveis de serem realizadas a partir delas e dos dilemas que envolvem as pesquisas teóricas, inclusive à luz da psicanálise, a Prof^a Dr^a Andréa Guerra sugeriu a incorporação e estudo de séries de imagens.

estabelecida por quem é submetido a ele, inclusive consigo mesmo, reiteram o caráter aterrorizante desse regime e do que segue a ele.

Como a escravização da população negra se distingue da exploração de outros grupos por conta dos atributos negativos associados à cor da pele (Fanon, 2008; Grosfoguel, 2016), a discussão proposta nesta pesquisa também implica no estudo do racismo. Definido por Ta-Nehisi Coates (2015, p. 21) como “[...] uma experiência visceral, que desaloja cérebros, bloqueia linhas aéreas, esgarça músculos, extrai órgãos, fratura ossos, quebra dentes”, o racismo desorganiza quem o vivencia de maneira insuperável e constante. E, nessa condição, coube refletir sobre quais aportes epistemológicos auxiliam no relato e análise dessa experiência.

Compreendo que uma chave de leitura relevante em referência aos efeitos mencionados é a de *trauma psíquico*, um dos objetos de investigação clínica que culminou no surgimento da psicanálise (Freud, 2016 [1893-1895]). A partir das obras completas de Sigmund Freud e de seus comentadores, o trauma pode ser descrito como uma resposta frente a um acontecimento violento e que se destaca pela intensidade, pela incapacidade do sujeito de reagir adequadamente a ele, pelo transtorno promovido e pelos efeitos patogênicos contínuos na organização psíquica (Laplanche; Pontalis, 2001). Apesar do nome singular, essa resposta que é, na verdade, um processo inacabado, contempla diferentes vertentes ou acepções (Favero, 2009; Cardoso, 2011), a depender da perspectiva.

Constituindo um longo período de produção teórica do autor, as diferentes interpretações sobre o trauma têm em comum a importância conferida às experiências dizíveis e indizíveis, como é possível observar em *Além do princípio do prazer* – texto escrito por Freud (2010 [1920]) e de grande relevância para o estudo da *teoria da neurose traumática*, vertente à qual me dedico. Isso contribui para que, dentre os conceitos psicanalíticos, o trauma se apresente como aquele que melhor denuncia a qualidade destrutiva do evento que o ocasionou, mesmo quando há a passagem do tempo e, em algumas circunstâncias, a presença de novas gerações, como acontece com a escravização.

Por me incluir neste cenário, reconheço que, além dos fatos citados, algumas experiências, de início, pessoais, foram decisivas para a seleção do tema, começando com uma questão comum às famílias negras: as lacunas. Esse vazio que preenche ou, melhor dizendo, compõe as histórias de muitas gerações, sobretudo aquelas que

não tivemos a oportunidade de conhecer, por vezes, faz com que alguns fatos se confundam com mitos ou que dados preciosos como as próprias origens sejam desconhecidos. Dessas narrativas, resta o pensamento de que, talvez, uma das vivências que nos separa e nos aproxima é o trauma psíquico. Seria essa uma das maiores marcas das famílias negras frente à destruição incessante dos nossos corpos pretos?

A impossibilidade de responder a essa questão de uma única forma acompanha a minha tentativa de nomear a experiência de ter sido a única estudante negra de uma turma do curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesse espaço, fundamental para eu me “tornar negra”, tal como Neusa Santos Souza (2021) descreve, me senti não-familiar no olhar de quem circulava por cada ambiente da instituição com liberdade.

Como resultado do meu encontro com outros discursos a respeito de um fenômeno social e dos novos campos de interesse, no meu trabalho de conclusão de curso busquei compreender de que maneira os não-ditos em torno da História do Brasil repercutem nos processos identificatórios das mulheres negras³. Para isso, entrevistei três mulheres negras de diferentes faixas etárias e regiões da cidade de São Paulo. A *análise de conteúdo*⁴ das narrativas evidenciou a repercussão de algumas das circunstâncias históricas estudadas em suas vidas, assim como ressaltou a importância da linguagem para a construção de autonomia.

Durante um período da elaboração desse trabalho, estudei na Universidade de Coimbra, em Portugal. A instituição, fundada em 1290, ou seja, antes da invasão ao Brasil, foi uma referência importante para a elite intelectual brasileira no período colonial e, atualmente, conta com um contingente significativo de estudantes brasileiros. Naquele momento, eu procurava entender se a *colonização* e, sobretudo, a escravização da população negra africana e negradescendente, principalmente no território brasileiro, era objeto de discussão no país e em uma de suas universidades mais prestigiadas. Haveria um compromisso ético-político da sociedade portuguesa em relação às violências cometidas? Em caso afirmativo, ele repercutiria no Brasil? De que modo?

³ Assim, teve origem a pesquisa denominada *A repercussão do silenciamento da História nos processos identificatórios da mulher negra*, orientada pelo Prof. Dr. Roberto Garcia.

⁴ Para mais informações sobre o método, recomendo a leitura do trabalho de Laurence Bardin (1977).

Aqui, compreendo a colonização a partir da perspectiva de Aimé Césaire (2020), que também a nomeia como “coisificação”. Para o autor, esse processo consiste na invasão e exploração de um território e daqueles que o habitam, ao qual muitos países foram submetidos. Na verdade, tanto a colonização como a escravização são concebidas pela mesma lógica, a saber, a *colonialidade/modernidade*, em vigor desde o século XVI (Grosfoguel, 2016). De certo, a sua continuidade justifica o motivo pelo qual violências análogas às empregadas em épocas anteriores estão presentes, assim como o silenciamento histórico em torno delas, como observei ao longo da minha estadia no país europeu.

Sem perspectiva crítica, as considerações sobre esses acontecimentos históricos e as suas repercussões acabam por exaltar as mortes, as violências coloniais, as rupturas e a desumanização promovidas por Portugal, como a expressão “grandes feitos”, enunciada com recorrência, revela. Essa postura, que presenciei nas salas de aula e em diferentes espaços culturais da sociedade, me proporcionou mais interrogações e incômodos, especialmente quando reproduzida por imigrantes e/ou estudantes brasileiros. Ao mesmo tempo, ela se mostrou tangível nas palavras da pesquisadora portuguesa Grada Kilomba (2019), segundo a qual uma das consequências de circunstâncias como essa, que contam com a glorificação do passado colonial e a ausência de conscientização coletiva, é a impossibilidade de criarmos novas linguagens.

Talvez por isso eu considere o Museu dos Descobrimentos, em Portugal, como um dos exemplos materiais mais notáveis de enaltecimento desse período e da manutenção de linguagens historicamente adotadas para reafirmar as relações de opressão no país. Além do próprio nome, é significativo que essa instituição esteja localizada próxima ao Castelo Belmonte, residência onde nasceu e viveu Pedro Álvares Cabral, na vila portuguesa de Belmonte. Também é relevante a descrição do portal oficial⁵, segundo a qual o museu se dedica a “explorar” a História das Descobertas Portuguesas, principalmente uma das maiores ações: “o Achamento do Brasil”.

Apesar da minha indignação, não surpreende que museus como este, que buscam preservar a memória colonial, reiterem o discurso dominante. Como é

⁵ Para mais informações, consultar: <https://cm-belmonte.pt/diretorio/museu-dos-descobrimentos/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

inconcebível a Portugal deixar de ser protagonista da história em exposição, não há espaço para que as narrativas dos grupos oprimidos e explorados sejam compartilhadas ou corporificadas em objetos materiais. Ao contrário, nesse cenário, a pacificação e a neutralização de suas histórias é uma condição para que o domínio sob eles e o racismo se perpetue (Vergès, 2023). Contudo, apesar da prevalência dessa lógica, há instituições repensando suas posições imperialistas, seja através de projetos políticos de valorização das histórias das populações expropriadas ou da restituição das obras de arte aos países de origem⁶.

De todo modo, as considerações sobre a cultura portuguesa vão ao encontro da realidade brasileira. Apesar de a Independência do Brasil ter ocorrido há dois séculos, as heranças do período colonial e, posteriormente, do Império, ainda se manifestam na nossa sociedade, seja através do Estado ou de alguns setores. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem em seu território, em média, quarenta monumentos em homenagem a figuras controversas (Damasceno, 2021). Dentre eles, uma estátua de treze metros de altura está distante de representar os inúmeros ataques às terras e aos povos negros e originários (Mercier, 2021) por parte do homenageado, o bandeirante Manoel de Borba Gato.

A essa altura, não surpreende dizer que ela tem a sua permanência defendida por uma parcela da população, inclusive por setores considerados progressistas. Quando, no dia 24 de julho de 2021, ela foi incendiada, ação movida pela cobrança de civis e entidades sociais para que essa e outras estátuas fossem retiradas da cidade, o resultado foi a criminalização do ativista Paulo Roberto da Silva Lima, mais conhecido como Paulo Galo ou Galo de Luta, e dos movimentos sociais que apoiaram a ação (Bocca; Penido, 2021).

A hipótese de Mbembe (2018a), de que as estátuas, as lápides, os monumentos e as efígies são artefatos que se propõem a substituir os homenageados aos quais elas se referem e, muitas vezes, presentes mediante a não-elaboração de eventos históricos, amplia as interpretações sobre o episódio ocorrido em São Paulo. No caso das estátuas, elas sinalizam para a tentativa de preservar a qualidade de sujeito de pessoas já falecidas e, assim, “[...] o sujeito supera a morte, que, por sua

⁶ Para mais informações, sugiro a leitura do artigo *O museu sem objetos*, de Françoise Vergès (2023), e *A descolonização dos museus e a restituição das obras de arte africanas: o debate atual na França*, de Paula Santos Menezes e Estefania Pinol Álvarez (2019).

vez, supera o próprio objeto que supostamente ocupa a um só tempo o lugar do sujeito e do morto” (Mbembe, 2018a, p. 223). Embora o resultado pretendido não seja alcançável em sua totalidade, o movimento realizado em direção a ele e o auxílio de diferentes setores da sociedade inviabilizam o reconhecimento da opressão contra alguns grupos, notadamente a população negra.

Se, assim como em Portugal, o episódio ocorrido em São Paulo revela a preferência por uma *História única*, os poucos e imprecisos registros acerca das experiências de pessoas negras africanas escravizadas reafirmam essa lógica (Nascimento, 2016; Mbembe, 2018a). Uma vez que a História única é indissociável do poder, algo que se explicita através do modo como ela é contada, quando é contada, por quem é contada e quantas versões em torno de uma lógica comum podem ser narradas, corre-se o risco de torná-la definitiva (Adichie, 2009). Essa possibilidade é confrontada por quem reivindica a retirada dos monumentos em homenagem às figuras opressoras e também pelos Movimentos Negros que pressionaram a Prefeitura do Rio de Janeiro para transformar o Cais do Valongo – localizado na zona portuária da cidade e considerado o maior porto receptor de entrada de africanos escravizados do mundo – em um monumento e que pudesse ser aberto à visitação pública, de acordo com informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁷.

A construção de narrativas não-hegemônicas também é uma das contribuições desta pesquisa, a começar com o objetivo de, a partir de imagens, analisar a neurose traumática da escravização da população negra no Brasil e dos seus desdobramentos ou, melhor dizendo, das suas continuidades. Na medida em que as repercussões psíquicas dependem de um sujeito para experienciá-las, as representações racistas historicamente atribuídas às pessoas negras, sobretudo aquelas que as animalizam (Fanon, 2008), as destituem desse lugar e, como consequência, as impedem de ser escutadas. Portanto, da forma como foi definida, esta investigação se contrapõe a algumas concepções, o que, inclusive, pode ser observado nas fotografias selecionadas.

A procura por imagens que pudessem tratar de um acontecimento histórico e das violências atreladas a ele sem, mais uma vez, destituir a humanidade dos sujeitos

⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

representados ou que têm suas histórias contempladas pelas obras, me levou ao encontro do artista brasileiro Eustáquio Neves. Além de não registrar conteúdos com as características mencionadas nas suas produções, o tipo de *enquadramento* adotado pelo fotógrafo parece dialogar com o método da *escrevivência* concebido pela escritora e intelectual Conceição Evaristo (1996) – sobre o qual falarei adiante.

Além do contato com as obras presentes neste processo investigativo, tive a chance de conversar com o próprio artista e escutar algumas considerações sobre a exposição itinerante *Outros Navios: Fotografias de Eustáquio Neves*⁸. Como aprendi ao visitá-la, essa mostra tem início com as observações do fotógrafo sobre as condições oferecidas pelos transportes públicos a quem os utiliza, em sua maioria, a população negra. A conclusão de que este grupo é tratado como uma “carga” ou “mercadoria”, situação análoga àquela vivida por sujeitos negros africanos nos navios através dos quais ocorriam o tráfico transatlântico, mais conhecidos como “navios negreiros” ou “tumbeiros” – referência às tumbas, que se justifica pelo número de pessoas mortas nos porões durante as travessias -, produziu algumas interrogações. Afinal, será essa a única semelhança entre períodos tão distintos?

Nesta pesquisa, a construção de uma narrativa não-hegemônica também implica no reconhecimento do contexto no qual a psicanálise se constitui e na maneira como ele pode embasar esse método. Quando me dedico ao estudo do trauma, percebo que as discussões sobre a neurose traumática no contexto da Primeira Guerra Mundial, situada em uma região autovalorizada, revelam uma concepção eurocêntrica de mundo. Isto, que pode ser observado nos textos *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (Freud, 2010 [1915c]), *Introdução a psicanálise das neuroses de guerra* (Freud, 2010 [1919]) e *Além do princípio do prazer* (Freud, 2010 [1919], 2010 [1920]), mostra quem, de fato, era “o sujeito do trauma” naquele momento histórico.

Por outra via, o tema e os textos mencionados revelam uma característica significativa do método freudiano. Refiro-me à maneira como Freud amplia o entendimento que dispõe sobre o psiquismo por meio da investigação de um

⁸ Exibida no Sesc Ribeirão Preto entre os dias 29 de junho e 3 de dezembro de 2023. A minha visita ao local ocorreu nos dias 29 e 30 de julho de 2023.

acontecimento social. Devido ao procedimento do autor e aos seus desdobramentos⁹, com destaque ao trabalho da pensadora Lélia Gonzalez (2020a), que utiliza referenciais psicanalíticos para compreender a constituição da cultura brasileira e o racismo como um de seus sintomas, a análise de fotografias que representam um grupo heterogêneo de pessoas negras se insere em uma tradição.

Outra tradição significativa são os estudos das relações étnico-raciais à luz de uma perspectiva crítica. Dentre eles, destaco *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, de Souza (2021), enquanto uma das obras pioneiras na investigação dos efeitos subjetivos do racismo em sujeitos negros a partir da literatura psicanalítica no Brasil. Esse trabalho, resultado da dissertação da autora, publicado pela primeira vez em 1983, pela editora Graal, permanece tão atual quanto as circunstâncias sobre as quais ela se deteve.

Mediante esse cenário, o entendimento sobre as repercussões do racismo pode ser ampliado por meio das leituras de outros pensadores, em sua maioria, brasileiros (Reis Filho, 2005; Fanon, 2008; Prestes, 2013; Gonzalez, 2020; Nogueira, 2021). Essas produções de autoria negra, ao tangenciarem temas comuns ou de interesse a esta pesquisa, como as implicações materiais e psíquicas das violências coloniais, a dificuldade de se perceber enquanto sujeito, a impossibilidade de nomear as experiências de *discriminação racial* e o papel das transmissões geracionais¹⁰, junto ao procedimento freudiano, me aproximaram da possibilidade de examinar o trauma da escravização a despeito da ausência de contato com a população submetida diretamente a esse regime.

Esse dado que, durante um período, emergiu como uma questão sobre a qual eu deveria me debruçar, encontra ressonância em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Kilomba (2019). De acordo com a autora, os episódios de racismo cotidiano, caracterizado pela subjugação contínua de pessoas não-brancas e por torná-las depositárias de aspectos *recalcados*¹¹ na sociedade branca, reencenam

⁹ A dissertação *A noção de homem em Lacan: uma leitura das fórmulas da sexuação a partir da história da masculinidade no Ocidente*, produzida por Pedro Ambra (2013) no Programa do Instituto de Psicologia, no qual me encontro, também é um exemplo de destaque quanto a utilização desse método.

¹⁰ Sobre este tema, recomendo a leitura da tese de Eliane Silvia Costa (2012) e da dissertação de Clélia Prestes (2013), desenvolvidas no Programa de Psicologia Social e do Trabalho (IP/USP).

¹¹ A partir das obras completas de Freud, o recalque pode ser definido como uma operação na qual o sujeito busca repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão que, caso satisfeita, é capaz de provocar desprazer a outras exigências (Laplanche; Pontalis, 2001).

o passado colonial. Nessa condição, os efeitos que eles produzem, como o próprio trauma, são análogos àqueles decorrentes da escravização e da vivência colonial.

Além de fomentarem discussões no campo das relações étnico-raciais e, mais uma vez, a partir de uma perspectiva crítica, as referências mencionadas têm em comum o fato de contemplarem experiências pessoais e coletivas nas suas produções, mesmo quando essa distinção não é explicitada. Outra semelhança é o apontamento de que, em um contexto em que pessoas negras são “faladas”, a fala ou a voz confere a elas a possibilidade de se apropriar de suas histórias (Reis Filho, 2005; Fanon, 2008; Prestes, 2013; Kilomba, 2019; Gonzalez, 2020; Nogueira, 2021), exercício que esses autores também realizam por meio de suas obras.

Com essas características, compreendo que as pesquisas citadas podem ser identificadas com base em uma chave de leitura em comum, no caso, a *escrevivência*¹², elaborada e discutida por Conceição Evaristo (1996) na dissertação *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Ao se debruçar sobre produções literárias de autoria negra, a autora observa um ato de escrita, no qual, quem o produz, situa-se no texto a partir da sua condição de pessoa negra. Ou melhor, “pela memória da pele, escreve-se, inscreve-se um corpo-sujeito que busca o seu próprio pertencimento, que se observa como dono de si próprio” (Evaristo, 1996, p. 89).

É inegável que a memória a qual a autora se refere carrega marcas de subjugação, especialmente aquelas fincadas no passado escravagista, que tem a figura da Mãe Preta¹³, em referência às mulheres negras escravizadas, como uma de suas expressões mais simbólicas (Evaristo, 1996). Sobre isso, Conceição Evaristo (2020a) chama a atenção para o fato de que, além da exploração física, econômica e sexual, as mulheres negras tiveram suas vozes incluídas na economia da casa-grande, quando foram encarregadas de ninar a prole de seus algozes – fato pouco evidenciado. Não por acaso, a intelectual declara que a imagem fundante do termo *escrevivência* é, justamente, essa figura.

¹² Para o reconhecimento de que a *escrevivência* pode compor trabalhos fora do campo literário, foi fundamental o contato com *Tornar-se negro, devir sujeito: uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo*, de Cristiane Ribeiro (2022), que utiliza a *escrevivência* enquanto metodologia de pesquisa psicanalítica.

¹³ Utilizo a expressão em letra maiúscula do mesmo modo como Conceição Evaristo o faz no texto (2020a) *A escrevivência e seus subtextos*. Trata-se de uma maneira de reiterar a humanidade das mulheres negras, bem como o seu papel primordial na cultura brasileira.

O esforço de resgatar dimensões de um acontecimento histórico submetido a inúmeros apagamentos, tal como a autora o faz, é característico da escrevivência, observada, inicialmente, na escrita literária. Nas obras de autoria negra e, sob uma perspectiva crítica, a fala de quem enuncia possibilita a ressonância de outras vozes, inclusive daquelas figuras históricas silenciadas, como a proposição “Eu/Nós” demonstra. As violências coloniais e o compromisso com as vidas silenciadas, são, de fato, evocadas pela memória da pele, mas não são as únicas que a constituem e, por isso, ela também procura resgatar marcas que apontam para a valorização do corpo negro e de suas histórias.

Como resultado, notamos no texto literário de autoria negra sob as condições mencionadas um “eu negro” enunciador e enunciado que produz um “discurso do negro”, ao invés de um “discurso sobre o negro” (Evaristo, 1996), como é o caso de obras que subsidiam uma perspectiva hegemônica do mundo. Na verdade, como este trabalho aponta em diferentes passagens, esse modo de interpretar o mundo não está presente apenas nas produções artísticas e acadêmicas, ela é intrínseca à colonialidade/modernidade.

Esses são alguns dos motivos pelos quais esta investigação que mobiliza o conceito psicanalítico de trauma¹⁴ adota a escrevivência como método de escrita. Além de possibilitar que experiências pessoais e coletivas sejam contempladas durante esse ato, percebo que a escrevivência também reitera o que, neste trabalho, se caracteriza como uma denúncia, quando revelo e comparo o que aconteceu no passado com o que acontece no presente. E aqui, é importante mencionar que o diálogo proposto entre campos epistemológicos distintos vem sendo realizado por outros pesquisadores, dentre eles, Cristiane Ribeiro (2022) e Fábio Bispo (2023), ao defenderem a escrevivência como uma metodologia de pesquisa em psicanálise.

A escolha da escrevivência enquanto método nesta pesquisa foi reforçada pela minha participação no grupo de estudos *Escrevivência: Corpus Estético(s) em Diferença*, da Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência do Instituto de Estudos Avançados (USP), sob a titularidade da própria Conceição Evaristo – entre junho de 2022 e dezembro de 2023. O grupo foi composto por treze pessoas pesquisadoras de diferentes áreas de formação e níveis de ensino e teve como uma das principais

¹⁴ Autoras como Colette Soler (2021) e Myriam Uchitel (2011) se referem ao trauma enquanto um conceito, perspectiva da qual também compartilho, embora não seja um consenso.

atividades o estudo teórico da escrevivência enquanto conceito, método, metodologia, chave de leitura e epistemologia, seguido pelo compartilhamento desse conhecimento em seminários, disciplinas e eventos internos e/ou externos à comunidade uspiana.

Em vista do percurso teórico apresentado e das experiências que contribuíram para a eleição do tema e métodos desta pesquisa, com destaque aos estudos realizados coletivamente com a intelectual Conceição Evaristo, é inegável que a análise da neurose traumática da população negra mobiliza discussões de diferentes áreas do conhecimento, o que, ao final, garante um diálogo interdisciplinar. Assim, para realizá-lo, a investigação que segue contempla a seguinte interrogação: de que forma se caracteriza a neurose traumática que acomete a população negra e negradescendente no Brasil em decorrência da escravização?

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar, a partir de imagens, a incidência coletiva da neurose traumática decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil e do seu legado aterrorizante.

2.2 ESPECÍFICOS

2.2.1 Apresentar o conceito de trauma a partir da psicanálise aplicada ao processo da escravização no Brasil e de suas repercussões;

2.2.2 Descrever e discutir a neurose traumática da população negra e negradescendente a partir de imagens;

2.2.3 Apresentar a (foto)escre(vivência) como um enquadramento de autoria de sujeitos negros que atuam profissionalmente no campo da fotografia.

3 MÉTODOS E PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos a construção do percurso metodológico para a análise da neurose traumática decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil e do seu legado aterrorizante. A partir do diagnóstico de *neurose cultural brasileira* e do procedimento utilizado para realizá-lo, por Lélia Gonzalez (2020a), justificamos o estudo do trauma psíquico e a inserção de imagens na pesquisa, com destaque a três séries de fotografias.

Na sequência, seguem discussões sobre os critérios adotados para a seleção das imagens. Essa pauta acompanha a introdução da categoria de *enquadramento*, descrita por Judith Butler (2020), e da ferramenta discursiva cunhada de *(foto)escre(vivência)*, proposta por Vilma Neres Bispo (2016), em diálogo com a *escrevivência* evaristiana. O destaque conferido a elas se justifica por contribuírem para a análise das fotografias do artista Eustáquio Neves, que tem a sua história apresentada brevemente ao final do capítulo.

Em síntese, através do percurso metodológico notamos que parte considerável das pinturas e fotografias que tangenciam o tema desta investigação assume uma leitura hegemônica da História do Brasil. Por ela implicar na subjugação, apagamento e silenciamento de alguns grupos étnico-raciais, com destaque à população negra, apostamos em imagens capazes de denunciar essas condições e, ao mesmo tempo, auxiliar na compreensão dos seus efeitos psíquicos.

3.1 A NEUROSE TRAUMÁTICA NA CULTURA BRASILEIRA

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia Gonzalez (2020a) parte do diagnóstico de que o mito da democracia racial tem uma função e oculta algo, para além do que demonstra. A suposta democracia racial contrasta com os episódios diários de racismo em diferentes âmbitos da sociedade, cuja incidência e *denegação*¹⁵ levam a autora a interpretá-lo como um sintoma da neurose cultural brasileira. O modo

¹⁵ No ensaio *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Gonzalez (2020b) utiliza o termo *denegação*, do alemão *Verleugnen*, em referência a um mecanismo de defesa. O que se nota, no entanto, é que, ao recorrer ao *Dicionário de Psicanálise*, de Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis (2001), para definir o mecanismo mencionado, a autora adota outra explicação, válida para a *negação*, em alemão *Verneinung* – ou seja, quando o sujeito continua a se defender de conteúdos que, em momento anterior, estavam recalçados.

como a referida cultura se constituiu evidencia que o racismo, sobretudo quando aliado ao sexismo, busca encobrir a nossa influência africana, historicamente transmitida pela Mãe Preta.

Em vista das dimensões contempladas, a leitura realizada pela autora a partir do suporte epistemológico da psicanálise contribui para a análise da formação social do Brasil. Porém, como a discussão de Gonzalez (2020a) prioriza a participação de pessoas negras africanas e negrasdescendentes na constituição do país e a recusa em se reconhecer este fato – sobretudo por quem foi beneficiado por esse processo –, o sofrimento psíquico decorrente da exploração daquele grupo não é contemplado de maneira explícita nesse trabalho, tal como o faz Frantz Fanon (2008) em *Pele negra, máscaras brancas*, um dos interlocutores da intelectual.

Na coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano*, que reúne ensaios, intervenções e diálogos de Lélia Gonzalez sob a curadoria de Flavia Rios e Marcia Lima, publicada em 2020 pela editora Zahar, há, por exemplo, uma única menção ao trauma psíquico – uma das respostas mais emblemáticas em face de um acontecimento violento, a exemplo do racismo. Essa referência ocorre durante a entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*¹⁶, em 1986, quando a intelectual utiliza a expressão “experiência traumática” para se referir a uma situação familiar de perda e discriminação racial.

Diante das particularidades da cultura brasileira e da manutenção de práticas análogas às do período escravagista, discorrer sobre a repercussão psíquica da escravização no Brasil é uma maneira de denunciar a manutenção das condições que a produziram e, também, uma via para revermos a formação em psicanálise e em psicologia, tendo em vista o atraso histórico desses campos quanto aos estudos das relações étnico-raciais. Em vista disso, tomamos o texto de Gonzalez (2020a) citado inicialmente como baliza para esta pesquisa, com o intuito de investigar uma modalidade de neurose não contemplada pela autora: a neurose traumática que acomete pessoas negras em decorrência da escravização.

Ocorre que, ao elegermos o conceito de trauma psíquico, também entramos em contato com as suas implicações. A respeito disso, apesar de identificarmos uma teoria precisa e definitiva em Freud, Myriam Uchitel (2011) e Colette Soler (2021)

¹⁶ Entrevista concedida a Mara Teresa e Jaguar, publicada em *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 871, pp. 8-10, 20-26 mar. 1986.

reconhecem que a importância do referido conceito oscila dentro da própria teoria: por vezes, um importante objeto de investigação, em outros momentos, sob esquecimento e, inclusive, tendo a relevância questionada. Por qual motivo?

A resposta para

o problema é que, na psicanálise, o trauma não é nada além de uma hipótese. O que não é hipótese, que se apresenta no nível clínico, patente, evidente, são os sintomas, as angústias, podemos dizer também o sofrimento e o mal-estar dos sujeitos (Soler, 2021, p. 45).

Se, como exposto, o trauma é uma hipótese, uma das vias pela qual ela se sustenta ou pode ser inferida é através das manifestações do inconsciente, como os *chistes*, os *atos falhos*, os *sintomas* e, em especial, os *sonhos*, todas apreendidas no *setting* analítico, conforme o modelo convencional. Neste contexto, o destaque conferido às repetições ou, em outros termos, atuações de conteúdos esquecidos ou recalçados pelo analisando e transferidas à figura do analista (Freud, 2010 [1914a]), significa que, em algumas circunstâncias, a relação transferencial é uma condição necessária para a manifestação ou elaboração de conteúdos inconscientes.

Essa dinâmica também é relevante para as investigações que ocorrem no âmbito acadêmico, como se observa no campo das relações étnico-raciais. Nele, é possível encontrar trabalhos que recorrem a casos clínicos para elucidar os efeitos psíquicos do racismo, como as teses de Isildinha Baptista Nogueira (2021) e de José Tiago dos Reis Filho (2005).

Por outro lado, existe uma tradição de estudos que utiliza a escuta clínica para realizar entrevistas fora do *setting* analítico (Prestes, 2013; Kilomba, 2019; Ribeiro, 2022; Souza, 2021), assim como há a metodologia desenvolvida por Gonzalez (2020a), através da qual dispositivos familiares à psicanálise são adotados para a investigação de manifestações culturais. Algo que ocorre, por exemplo, quando a autora convida a cultura brasileira ao divã, isto é, ao processo analítico, uma experiência singular e intransferível.

Por isso, nesta pesquisa, é possível afirmar que a possibilidade conferida pela metodologia gonzaleana ao investigar manifestações culturais a partir de instrumentos comuns à psicanálise corrobora o estudo do trauma psíquico através da análise de imagens que contemplam o contexto brasileiro e, em especial, a população negra. Definida como documento de imensa potência, circulação e flexibilidade (Schwarcz,

2022 [2017], 2018), as imagens desenvolvem uma função relevante nas sociedades onde a colonialidade se mantém, ainda que se manifeste de formas variadas.

Quem partilha dessa concepção e se dedica ao estudo das culturas visuais é a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2021), para quem “as imagens nos oferecem interpretações e narrativas sociais que, desde os séculos pré-coloniais, iluminam este contexto social e nos oferecem perspectivas de compreensão crítica da realidade” (Cusicanqui, 2021, p. 30). Isso não quer dizer que todas as imagens são pertinentes para esta pesquisa¹⁷, como é o caso de algumas produções do período escravagista.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2022 [2017], 2018), devido à longa duração da escravização no Brasil, o país dispõe de um acervo considerável de iconografias¹⁸ e fotografias, em sua maioria, sob a autoria de homens brancos europeus de passagem pelo país, nos impedindo de classificá-las como exclusivamente brasileiras e, sim, como o olhar do “outro do outro”. Somam-se a essa constatação as discussões escassas quanto às motivações e os valores coloniais dos viajantes, principalmente com os seguintes conteúdos recorrentes: natureza idílica, hierarquia entre escravizadores e escravizados, a passividade destes e as poucas evidências de violências e crueldades do sistema escravagista.

Sem uma leitura crítica, os conteúdos citados anteriormente podem ser compreendidos como fidedignos à realidade. Mais do que isso, corremos o risco de que as representações visuais justifiquem a submissão de povos com costumes distintos, como pode acontecer com as iconografias mais recorrentes nos livros, revistas e jornais brasileiros, retratadas por Jean-Baptiste Debret (1768-1848). Isso porque, apesar das singularidades do território brasileiro, a circulação artística e filosófica das concepções e modelos nos quais o pintor francês e outros intérpretes estrangeiros traziam da terra de origem tornam algumas imagens verdadeiras repetições, algo comum no eixo Afro-atlântico. O maior exemplo é o gênero literário das “viagens pitorescas”, como o fez o artista citado, através do qual valoriza demasiadamente a natureza, encobrendo os conflitos do território (Schwarcz, 2022 [2017], 2018).

¹⁷ Agradeço ao Prof^o Dr^o Hélio Menezes, por me ajudar a compreender um dos diferenciais deste trabalho.

¹⁸ De acordo com a Enciclopédia do Itaú Cultura (2024), as iconografias se referem ao “significado simbólico de imagens ou formas representadas em obras de artes”.

Ainda conforme a autora, os discursos transmitidos pelas fotografias, cujas primeiras experiências no Brasil datam de 1834 por Hercule Florence, não destoam daqueles disseminados ou produzidos pelas iconografias. Nas fotografias, realizadas sob encomenda pessoal ou para a comercialização – nacional ou internacional –, pessoas negras escravizadas são presença frequente, seja desempenhando atividades cotidianas, seja quando são surpreendidas durante uma ação, como parte da paisagem ou, no caso das Mães Pretas, acompanhando as crianças sob seus cuidados. Para Schwarcz (2022 [2017], 2018), este último caso consiste em uma maneira de retratar a escravização de modo maternal e pacífico.

Mais do que isso, Rafaela de Andrade Deiab (2006) reconhece na série de representações da Mãe Preta uma memória coletiva da escravização. Isto é, quando elegemos fotografias do século XIX de diferentes autorias, notamos desde o vínculo social entre as mulheres negras escravizadas acompanhadas das crianças brancas sob seus cuidados até os mecanismos de apagamento dessa relação ao longo das décadas, através da retirada de quem representava a figura materna de cena. Por isso, é pertinente a conclusão de que

essa série de retratos das amas expressa uma metáfora do que fora a escravidão: a princípio mostrada e publicizada com orgulho, e de rosto inteiro; depois escondida, colocada em segundo plano, desfocada e retocada, até ser retirada do (en)quadro nacional (Deiab, 2006, p. 20).

Embora o apagamento gradual das Mães Pretas seja um dos aspectos mais notáveis quando observamos um conjunto de retratos do período mencionado, é fato que as representações explicitam as contradições do sistema escravagista, como a postura, a expressão facial, a vestimenta e a proximidade entre as pessoas são capazes de demonstrar. De todo modo, ainda que nesse período a relação entre as Mães Pretas e as famílias brancas tenha sofrido um esvaziamento progressivo, assim como Deiab (2006), reconhecemos que ele não impediu o seu legado simbólico.

O destaque para os retratos com características semelhantes às mencionadas tem possibilitado o acúmulo de discussões relevantes em diversas áreas das Ciências Humanas. Diante do desconforto de Monica, uma Mãe Preta, retratada na companhia de Arthur Gomes Leal, um menino branco, por João Ferreira Villela¹⁹, Conceição

¹⁹ Esses dados são apresentados pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro (2019), em *História da vida privada no Brasil* vol. 2.

Evaristo (2020a) repensa o lugar daquela figura na economia da casa-grande e os efeitos de ter a própria voz explorada, como ocorreu antes da abolição. Em vista disso, a autora propõe a escrevivência, um método de autoria negra que confere a quem a utiliza desfazer, material e simbolicamente, a submissão atribuída ao grupo étnico-racial a que pertence – inicialmente, concebida no campo literário.

Outra leitura importante, dessa vez, a partir da antropologia, é proporcionada por Rita Segato (2006), após o contato com um retrato exposto no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Essa imagem, que conta com a presença de uma mulher negra e uma criança branca sob seus cuidados, apontada por alguns estudiosos como Dom Pedro II, não menciona as verdadeiras identidades das pessoas retratadas. Os mistérios e apagamentos que acompanham esse retrato, sobretudo daquela responsável pela criação de uma prole que não lhe pertencia, levam a intelectual a refletir sobre quem, de fato, exerce a maternidade no Brasil. Para complexificar a discussão, ela recorre à cosmovisão iorubá e ao referencial teórico da psicanálise.

Como esses exemplos evidenciam, as investigações a respeito da formação da sociedade brasileira têm priorizado as mulheres negras, muitas das vezes, através da figura da Mãe Preta. Isso não significa que a situação dos homens negros, que estão entre as maiores vítimas de violência no Brasil, conforme os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2023) apresentados na subseção “4.1 A instauração da colonialidade/modernidade e da escravização”, não seja objeto de discussão. Sobre eles, ainda prevalecem as representações atribuídas no período escravagista, a exemplo da agressividade e sexualidade incontrolável (Fanon, 2008; Kilomba, 2019; Gonzalez, 2020a).

Em vista dos significados desses dados na sociedade brasileira e da relevância das imagens no estudo sobre a formação do Brasil, para escolhermos as culturas visuais que compõem esta pesquisa, é incontornável a apresentação das perguntas respondidas na sequência: quais tipos de imagens e autorias são capazes de nos aproximar dos nossos objetivos? E quais métodos são pertinentes para analisá-las diante das propostas apresentadas?

3.1.1 A escolha das imagens

Figura 1 - Quadro *Loja de Rapé*, aquarela inacabada em que o pintor Jean-Baptiste Debret retrata escravos urbanos no Brasil do século XIX



Fonte: *Folha de São Paulo*.

Figura 2 - *Todos negros*, de Luiz Morier (1982)



Fonte: Rubin (2022).

A escolha das fotografias, entendidas enquanto “(...) extensão da memória social, individual e coletiva [...]” (Bispo, 2016, p. 4), representa um dos momentos mais conflitantes e, na mesma intensidade, profícuos no percurso de pesquisa. Por isso, a reconstrução do caminho percorrido até a seleção dos materiais e dos métodos de análise. Nesse processo, foram comuns dúvidas quanto à quantidade e os tipos de recursos visuais, a autoria, a identidade étnico-racial das pessoas representadas, o modelo e o nível de violência retratados e a exibição mais frequente de territórios sudestinos, como Rio de Janeiro e São Paulo. O processo de seleção final das fotografias ocorreu simultaneamente à escolha dos métodos de análise, outra questão importante, pois, ao mesmo tempo em que essa ordem ajuda a delimitar os objetos de discussão, algumas categorias analíticas não são consideradas por prescindirem de imagens com outras características.

De início, não fazia parte do escopo da pesquisa trabalhar com recursos visuais, possibilidade considerada a partir do contato com a fotografia *Todos negros*, de Luiz Morier (figura 2). Publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, em 1982, a imagem corresponde a uma ação da Polícia Militar no Rio de Janeiro, na qual um grupo de homens negros, submetidos a um enquadro por um policial branco, tiveram seus pescoços amarrados por uma corda. Além da brutalidade, a cena explicita a hierarquia entre os sujeitos retratados, quando cidadãos, em maioria, são rendidos por uma única autoridade armada.

Ocorre que *Todos negros*, que também é uma das imagens de capa da primeira edição do livro *Dialética radical do Brasil negro*, de Clóvis Moura (1994), me impactou fortemente, sobretudo quando apresentada na sequência do quadro *Loja de Rapé*, de Jean-Baptiste Debret (figura 1), do século XIX. Nele, homens negros escravizados têm uma corrente de ferro presa ao pescoço e estão sob a vigília de soldados munidos de instrumentos de coerção. Outra semelhança é o enfileiramento dos homens negros, de modo a facilitar a atuação das autoridades.

Apesar da distância temporal entre a pintura de Debret e a fotografia de Luiz Murier, ambas trazem como elemento central a desumanização de pessoas negras, principalmente de homens negros, por representantes do Império ou Estado. A imagem retratada pelo pintor francês é anterior à abolição da escravização e a instauração da república no país, enquanto a fotografia datada de 1982, durante a

ditadura militar, antecede à Constituição Federal de 1988²⁰. Portanto, a semelhança entre as imagens está em diálogo com os contextos políticos do país, a continuidade de violações contra pessoas negras e corrobora a compreensão de que o trauma psíquico é uma das repercussões possíveis da escravização.

Após o exame de qualificação, trabalhei com a proposta de apresentar uma série única de imagens composta por pinturas e/ou fotografias do século XVI, início da escravização no Brasil, até o século XXI, contendo atos de violência colonial contra a população negra. Pesquisas realizadas no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP)²¹, no Museu Afro Brasil Emanuel Araújo²², na Pinacoteca de São Paulo²³, nos acervos digitais do Instituto Moreira Salles²⁴ e do Banco Itaú Cultural²⁵, nos livros *Enciclopédia Negra* (Gomes; Lauriano; Schwartz, 2021) e *Histórias Afro-Atlânticas: Antologia* (Pedrosa; Carneiro; Mesquita, 2022) permitem constatar que as cenas de interesse para a pesquisa são retratadas de modo mais frequente a partir do século XVIII, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Ao se instalar no Rio de Janeiro, a corte atraiu a presença de inúmeros artistas, o que explica a maior produção cultural no país a partir desse marco.

Ao não constituir uma série com a composição descrita anteriormente, delinee uma nova configuração. A alternativa seria apresentar duas ou três séries de imagens, cada uma constituída por, no mínimo, uma pintura do século XVIII e duas fotografias do final do século XX e/ou século XXI, onde fosse possível identificar a opressão contra pessoas negras. A repetição das cenas, mesmo em séries diferentes, seria um argumento para problematizar a manutenção de opressões ao grupo étnico-racial referido.

²⁰ A referida Constituição foi proposta em Assembleia Nacional Constituinte para “[...] instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...]” (Brasil, 1988).

²¹ Pesquisa realizada no acervo digital do museu, disponível em: <https://masp.org.br/acervo>. Acesso em: 13 fev. 2023.

²² Foram realizadas buscas no acervo virtual do museu, disponível em: https://online.museuafrobrasil.org.br/acervo/?view_mode=masonry_meta&perpage=24&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=120%2C110%2C205%2C280. Acesso em: 13 fev. 2023. Além disso, foi realizada uma visita presencial no dia 29 de janeiro de 2023.

²³ A visita à Pina Luz, à Pina Estação e à Pina Contemporânea ocorreu no dia 15 de julho de 2023.

²⁴ Disponível em: <https://ims.com.br/acervos/pesquise-nos-acervos/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao243830/acervo-banco-itaui>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Apostando nessa possibilidade, cheguei a Susan Sontag (2003), cuja obra *Diante da dor dos outros* me permitiu vislumbrar um diálogo com as fotografias que eu havia selecionado e, ao mesmo tempo, mostrou ser necessário buscar na literatura outras referências para discutir as pinturas com mais afinco. Essa nova busca me levou aos conceitos de *representação*, de Stuart Hall (2016), e de *imagens de controle*, de Patrícia Hill Collins (2019), frequentemente utilizados para debater a presença de pessoas negras nas artes visuais. Por conta do menor número de trabalhos publicados no Brasil em referência às imagens de controle – com base nas buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações -, juntamente à autoria, no caso, de uma mulher afro-estadunidense, cogitei uma interlocução com a intelectual.

O fato é que as imagens de controle tratam de estereótipos, se assim puder nomear, das mulheres negras dos Estados Unidos. Tal gênese me fez refletir sobre as implicações de utilizar esse conceito na medida em que as imagens selecionadas para a pesquisa exibiam somente homens negros. Junto a isso, ponderei sobre o deslocamento de um conceito estadunidense para a realidade brasileira. Essas e outras questões são contornáveis e até desejáveis no contexto de pesquisa, porém, o modo como elas repercutiram no processo investigativo acabaram evidenciando a insatisfação com as imagens selecionadas inicialmente, quer seja pelo conteúdo retratado, quer seja pela autoria.

As possibilidades foram ampliadas novamente após discorrer sobre este trabalho, ainda em andamento, em um seminário interno do grupo de pesquisa *Escrevivência: corpus estético(s) em diferença*, constituído na titularidade da Prof^a Dr^a Conceição Evaristo na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência do IEA-USP. Nesse encontro, fui apresentada²⁶ à (foto)escre(vivência), objeto de estudo de Vilma (2016), que

constitui-se como uma ferramenta discursiva e refere-se a quem se debruça em compor, apresentar e defender repertórios visuais que possam provocar reflexões acerca da produção fotográfica sobre pessoas negras, tal qual se percebe o ser humano, como o ser-sujeito negro é (Bispo, 2016, p. 42).

²⁶ Essa atividade ocorreu em janeiro de 2023. Agradeço a Ludmilla Lis, mestra em estudos étnico-raciais e assessora da Prof^a Dr^a Conceição Evaristo, por indicar o trabalho de Vilma Neres Bispo e me colocar em contato com a pesquisadora.

A oportunidade de unir fotografia e escrevivência, método presente nesta dissertação, motivou a busca por cenas com a mesma temática enunciada anteriormente, dessa vez, de autoria negra. Além de rever os acervos e materiais citados, pesquisei os conteúdos de interesse na página do Instagram do *Projeto Olhos Negros*²⁷, nas redes sociais de fotógrafos e fotojornalistas cujos trabalhos foram exibidos nesse local, além de entrar em contato com alguns desses profissionais e pesquisadores. Nesse processo, ficou notório que a maioria dos profissionais negros tem uma proposta diferente daquela procurada: suas produções não explicitam a desumanização sistemática e contínua da população negra.

Na sequência desta constatação, conheci o trabalho de José Eustáquio Neves de Paula²⁸, fotógrafo e artista multimídia que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, teve cerca de dez séries exibidas na exposição itinerante *Outros navios: fotografias de Eustáquio Neves*, nas unidades do Serviço Social do Comércio, o Sesc, de São Paulo²⁹. Algumas dessas séries, assim como outros trabalhos também puderam ser apreciados na exposição *Entre Nós*³⁰, em comemoração aos dez anos da bolsa de fomento artístico ofertada pela revista *Zum*, do Instituto Moreira Salles, com a qual o multiartista havia sido contemplado, na exposição *Dos Brasis: Arte e Pensamento Negro*, no Sesc Belenzinho³¹, e na *35ª Bienal de São Paulo: coreografias do impossível*³².

Após investigar o trabalho do multiartista, identifiquei um diálogo proveitoso entre as obras, as discussões mobilizadas por elas e o tema desta pesquisa, o que me levou a contatá-lo. Do encontro breve, destaco a doçura do olhar do intelectual, traço presente nas fotografias, pinturas e vídeos, mesmo quando denuncia as opressões e violações de direitos de pessoas negras. É parte do compromisso do artista (re)construir a história da população negra no Brasil sem reiterar o discurso dominante.

²⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/projeto.olhosnegros/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

²⁸ Mais uma vez, o grupo Escrevivência: *corpus* estético(s) em diferença, através da pesquisadora Débora Medeiros, foi fundamental para o meu contato com o trabalho de Eustáquio Neves.

²⁹ No momento deste registro, a exposição está em exibição no Sesc Ribeirão Preto. A visita ao local ocorreu nos dias 29 e 30 de julho de 2023.

³⁰ A visita à exposição, exibida na associação cultural Pivô, em São Paulo, ocorreu no dia 17 de junho de 2023.

³¹ A visita à exposição aconteceu no dia 18 de agosto de 2023.

³² Conheci a exposição no dia 25 de novembro de 2023.

A partir da conversa com o autor e, principalmente, do contato presencial com as suas produções – algumas exibidas em escalas próximas a minha estatura, mobilizando sentimentos variados, como proximidade, intimidade e desconforto –, a discussão que esta pesquisa propõe vai ao encontro da exposição *Outros Navios*, por ela abordar a maneira como o Brasil, a partir e por meio da escravização, anuncia vidas e produz mortes negras. Desse trabalho, selecionei imagens disponibilizadas pelo autor (Anexo A), todas de técnicas mistas, das séries: *Boa aparência* (2000), *Cartas ao mar* (2015) e *Outros navios* (2022), descritas no capítulo 6 – “Neurose traumática: um efeito psíquico da escravização”. Essa escolha levou em consideração menções ao *genocídio* que acomete a população negra, a reatualização de experiências traumáticas e a atemporalidade, sem cenas explícitas de agressão.

Considerando o conteúdo abordado, a autoria negra e a maneira pela qual uma cena é registrada ou excluída, a análise das imagens é realizada a partir da ferramenta discursiva da (foto)escre(vivência), tendo como principal referência as pesquisas de Bispo (2016, 2017), e a categoria de enquadramento, adotada por Judith Butler (2020). Com isso, proponho a leitura de que a (foto)escre(vivência) é um enquadramento de autoria de profissionais de fotografia negros.

3.2 ENQUADRAMENTOS

A fotografia fornece notícias de um período histórico, inclusive mais distante – como verificamos ao longo deste capítulo –, podendo ser a única via de acesso a um acontecimento. Além de registrar costumes e tradições de uma época, ela evidencia as transformações vividas por uma sociedade, por mais discretas que elas possam ser, assim como escancara desigualdades, violações e conquistas, embora nem sempre o seu valor documental ou simbólico seja reconhecido no momento de registro ou por quem a acesse (Sontag, 2003). Assim, nos interessa identificar algumas das contingências que agregam valor à “escrita com a luz”³³, o que a repercussão de uma imagem em detrimento de outras diz sobre uma sociedade e se tal recurso visual pode ser expressão de um compromisso ético e político³⁴ de quem a registra.

³³ De acordo com Bispo (2016), essa expressão é uma tradução possível para “fotografia”, palavra de origem grega.

³⁴ Por compromisso ético e político, compreendemos se tratar de uma postura contrária à dos profissionais que realizam uma *cobertura comprometida*, segundo Butler (2020), quando uma

A respeito desse recurso longo e das transformações que ele vem proporcionando individual e coletivamente, Sontag (2003) avalia que mais do que qualquer outro registro visual a fotografia pode alcançar um lugar único na memória de quem a acessa. Se essa particularidade torna a escrita com a luz célebre, a autora a considera passível de problematizações em face da tendência observada ainda no início do século XXI de evocarmos uma imagem ao invés de recordarmos uma história, mesmo quando se referem a conflitos e violações de direitos. É como se o nosso envolvimento com o acontecimento se modificasse, levando a ativista estadunidense a indagar se ainda somos afetados diante da dor dos outros.

O que a autora demonstra com a interrogação anterior parece ser, na verdade, uma preocupação com o modo como reagimos frente ao sofrimento de outras pessoas, haja vista que a escrita com a luz continua a mobilizar quem a interpreta e visibilizar acontecimentos, de modo especial quando retratam cenas de violência. Para ela, além da fotografia flertar com a morte desde a criação da câmera fotográfica, em 1839, e expor às classes privilegiadas acontecimentos comumente ignorados, apenas essa máquina capta cenas extremas, por exemplo, uma morte no instante em que ela ocorre, e a preserva para sempre. Não por acaso, fotos com esse tipo de conteúdo em contexto de guerra – objeto de análise de Sontag (2003) – são as mais contempladas e reproduzidas.

Tecnicamente, a preferência por determinados conteúdos é possível porque a câmera fotográfica não dispõe de subjetividade³⁵, diferente das pessoas envolvidas no processo de captura da imagem e na análise do material, segundo Bispo (2016), elementos que compõem as duas dimensões da escrita com a luz. A primeira, a conotativa, refere-se às pessoas, ao cenário e aos conteúdos retratados, enquanto a dimensão denotativa abrange o fotógrafo e o observador e/ou intérprete, ou seja, quem tem acesso ao material final. Essas dimensões, articuladas entre si, são imprescindíveis para conceber tal tipo de produção visual.

Outro modo de se referir aos elementos citados e, inclusive, à própria fotografia, é a categoria de análise apresentada por Judith Butler (2020): o *enquadramento*.

perspectiva ou conteúdo é ignorado ou excluído da cena para atender a demandas de quem solicita a imagem ou permite o seu registro.

³⁵ Assim como a câmera fotográfica, o espelho não dispõe de subjetividade. Porém, isso não impede que ele seja um paradigma importante para Jacques Lacan (1998) discutir um período da constituição psíquica, conhecido como *estádio do espelho*.

Inspirado em uma expressão complexa (ser enquadrado) e traduzida do inglês, *to be framed*, a autora cita alguns exemplos na tentativa de definir o conceito, com destaque à moldura de um quadro, à incriminação de um criminoso e à incriminação injusta de uma pessoa inocente. Independentemente da veracidade dos conteúdos apresentados, em todas as situações o observador tem a sua interpretação direcionada ao encontro das intenções de quem as apresenta.

Isso significa que a maneira como uma imagem estrutura a realidade impacta a compreensão ou conclusão interpretativa que temos a seu respeito, questão que se aplica à fotografia como um todo, ao cumprir a função de interpretar de forma ativa e, em alguns casos, forçosa, um acontecimento (Butler, 2020). Diante das conclusões às quais podemos ser direcionados e sabendo que o contexto político está formulado e é renovado por meio do enquadramento (Butler, 2020), o consumo massivo de imagens sem o entendimento das circunstâncias que as produziram remete ao perigo de não acessarmos diferentes histórias acerca de um fato e, se necessário, confrontá-las.

A constatação anterior preocupa estudiosas como Sontag (2003), embora também seja um ponto de contradição da autora. Diferente de Butler (2020), para quem uma variedade de enquadramentos direciona a nossa interpretação, como as legendas e as análises escritas junto às imagens, para a crítica de arte e ativista estadunidense, esses são os únicos recursos a atribuírem à fotografia um caráter interpretativo. Essa leitura, pautada na ideia de que os demais componentes da escrita com a luz chegam a prescindir das intenções do fotógrafo ou denotam que estas não necessariamente são transmitidas para quem observa o resultado, não parece considerar as imagens, através dos enquadramentos, como vias de construção e confirmação de violências para sujeitos ou setores que as vislumbram (Butler, 2020).

Um trabalho que dialoga com essa consideração, citado em momento anterior, foi registrado em 1982 por Luiz Morier, sendo nomeado da seguinte forma: *Todos negros* (figura 2). Com esse título, além de identificar do ponto de vista étnico-racial as pessoas submetidas ao quadro policial – todas negras – e o autor da ação – um homem branco –, o fotógrafo sinaliza dois fatos: o policial, mais próximo de quem observa a fotografia, não é o protagonista da cena e a abordagem aos homens negros não é arbitrária.

No caso mencionado, a lei, na figura do agente do Estado, não atua para garantir direitos, mas para punir grupos sociais específicos. Nessa circunstância, os enquadramentos adotados por Luiz Morier, incluindo o título, confrontam a suposta democracia racial defendida por setores historicamente inseridos no primeiro plano da história. Como propõe Rosana Paulino (2011), quando afirma que palavras escritas ou faladas podem ampliar o entendimento de uma obra de arte, a ausência do título poderia enfraquecer as provocações proporcionadas por cada enquadramento e, talvez, favorecesse a associação entre homens negros e criminalidade, semelhante à percepção do policial.

Apesar da fotografia divulgar elementos reais, mesmo as cenas mais brutais costumam ser interrogadas, mais uma vez, devido ao enquadramento, como a não captura de toda a dimensão de um acontecimento pela câmera fotográfica, ou as alterações pelas quais um cenário pode ser submetido (Sontag, 2003). Embora seja possível refletir sobre algumas dessas inquietações, em circunstâncias como a mencionada, indagar a veracidade de um fato pode dizer mais respeito aos grupos que o questionam e aos valores da sociedade da qual fazem parte, enquanto uma resposta, talvez indesejada, à pergunta acerca do modo como somos impactados pela dor dos outros e o que fazemos diante dela.

Isso não significa que as sensações e os sentimentos suscitados por uma fotografia não estejam atrelados a algumas particularidades, como temos discutido, sobretudo em meio ao exercício do enquadramento de romper com o contexto no qual foi constituído, romper consigo mesmo e demarcar novas conjunturas, posteriormente transpostas. Por meio dessa dinâmica, pessoas de diferentes espaços geográficos e temporais não são apenas tocadas do ponto de vista emocional, mas têm a possibilidade de acessar a fotografia, levando Butler (2020) a concluir

[...] que o enquadramento não contém completamente o que ele mesmo transmite, e se rompe sempre que tenta organizar de maneira definitiva o seu conteúdo. Na verdade, para obter êxito o enquadramento prescinde de condições de reprodutibilidade (Butler, 2020, p. 26).

Apesar da ausência de critérios para o enquadramento ser bem-sucedido, determinadas cenas repercutem mais do que outras, como já dissemos: as imagens de guerra. Na perspectiva de Sontag (2003), isso não quer dizer que todas as fotografias com esse tipo de conteúdo sejam comoventes, a começar pelo fato de que

todo conflito é, a princípio, local, por afetar diretamente a vida de quem convive com ele, enquanto populações de outras regiões acompanham os fatos à distância, se isso vier a acontecer.

Para se tornar interessante numa perspectiva internacional e, talvez, mais memorável, é preciso que o acontecimento contenha um diferencial, o que implica em uma determinada localização geopolítica e em características étnico-raciais e econômicas da população atingida. Exemplos significativos são os conflitos sucedidos na Ásia e na África nas décadas de 1950, 1960 e início da década de 1970. Retratados por fotógrafos renomados, o sofrimento infligido nessas circunstâncias não as classificou como as mais atrozes do século XX, apesar dos impactos significativos (Sontag, 2003).

À semelhança dessa perspectiva, a quantidade de fotografias expondo violências contra pessoas negras e pobres no Brasil³⁶ parece causar pouca comoção, haja vista a recorrência desses acontecimentos. Ainda em relação a essas imagens, também notamos a tendência observada por Sontag (2003) em relação às produções visuais em territórios marginalizados, como a maior incidência de imagens frontais completas de pessoas mortas ou gravemente feridas. Nos materiais consultados no acervo do Instituto Moreira Salles, encontramos com facilidade fotos registradas nas áreas periféricas dos estados brasileiros ou em presídios de pessoas negras falecidas, ensanguentadas e com os rostos visíveis.

Um exemplo emblemático foi o assassinato de cento e onze pessoas na Casa de Detenção de São Paulo, no bairro do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, mais conhecido como o Massacre do Carandiru. A quantidade de imagens disponíveis nas mídias sociais atualmente, nas quais as vítimas e sobreviventes têm seus corpos exibidos sem restrição, muitos machucados ou dilacerados, é um indício de que elas foram reproduzidas à exaustão no momento do acontecimento. Além da violência, outro aspecto marcante das fotografias é o pertencimento étnico-racial das pessoas expostas: em sua maioria, negras³⁷.

³⁶ As imagens podem ser visualizadas na sessão *Testemunha Ocular*, do acervo digital do Instituto Moreira Salles. Destacamos as páginas dos seguintes fotógrafos: Luiz Morier, Ana Carolina Fernandes, Daniel Marengo e Marlene Bergamo. Disponíveis em: <https://testemunhaocular.ims.com.br/explore/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

³⁷ Recomendo a visualização da imagem exibida na reportagem produzida por Elaine Patricia Cruz (2022), repórter da Agência Brasil.

De modo geral, imagens com esses perfis prevalecem na memória de populações privilegiadas e de países considerados ricos, carregando uma mensagem ambígua. Ao mesmo tempo em que confrontam o sofrimento exposto, brutal e inaceitável, os acontecimentos ocorridos no território são entendidos como característicos daquele local. A conclusão dessa mensagem é de que a tragédia é inevitável em algumas regiões, e isso nos expõe ao risco de nos habituarmos ao sofrimento e horror vividos por outras pessoas (Sontag, 2003).

Esse é mais um exemplo de que o enquadramento tem a capacidade de construir e confirmar uma guerra e de que a origem étnico-racial e territorial das pessoas retratadas interfere no impacto das imagens e na possibilidade de elas serem determinantes para atestar a legitimidade do conteúdo. Quando os sujeitos em questão são negros, tais considerações confirmam o que Achille Mbembe (2018b) denomina de *necropolítica*, que consiste na destruição de corpos e territórios menosprezados.

Diante do exposto, é preciso reconhecer que o trabalho de escrita com a luz, principalmente com os temas eleitos, é passível de ambiguidades. É inegável que a exibição e circulação das fotografias tornam um acontecimento público, porém, elas não garantem o principal: a sua interrupção (Sontag, 2003; Butler, 2020). Sem esta, qualquer reparação histórica torna-se irrisória.

Ainda assim, apostamos nesse recurso, pois, tal como Butler (2020) nos lembra, ele pode oferecer as condições necessárias para nos libertarmos da aceitação cotidiana da guerra ou de situações como o extermínio da população negra, em meio ao horror e indignação generalizados proporcionados. Afinal, o enquadramento pode funcionar normativamente do mesmo modo como pode romper com certos campos de normatividade, como acreditamos que a (foto)escre(vivência) o faz.

3.3 (FOTO)ESCRE(VIVÊNCIA): UMA FERRAMENTA DISCURSIVA DE AUTORIA DE PROFISSIONAIS NEGROS

Dado que a fotografia é um dos recursos de que a humanidade dispõe para contar uma história, o tipo de narrativa que ela apresenta é de suma importância, principalmente quando avaliamos, junto a Calila das Mercês Oliveira (2021), o modo como grupos minorizados são representados no meio artístico e midiático. De acordo

com a autora, é nesse cenário que Conceição Evaristo realiza um trabalho de curadoria ao eleger fotos com narrativas afetuosas de cuidado para compor a capa e a contracapa de seu romance *Becos da Memória* – escrito entre 1987 e 1988, e divulgado pela primeira vez em 2006. As três edições³⁸ publicadas até o momento contêm imagens de família, todas com pessoas negras, oriundas do acervo pessoal da artista (Oliveira, 2021).

Ainda que fotos com as características descritas não sejam recorrentes nos meios aos quais a escritora está vinculada, a referência às culturas visuais não é uma novidade em seu percurso. Em *A escrevivência e seus subtextos*, Conceição Evaristo (2020a) declara que o termo *escrevivência* tem como imagem fundante a figura da Mãe Preta, cujas experiências, como a privação de direitos, a exploração do corpo e da voz no contexto escravagista, subjazem em sua história e memória. Talvez seja possível dizer que esse sentimento se estende a quem partilha do mesmo pertencimento étnico-racial.

Ao trazer à cena essa figura, apagada do (en)quadro nacional conforme a proximidade da abolição (Deiab, 2006), e, ainda por cima, conferindo dignidade a ela, Conceição Evaristo (2020a) rompe com a condição de silenciamento atribuída às mulheres negras no passado. Junto a isso, a autora nos convoca a refletir sobre os legados de um dos acontecimentos mais emblemáticos da história do país, gesto que também é observado nas dimensões ou desdobramentos da *escrevivência*.

Esse parece ser o caso da (foto)escre(vivência), cunhada por Bispo (2016) e definida pela autora como uma ferramenta discursiva de autoria de sujeitos negros que atuam profissionalmente no campo da fotografia e praticam o “ativismo antirracista visual fotográfico”, sem se limitarem a ele. Em diálogo com o conceito de *escrevivência*, concepção a partir da qual a pesquisadora a interpreta e que difere da nossa leitura, a ferramenta mencionada contém um diferencial importante em relação aos trabalhos pautados em uma leitura hegemônica. Tal como é possível apreender no estudo de Bispo (2016, 2017), trata-se da capacidade de discutir temas socialmente relevantes através da escrita com a luz sem destituir a humanidade das pessoas retratadas, sobretudo negras, ou reiterar as violências coloniais que as acometem.

³⁸ Até o momento, a obra *Becos da memória* foi publicada pelas seguintes editoras: Mazza Edições (2006), Mulheres (2013) e Pallas (2017), respectivamente.

Como se nota, para que essa avaliação ocorra, é preciso considerar a trajetória pessoal e profissional da pessoa autora da imagem tanto quanto os critérios em torno dos quais uma cena é incluída ou eliminada. Na verdade, da maneira como a pesquisadora evidencia, o percurso de vida de quem registra as fotografias é uma das condições determinantes para o tipo de leitura empreendida, mesmo quando não acessamos a sua história diretamente – algo possível de ser realizado em exposições, entrevistas, documentários e ensaios biográficos, por exemplo. Afinal,

[...] a (foto)escre(vivência), enquanto construção de sentido, exhibe um recorte do contexto segundo a vivência da fotógrafa e/ou do fotógrafo. Tanto que o modo de ver o mundo pressupõe o ponto de vista dessa/e profissional da imagem (Bispo, 2016, p. 34).

O entendimento de que a trajetória profissional justifica os recortes e as narrativas apresentadas pelo autor da fotografia vai ao encontro da avaliação de Butler (2021) de que as intenções de quem a registra são transmitidas por meio do enquadramento eleito. Essa aproximação, inclusive, permite ampliar o significado da (foto)escre(vivência), como o fazemos neste trabalho. Neste caso, ela passa a ser compreendida como um tipo de enquadramento de autoria de profissionais negros que partilha de princípios comuns à escrevivência enquanto uma de suas dimensões.

Se, acaso, parecer que a (foto)escre(vivência) se resume à produção de imagens positivas de pessoas negras, há indícios de que ela abrange e, ao mesmo tempo, ultrapasse essa perspectiva – ainda que as duas posições sejam significativas em comparação a alguns modelos vigentes. Como já foi exposto, dada ferramenta contesta as representações atribuídas às pessoas negras do mesmo modo como confere a elas subjetividade. Isso, possivelmente, reflete na capacidade da (foto)escre(vivência) de promover transformações sociais, como Bispo (2016, 2017) reivindica.

Em vista disso, não parece errôneo afirmar que, devido à autoria, à possibilidade de contemplar vivências pessoais e coletivas e à legitimidade conferida a elas, a (foto)escre(vivência) é um contraponto radical às produções concebidas pelo olhar do outro sobre o outro (Schwarcz, 2022 [2017]). Esse tipo de concepção, presente em muitas das imagens que compõem os estudos sobre as populações originárias e negra, de certo, também é um tipo de enquadramento, apesar de ele pouco nos auxiliar em relação ao nosso objeto de estudos.

3.3.1 Eustáquio Neves

Natural de Juatuba, Minas Gerais, José Eustáquio Neves de Paula nasceu em 1955 e, atualmente, reside em Diamantina, cidade do mesmo estado. A mãe, uma das filhas caçulas de uma família extensa, o criou com o apoio de parentes de diferentes gerações, o que proporcionou ao artista lembranças significativas, como as brincadeiras de infância. Sempre criativo, quando jovem, se interessou por áreas diversas, como música e química – com a qual desenvolveu alguns experimentos (Gargalheiras, 2022).

A primeira câmera profissional foi adquirida durante a atuação como técnico em Química Industrial, em Goiás, com o objetivo de aproveitar o tempo livre. Três anos depois desse investimento, Eustáquio Neves decidiu prosseguir com o trabalho de fotógrafo (Britto, 2019), uma aposta audaciosa para um homem negro na década de 1980. Autodidata, o início da carreira revela a posição subversiva em relação à concepção de fotografia europeia. Sobre essa escola, ele afirma: “ela não me representa, porque ela não está falando de mim. Eu era um outro objeto dentro dessa fotografia” (Gargalheira, 2022, 31’49’’).

Diante de circunstâncias adversas, para contar uma história através da escrita com a luz, o artista construiu um percurso singular, destacando as *pesquisas* e o *tema* como os principais elementos do seu processo criativo. Essas prioridades explicam o motivo pelo qual a elaboração do projeto antecede a busca por imagens (Britto, 2019), que, portanto, não são registradas aleatoriamente. Além disso, elas também permitem refletir de forma cuidadosa sobre a relevância social dos temas de interesse.

Se esses aspectos técnicos fornecem notícias a respeito de um trabalho que vem sendo desenvolvido há algumas décadas, o artista Arthur Bispo do Rosário, cuja obra foi libertadora para Eustáquio Neves, é uma inspiração que não pode deixar de ser mencionada. Outra referência marcante foi o trabalho junto à comunidade dos Arturos, em Minas Gerais, fundada por Arthur Camelo há mais de cem anos (Britto, 2019; Gargalheira, 2022).

A partir desse encontro, o artista começou a abordar as suas origens através das artes que exerce, como a escultura, a pintura e a fotografia, à qual se dedica há mais tempo (Gargalheira, 2022). Por isso, quem acessa as suas produções também

conhece pessoas e espaços com os quais ele mantém vínculos afetivos, como familiares, amigos e, inclusive, com ele mesmo.

Também é possível identificar a relação de afeto de Eustáquio Neves com um dos principais instrumentos de trabalho: a câmera analógica, na contramão de aparelhos digitais cada vez mais sofisticados (Castro, 2021). Aliás, a utilização desse material, a partir do conhecimento adquirido como químico, tem possibilitado o desenvolvimento de técnicas que conferem características únicas às suas obras. É notório, por exemplo, encontrar em seus trabalhos as sobreposições e a reutilização de negativos, recortes de documentos pessoais e históricos, retratos, assim como trechos de jornais e informações verbais (Castro, 2021).

Sem pressa para produzir, ao se distanciar do imediatismo e exagero da modernidade, o fotógrafo também se opõe à postura de quem afirma estar sempre disponível para registrar uma situação no momento em que ela ocorre. Para ele, a observação de uma cena é tão relevante quanto a possibilidade de compreender as histórias e os significados dos conteúdos representados. Por isso, ele *recria* (Orlandi, 2018; Castro, 2021; Gargalheira, 2022).

Apesar de este breve relato não contemplar toda a magnitude do trabalho do artista, o percurso realizado ajuda a compreender o protagonismo de sujeitos negros nas suas obras e a razão pela qual a história dessa população no Brasil é um dos seus principais objetos de análise, até mesmo quando o trabalho tem início com investigações pessoais ou familiares. Assim sendo, é possível afirmar que o resgate de narrativas que não foram devidamente contadas sob uma perspectiva humanizadora é parte do compromisso ético-político de Eustáquio Neves.

4 DA DESUMANIZAÇÃO À CONTINUIDADE NA (IN)DIFERENÇA

Para compreender os efeitos da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil, é fundamental acessar o período histórico no qual ocorreu a instauração desse regime, que não se desvincula do racismo. Em vista disso, neste capítulo destacamos a emergência da colonialidade/modernidade e as condições necessárias para a manutenção dessa lógica, como o *genocídio/epistemicídio* de alguns grupos. Segue a isso um panorama da colonização no Brasil, as implicações materiais e simbólicas da escravização e da *abolição inacabada*, especialmente para a população negra.

Na sequência, fazemos um percurso pelos conceitos de raça e racismo a partir da realidade brasileira, começando por diferenciá-los. Notamos que o interesse e o desinteresse de pesquisadores brasileiros – atualmente, vistos como pseudocientistas – pela raça como objeto de estudo acompanharam as teorias de cientistas europeus e estadunidenses, assim como consideraram o modelo de sociedade que a elite econômica procurava construir no Brasil.

Com o aumento da miscigenação e o não-recuo da população negra no país, o projeto de país almejado não pode ser concluído, ao menos de maneira radical. O racismo, ao contrário, segue em vigor e pode ser interpretado a partir de diversas chaves de leitura, como apontaremos ao longo deste capítulo. Aliás, há indícios de que a população negra continua sendo criminalizada continuamente, como os dados estatísticos apontam e, para tal, é essencial a participação do Estado. Em resumo, constamos a não-instauração de mudanças estruturais na sociedade brasileira.

4.1 A INSTAURAÇÃO DA COLONIALIDADE/MODERNIDADE E DA ESCRAVIZAÇÃO

Em diálogo com pressupostos da teoria decolonial³⁹ e com Nelson Maldonado-Torres (2010), entendemos que a ideia de raça é operada pela *colonialidade*, lógica

³⁹ Por teoria decolonial, identificamos a leitura que trata da experiência da colonialidade e dos seus efeitos no território geopolítico da América Latina, a fim de se pensar em possibilidades de descolonização. Dentre os seus representantes, destacam-se: Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano, María Lugones e Ochy Curiel.

global de desumanização cuja manutenção dispensa a apropriação de colônias formais, embora a sua fundação seja marcada justamente pela ocupação do “Novo Mundo”, a partir do século XVI, e pela escravização dos povos numa dinâmica transcontinental. Outro aspecto da colonialidade, também identificado pelo autor, consiste no fato de ela ser homóloga à *modernidade*, especificamente à modernidade ocidental, para a qual a violência colonial é um instrumento indispensável. Essa é, portanto, uma das justificativas para a escolha do tema apresentado, pois é próprio da modernidade/colonialidade o ataque constante a determinados grupos sociais, seus costumes e produções, como se evidencia no percurso histórico.

Do mesmo modo que a modernidade/colonialidade postula que as produções atuais são superiores àquelas experienciadas anteriormente (Maldonado-Torres, 2020), a própria violência alcançou um novo patamar com a emergência dessa lógica. A prova disso foram os quatro genocídios/epistemicídios⁴⁰ fundamentais do longo século XVI, período de 1450 a 1650, contra: os povos mulçumanos e judeus na conquista de Al-Andalus; os povos originários do território americano e, em momento posterior, contra os povos originários na Ásia; os povos africanos sequestrados em seu território, traficados para a América e escravizados e, por fim, as mulheres que cultivavam ou transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, perseguidas e queimadas vivas por suposta feitiçaria, fatos estes denunciados e tratados por Ramón Grosfoguel (2016).

A importância de contextualizar os quatro genocídios/epistemicídios que marcam o século XVI não corresponde à tentativa de medir o grau de violência desses eventos para compará-los entre si, mas, explicitar que, devido a alguns aparatos, dentre eles o epistemológico, o extermínio de populações e de suas cosmologias foi algo justificado, questão compreendida ao se pensar na filosofia moderna, sobretudo nas posições de René Descartes. Segundo Grosfoguel (2016), através de dois argumentos, um ontológico e outro epistemológico, o filósofo francês tomou o homem ocidental – branco e europeu – como aquele que tem os atributos necessários para ocupar o lugar de Deus enquanto produtor de um conhecimento universal. A máxima de Descartes, “penso, logo existo” (*Ego cogito*), pautada no *racismo/sexismo*

⁴⁰ A discussão realizada por Grosfoguel (2016) sobre epistemicídio se inspira em uma anterior, realizada por Boaventura de Souza Santos (2017), quando analisa o pensamento abissal e a ecologia de saberes.

epistêmico, foi precedida, porém, pelo “conquisto, logo existo” (*Ego conquiro*), marca da expansão colonial, ressignificando-a ao legitimá-la a partir de determinadas características: o homem produtor do conhecimento universal e a figura do colonizador. Assim, só foi possível ao homem branco europeu ocupar um lugar de destaque porque este já havia sido conquistado, visto que

[...] os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI são as condições da possibilidade sócio-histórica para a transformação do “conquisto, logo existo” no racismo/sexismo epistêmico do “penso, logo existo” (Grosfoguel, 2016, p. 31).

Diante da experiência exitosa na conquista do território de Al-Andalus, na Península Ibérica, culminando no genocídio/epistemicídio dos povos judeu e mulçumano, estratégias semelhantes de domínio foram empregadas a partir de 1492 no processo de expansão colonial pela Igreja Católica e pela Coroa Espanhola, responsável por autorizar e financiar a investida em direção ao continente americano (Grosfoguel, 2016). Se as medidas adotadas na Península Ibérica se pautavam, sobretudo, no domínio de um território familiar, a colonização na América, cuja região e população eram desconhecidas pelos europeus, contou com a adoção de ferramentas mais sofisticadas de violação do espaço e dos seus habitantes.

Enquanto na conquista de Al-Andalus questionava-se a identidade ideológica e teológica dos judeus e mulçumanos que, sendo diferente daquela proferida pelos Estados ibéricos, poderia comprometer o domínio efetivo do território, a invasão do continente americano se diferenciou por colocar em questão a humanidade dos povos originários, denominados “índios”. Isso ocorreu devido à visão reducionista dos dominadores europeus que, ao suporem que aqueles povos não tinham uma religião, entenderam que isso equivalia a não acreditar em Deus, algo possível devido à ausência de humanidade. Esse momento é marcado pela introdução do racismo, circunscrito ao âmbito religioso (GROSFOGUEL, 2016).

A escravização dos povos originários ocorreu sem grandes implicações, durante algumas décadas, até o julgamento de Valladolid, em 1552, que foi um marco histórico importante: primeiro, porque naquele contexto reconheceu-se que os indígenas eram possuidores de alma e, portanto, não poderiam ser escravizados, o que, contudo, não os protegeu de outras modalidades de coerção; além disso, o resultado do julgamento corroborou o sequestro massivo dos povos africanos,

transportados à América e escravizados. Na ausência do racismo religioso, elegeu-se o racismo de cor e, se a humanidade dos povos originários era questionada, no caso dos africanos, considerava-se que eles estavam abaixo desse quesito, pressuposto dado a partir da possível inferioridade social biológica (Grosfoguel, 2016). Essa discussão foi retomada por pseudocientistas séculos depois, produzindo o que veio a ser denominado *racismo científico*.

Apesar de os traços fenotípicos serem a expressão mais notória da suposta diferença entre colonizadores e colonizados, instaurada no e para esse contexto da colonização, Aníbal Quijano (2005) reitera que a racialização abarcou o território de origem e a cultura dos sujeitos dominados na medida em que o que diferenciava do europeu passou a ser rejeitado. Desse modo, a classificação social pautada na raça, que se iniciou na América e se estendeu para outros continentes no curso da expansão colonial, foi associada à ocupação, a ponto de ser imposta uma “sistemática divisão racial do trabalho”, presente até o hoje (Quijano, 2005, p. 118), como demonstra a predominância de mulheres negras desempenhando as funções de babá e faxineiras.

Para melhor compreensão do que se apresenta como continuidade das ferramentas do período escravagista – como a divisão racial do trabalho e as violências –, é importante elucidar as condições encontradas pelos povos africanos na chegada ao Brasil, a começar pelo apagamento material, um caso de *epistemicídio*. A inexatidão quanto ao número total de sujeitos escravizados durante o período escravagista, com início na década de 1530, é uma expressão do referido apagamento e uma demonstração do que ocorreria posteriormente, conforme denunciado por Abdias Nascimento (2016). Apesar dos poucos dados à disposição, diante da quantidade de escravizados que desembarcaram no território brasileiro, superior àquela enviada a outras regiões, é inegável para o autor que o nosso país contou com o maior sistema escravista moderno.

Naquele contexto, as condições de vida dos povos negros alcançaram níveis extremos. Clóvis Moura (1992) é enfático ao compará-las com o tratamento conferido aos animais, o que se confirma ao levarmos em consideração a ausência de direitos da população escravizada, a possibilidade de ser comercializada, as jornadas de trabalho de quatorze a dezesseis horas ininterruptas, os castigos, as mutilações e, por fim, a morte sem justificativa. Segundo o estudioso, todas essas experiências,

inclusive torturas aterrorizantes (como uma pessoa escravizada ser enterrado vivo, jogado em um caldeirão de água ou azeite quente, ou castrado), contaram com o consentimento do Reino português, não desfeitas no decorrer do período colonial.

Apesar da ênfase atribuída às instituições e setores sociais brasileiros em relação à escravização, tal prática estava diretamente ligada a um sistema que se propunha a atender à economia em níveis nacional e internacional. Sem a comercialização e a mão de obra dos povos africanos e seus descendentes, o lucro com a produção e a venda de produtos nacionais, por exemplo, ficaria comprometido, afetando os interesses dos senhores proprietários e dos compradores estrangeiros. Assim, apesar de os produtos exportados serem objetos de investimento de diferentes setores, o comércio em larga escala não seria viável na ausência da escravização (Moura, 1992), o que nos leva a considerar, mais uma vez, a relação entre opressores e oprimidos.

A hierarquia entre os grupos não foi um impeditivo para que ambos se sentissem ameaçados. Enquanto os sujeitos escravizados compunham uma parcela expressiva da população, por sua vez, submetida a míseras condições de vida, as classes dominantes e o Estado temiam perder os privilégios que detinham, utilizando diferentes estratégias para garantir a manutenção do sistema escravagista. Por outro lado, as mais violentas formas de controle social foram experienciadas pelos escravizados como uma sensação de terrorismo permanente, inicialmente, em relação à figura do opressor (Moura, 1992). Dissemos “inicialmente”, pois, dentre as estratégias utilizadas pela elite e pelo próprio Estado, coube a transferência do controle social aos membros do próprio grupo mantido sob suspeita (Flauzina, 2006), dificultando qualquer tipo de enfrentamento ao sistema de forma coletiva⁴¹.

⁴¹ Em uma passagem de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, notamos a prática de controle social através de um homem negro alforriado, Prudêncio. Submetido a inúmeras violências na infância, quando adulto, a personagem passa a ser “proprietária” de outro sujeito, negro como ele, oprimindo-o e impondo-lhe algumas das condições pelas quais passara quando era escravo, em analogia ao que afirma Paulo Freire (2011, p. 269): “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar opressor”. Um dos objetivos de Machado de Assis (1997) com tal passagem, e que vai ao encontro do tema da nossa pesquisa, é marcar que a condição de assujeitamento imposta ao negro não foi rompida com a alforria e com o fim da escravização. Isso porque a sociedade brasileira, contexto no qual se passa a história, está corrompida, com efeitos diferentes a depender do grupo étnico-racial, classe e gênero. Na obra, por exemplo, enquanto o protagonista Brás Cubas, homem branco e integrante da elite econômica, tem diferentes práticas de imoralidade da infância à terceira idade, Prudêncio passa a expressá-las quando ascende socialmente, já adulto.

O medo de que a população escravizada promovesse o fim do sistema de exploração e da hegemonia branca continuou presente quando o Brasil deixou de ser um Reino português e foi elevado ao estatuto de Império, em 1822, como informa Ana Flauzina (2006). Junto ao temor, também foi mantida a concepção acerca dos sujeitos negros, para os quais poderiam ser atribuídos dois papéis: o de escravo e o de criminoso, ainda vigente. Na verdade, na esteira do mundo colonial, o Império representava a possibilidade de evitar rupturas, sedimentar as continuidades e legitimar o extermínio de alguns grupos sociais. Por isso, a mudança de regime resultou na sofisticação do projeto colonial, evidenciado, por exemplo, no sistema penal, com início no mesmo ano (Flauzina, 2006).

Não surpreende que nessa conjuntura a abolição da escravização tenha sido adiada ao máximo pelas classes dirigentes brancas, até se tornar inevitável, em 1888. No período que antecede a suposta abolição no Brasil, o número de escravizados e libertos no território era de, aproximadamente, sete milhões. Frente a esse valor expressivo e às vésperas do marco jurídico que poderia implicar em mudanças estruturais na sociedade, as dinâmicas sociais daquele momento anteciparam o “novo” cenário. Preocupadas com a manutenção dos próprios privilégios, as classes dirigentes mantiveram-se distantes. Sem rever o pacto social violento e assimétrico que promoveram, elas continuaram oferecendo aos escravizados e libertos desamparados as já consolidadas práticas de controle social (Flauzina, 2006).

Amparado pela mesma lógica escravagista do Império, o sistema penal da República substituiu os grilhões pelas algemas, em 1889, sendo o racismo o seu principal “norteador”. Nesse contexto, a violência, antes presente no âmbito da casa-grande, ganhou o domínio público com o fim da escravização e, paulatinamente, os escravizados passaram da tutela dos senhores para a do Estado (Flauzina, 2006). Esse é, portanto, mais um episódio da história que confirma a persecutoriedade aos corpos negros, reforçada através de leis e dados estatísticos atuais.

O Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, mais conhecido como Lei das Contravenções Penais, que prevê punições para crimes de menor gravidade, é um exemplo da manutenção do controle sobre os corpos negros e pobres. Um dos casos mais emblemáticos deste decreto assinado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo é o artigo 59º, que reconhece a vadiagem como uma contravenção. Embora o artigo e a própria Lei não possam ser desvinculados do contexto em que

foram decretados, fato é que a vadiagem é passível de punição no Direito Penal brasileiro desde o Império. A diferença, no entanto, é que no Código Criminal de 1830 e no Código Penal de 1890 ela é enquadrada como um crime (Westin, 2023).

Em vista desses contextos e das desigualdades sociais presentes no Brasil, a Lei⁴² mencionada nos leva a questionar quem, de fato, pode ser incluído como proletário ou classe trabalhadora no país, ainda que a Carteira de Trabalho e Previdência Social contenha um registro. Tal questão vai ao encontro da série *Boa aparência* (2000), de Eustáquio Neves, produzida a partir do retrato da carteira de identidade do artista e da indagação sobre o tipo de aparência desejável para se ter acesso ao mercado de trabalho (apresentada na subseção 6.2 / *Sessão de análise: o choque violento*).

Por outra via, pesquisas recentes do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2023) mostram a população negra entre as maiores vítimas de violência no Brasil, independente da ocorrência registrada. Enquanto 76,9% das vítimas de homicídio são negras e do sexo masculino, a porcentagem de pessoas negras vítimas de intervenções policiais é superior, aproximadamente 83,1%. A essa altura, não surpreende dizer que os maiores alvos destas ações são jovens negros, em sua maioria, pobres e residentes das periferias, assim como não é novidade o fato de que 68,2% das pessoas privadas de liberdade são do sexo masculino e negras.

Se, por um lado, dados como esses revelam a (in)disposição de manter o sistema escravagista no passado inalterável, o presente nada promissor, justifica a afirmação de Dina Alves (2021) de que estamos diante de uma *abolição inacabada*. Não por acaso, há a adoção de ferramentas cada vez mais sofisticadas em situações de violência, observadas na renovação contínua das “tecnologias da dor” e na manutenção do “laboratório dos horrores”, espaços de acesso privado onde torturas e outros tipos de crime são cometidos sem testemunhas públicas – o que não é uma condição para submeter a população negra a episódios de violência⁴³.

⁴² Atualmente, está em tramitação o Projeto de Lei nº 1212, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, para a revogação da convenção penal denominada “vadiagem”. Conforme a matéria consultada do Senado Federal, desde o dia 29 de agosto de 2023 o Projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CJC) aguardando a designação do relator. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/matéria/147947>. Acesso em: 24 mar. 2024.

⁴³ Uma prova de que a privacidade é dispensável quando se trata do cometimento de crimes contra a população negra em uma sociedade racista é apresentada pelas culturas visuais. As imagens de Jean-Baptiste Debret (figura 1), do século XIX, e de Luiz Morier (figura 2), do século XX, portanto, de séculos distintos, retratam cenas públicas nas quais as abordagens das autoridades aos homens

Talvez por isso, Nascimento (2016) tenha estabelecido uma correlação entre a abolição e a intensificação do genocídio. Tendo em vista que aquela medida dispensa a população negra de supostas obrigações sem reparar os seus “proprietários”, torna-se dispensável a essa parte da sociedade conviver com quem não deixou de ser reduzido à condição de mercadoria. A evasão dos ex-escravizados para as periferias é uma das consequências dessa mudança de regime, complexificando alguns conflitos e produzindo outros, fato que também tangencia questões de classe.

Portanto, o evento da escravização acaba por ser um dos pontos de partida para se compreender a História do Brasil, considerado por Nascimento (2016) como o maior escândalo na trajetória do país, que resultou no *genocídio negro*⁴⁴. Já o epistemicídio, que, diferente da perspectiva decolonial apresentada, é compreendido pelo estudioso como uma manifestação do genocídio, está presente na ausência ou imprecisão das informações históricas, como o número de africanos que desembarcaram no Brasil, assim como a quantidade de pessoas escravizadas, apresentada inicialmente enquanto um exemplo de apagamento material. De acordo com o autor, parte da inexatidão resulta do apagamento de dados oficiais pelo Estado, como aquele autorizado pela circular nº 29, expedida pelo ministro Rui Barbosa (Nascimento, 2016), em 14 de dezembro de 1890, e publicada quatro dias depois, exigindo a destruição de documentos oficiais sobre a escravização (Slenes, 1983).

Este episódio é um dos exemplos mais concretos de epistemicídio por meio do apagamento material legitimado pelo Estado e, não de modo arbitrário, conhecido por uma parcela ínfima da população brasileira. Também não é ocasional o apagamento sob outras perspectivas já em curso naquele contexto, como em relação à língua, à religião e às práticas culturais, as quais os povos negros africanos e seus descendentes foram proibidos de exercer, ao mesmo tempo em que eram impostas práticas de embranquecimento da raça (Nascimento, 2016). Fatos como esses evidenciam que o genocídio antinegro e o epistemicídio atuam na estrutura social e, também, no âmbito subjetivo.

negros é, por si só, uma punição. Nesse sentido, não parece errôneo o entendimento de que uma das funções da privacidade seja contribuir para a não responsabilização de quem age criminosamente e, em última instância, do próprio Estado.

⁴⁴ Embora concordemos com a perspectiva do autor, ela pode soar ambígua em algumas circunstâncias. Por isso, neste trabalho, adotaremos a nomenclatura defendida por Alves (2021): *genocídio antinegro*.

Ainda sobre as referências, não deixemos de ressaltar que mesmo os dados apresentados pelos autores com os quais dialogamos também são passíveis de algumas imprecisões. Se parte considerável dos dados do período escravagista são inexatos ou inexistentes, alguns documentos disponíveis contam com o enviesamento interpretativo de brasileiros ou estrangeiros que observavam e reportavam aspectos da nossa sociedade, por exemplo, a vida íntima dos escravizados. Esse enviesamento pauta-se: no racismo, que não pode ser despreendido da leitura realizada pelos observadores; nos preconceitos culturais, na medida em que os observadores estrangeiros tinham como referência outros países (especialmente os de origem)⁴⁵; e na ideologia acerca do trabalho escravo e do trabalho livre, questão que poderia confundir os observadores, sobretudo os estrangeiros (Slenes, 2011). Todavia, atravessamentos como esses não inviabilizam a adoção dos documentos como informações sobre o período estudado, porque o próprio enviesamento é um dado de análise.

As violências e os apagamentos, como verificamos, foram apresentados com recorrência no percurso pela colonialidade, colonização e escravização, e isso não implica negar outras experiências, apesar da difícil tarefa de reconhecê-las. “Difícil”, porque, embora os povos negros e suas referências culturais não tenham desaparecido completamente – não que isso não fosse de interesse dos colonizadores (Slenes, 2011; Nascimento, 2021) –, pouco é dito a respeito das contribuições desse grupo que atuou em diversos setores da sociedade brasileira, como alerta Beatriz Nascimento (2021). Inclusive, para a autora, a presença da população negra em diferentes áreas, em decorrência da divisão do trabalho, pode ter contribuído para a manutenção de elementos culturais do próprio grupo em questão.

Ademais, a escassez e o enviesamento de documentos se somam ao fato de que falar de regimes como a escravização é incômodo. Na verdade, a figura do sujeito negro escravizado é perturbadora para a modernidade, cujas medidas adotadas, destacando-se o extermínio, a dominação, o estupro, a expropriação, a exploração, a tortura e as mortes prematuras (Maldonado-Torres, 2020, p. 41), contribuem para que ele constitua “[...] a parte da sombra, de mistério e de escândalo” (Mbembe, 2018a, p. 77) ou, como já apontamos, a parte denegada da sociedade.

⁴⁵ Neste caso, o que se diferenciava das próprias referências, principalmente no que concerne aos sujeitos negros, tomava o ar de patologia social (Slenes, 2011).

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a analisar e nomear algumas das implicações da escravização para a população negra, objetivos não isentos de questionamentos, e que considera dois aspectos: primeiro, na medida em que uma leitura identifica a escravização dos povos negros como um dos genocídios/epistemicídios da modernidade/colonialidade (Grosfoguel, 2016), existe a possibilidade de que eles tenham repercutido em diferentes âmbitos da cultura e da própria constituição psíquica dos sujeitos; em segundo lugar, apesar de a escravização ser um dos marcos de fundação da modernidade/colonialidade, tal lógica não foi desfeita com a abolição da escravatura (Maldonado-Torres, 2020; Alves, 2021). Portanto, é possível que tenha ocorrido a manutenção das violências coloniais que subsidiavam a escravização, violências estas tão ou mais sofisticadas do que as anteriores. Para o entendimento dessas questões, o percurso pelos conceitos de raça e de racismo mostra-se indispensável.

4.2 RAÇA E RACISMO NO BRASIL: DA INSCRIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA DIFERENÇA

A diversidade, enquanto uma característica da humanidade, é inegável, embora alguns grupos resistam a essa constatação ou a leiam sob uma perspectiva enviesada, especialmente em relação a determinadas temáticas. A pluralidade racial, por exemplo, pode ser considerada uma marca antiga das sociedades, pretensiosamente manuseada no contexto da expansão colonial e da ocupação do “Novo Mundo”. A partir desses marcos e do que se seguiu, duas considerações são importantes: primeiro, não é errôneo afirmar que a história das raças humanas é análoga à constituição das sociedades modernas; e, sendo a raça um conceito relacional e histórico, o debate em torno dela não pode ser descontextualizado (Almeida, 2019).

No Brasil, a pluralidade étnica é anterior à colonização, diferente da pluralidade racial que, de acordo com Kabengele Munanga (2020b), é uma das consequências da ocupação do País e objeto de discussão a partir da suposta abolição da escravização, em 1888, quando se fomentou o debate em torno da “construção de uma nação e de uma identidade nacional” (Munanga, 2020b, p. 54). As demandas em

torno desse evento e do que o sucedeu acompanharam o incômodo da elite nacional com a nova categoria de cidadãos, os ex-escravizados negros.

Diante da suposta inferioridade destes, não seria destoante para um país que ambicionava ser desenvolvido social e economicamente reconhecer esse grupo populacional? Ainda segundo o autor, essa dúvida marca o posicionamento da elite brasileira, que almejava uma sociedade predominantemente branca. Por isso, nesse cenário, teve início a realização e divulgação de estudos de intelectuais brasileiros sobre o Brasil e o seu povo, amparados por teorias de cientistas europeus e estadunidenses, também denominados de “racialistas” ou “pseudocientistas” na atualidade, com o objetivo de intervir no desenvolvimento do país conforme os ideais de setores privilegiados (Munanga, 2020b).

As produções dos intelectuais brasileiros, juntamente com aquelas publicadas pelos racialistas europeus e americanos daquele contexto, compõem o campo denominado racismo científico. Nele, é possível identificar as teorias raciais que propunham a existência de várias raças, concomitantemente à crença na superioridade da raça branca europeia (Assis, 2021). Tal fato justifica a parcialidade dos cientistas que, para Munanga (2020b), através da ciência obtiveram condições de transformar a raça em uma categoria biológica e, desse modo, justificar as diferenças fenotípicas. Como consequência, o determinismo biológico passou a ocupar um lugar importante, através do qual foram realizadas aproximações entre as características biológicas como a cor da pele e os atributos morais, intelectuais, psicológicos e outros, reforçando sistematicamente a suposta inferioridade dos sujeitos negros e outros estigmas associados a eles.

É notório que o discurso hoje denominado pseudocientífico explicitou e reforçou a diferença estabelecida entre colonizadores e colonizados ao valorizar um grupo racial em detrimento de outro e, sobretudo, ao sustentar uma ideia que, justificada “cientificamente”, não poderia ser refutada (Munanga, 2020a). Entretanto, para a consolidação de um discurso parece necessária a manutenção das condições que o produziram, um verdadeiro problema para o Brasil porque, além do incômodo com a população negra, a elite nacional também se dispôs com outro grupo, os mestiços, descendentes da miscigenação entre duas das seguintes raças: branca, amarela ou negra. A questão revelada pela miscigenação diz respeito à dinâmica do país que, ao contrário de territórios como a África do Sul e os Estados Unidos, contou com relações

inter-raciais (consentidas e não consentidas) constantes ao longo da história e em grande proporção (Munanga, 2020b).

A miscigenação é uma leitura biológica da mestiçagem, que também abarca uma leitura cultural, no caso, o sincretismo cultural. Tais leituras evidenciam que, além da preocupação com a quantidade de negros e mestiços, havia a inquietação em relação à disseminação da cultura daqueles povos que se pretendia eliminar. Diante desse cenário, ainda seria possível garantir a hegemonia racial e cultural branca? A solução encontrada pela elite nacional estava implícita em um dos problemas. A própria mestiçagem poderia garantir a redução gradual das populações negras e mestiças e, conseqüentemente, o enfraquecimento de movimentos políticos, revoltas e reivindicações, na medida em que as referências identitárias e culturais dos grupos em questão fossem eliminadas (Munanga, 2020b).

Inegavelmente, os resultados esperados com o incentivo à miscigenação implicariam no genocídio e no etnocídio de alguns grupos, como ocorreu em parte com o povo negro (Nascimento, 2016; Munanga, 2020b). Entretanto, sendo o Brasil um país diverso racialmente, as expectativas das elites não se consolidaram e, por sua vez, “[...] a mestiçagem não conseguiu resolver os efeitos da hierarquização dos três grupos de origem e os conflitos de desigualdades raciais resultantes dessa hierarquização” (Munanga, 2020b, p. 144). Apesar de os negros e mestiços permanecerem subjugados, os últimos ocuparam o lugar da dúvida quanto ao pertencimento identitário, o que possibilitou a alguns o deslocamento social, diferente do lugar já consolidado para os sujeitos considerados negros.

A partir dos anos de 1930, há indícios de que a miscigenação passou a ser valorizada; exemplo disso é que ela se tornou símbolo da identidade nacional, embora a busca pela hegemonia racial branca permaneça atuante. Essa mudança de *status* acompanha a emergência da suposta democracia racial, segundo a qual as diferentes raças convivem harmoniosamente no país. Como em outras perspectivas ideológicas, essa mudança de *status* da miscigenação e o mito da democracia racial não podem ser desvinculados da conjuntura econômica e política (Almeida, 2019), assim como a violência e a opressão não deixaram de incidir sobre os negros e mestiços. Na verdade, em diálogo com o que foi exposto em momento anterior, nas análises de Silvio Almeida (2019) e de Nascimento (2021), as violências se tornaram mais

sofisticadas e, no seu cerne, há poucas diferenças efetivas quando comparadas ao tratamento ofertado no período escravagista.

Soma-se a esse momento histórico, início do século XX, a constatação de cientistas estrangeiros de que não há evidências biológicas ou científicas que comprovem as diferenças raciais (Munanga, 2020a). Como essa notícia foi divulgada quando as relações inter-raciais e a suposta harmonia entre as raças eram alegadamente apreciadas pela sociedade brasileira, parece pertinente refletir se a constatação de que as diferenças raciais não têm fundamento científico ou biológico ainda era necessária, questionamento reforçado pela menor visibilidade do debate sobre raça ao longo do tempo, o que corrobora que

a questão fundamental que se coloca no Brasil do século XXI e em todos os países do mundo que convivem ainda com as práticas racistas não é mais a raça, que cientificamente foi enterrada, mas sim o racismo, que se mantém e se reformula através de outras essencializações e não mais pela noção biológica de raça (Munanga, 2020b, p. 126).

Tal afirmação faz rever o motivo pelo qual nos debruçamos sobre o conceito de raça até o momento. Fato é que, mesmo após décadas, a afirmação de que a diferenciação entre as raças carece de fundamento biológico e científico é apresentada até para justificar que elas não são o tema principal da discussão. Nesse sentido, a repetição parece ter um significado, também notado quando se reitera o valor sociológico atribuído às raças (Farias, 2018; Almeida, 2019; Munanga, 2020a, 2020b; Nascimento, 2021; Assis, 2021).

Possivelmente, essa recorrência se justifica pelo fato de que a classificação social pautada na raça é a forma mais eficiente e duradoura de dominação universal já adotada na história, como Quijano (2005) alerta. No contexto brasileiro, não cessam exemplos que reforçam essa lógica. O próprio significante “raça”, quando enunciado no singular, tende a invocar outro significante, o “negro”, como se este fosse seu significado. Essa junção não é aleatória, especialmente porque o branco, estabelecido como universal, não costuma ser racializado, seja por outros grupos raciais, seja pelo próprio grupo, fato que não pode ser desvinculado da História.

Analisado sob a perspectiva histórica, o período posterior ao da escravização no Brasil é ínfimo, a ponto de Beatriz Nascimento afirmar que “a senzala ainda está presente” (Nascimento, 2021, p. 44). Para a autora, em algumas circunstâncias é

difícil distinguir se há uma tentativa consciente de humilhar os sujeitos negros, o que se acentua com os estereótipos acerca desse grupo e com o próprio tratamento hostil que este pode empregar a si mesmo; é devido a essas particularidades e à repetição com que elas ocorrem que o preconceito racial – um juízo dado a partir de estereótipos de sujeitos que pertencem a determinado grupo racial – e a discriminação racial – um tratamento destoante atribuído a sujeitos pertencentes a grupos racialmente identificados –, não podem ser desarticuladas do racismo (Almeida, 2019), que:

[...] é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2020, p. 59).

O racismo é uma lógica complexa e, embora intrínseco ao contexto da modernidade/colonialidade, o modo como se manifesta em cada sociedade se modifica, como Lélia Gonzalez (2020b) demonstra ao analisar países como o Brasil, os Estados Unidos e a África do Sul. É característico dos países da América Latina o *racismo disfarçado* ou *racismo denegado*, identificado no exercício constante de não assumir a própria existência do racismo, diferente da expressão denominada de *racismo aberto* e próprio dos Estados Unidos e da África do Sul, onde a segregação racial foi oficial juridicamente.

Um aspecto importante a respeito dessa questão é o fato de que o racismo repercute psiquicamente. Contudo, para os propósitos deste trabalho, é pouco pertinente verificar se esse sofrimento pode ser mais acentuado de acordo com a sua expressão, embora não desconsideremos, como Sueli Carneiro (1996) e Gonzalez (2020b), que o modo como ele se apresenta implica na própria organização da sociedade e, principalmente, na maneira como os grupos discriminados se estabelecem e se identificam.

De todo modo, se os territórios citados têm em comum a colonização europeia, o racismo característico da América Latina faz menção a uma experiência anterior, na medida em que a ocupação e a exploração desse território por Portugal e Espanha refletem traços da própria formação histórica desses países, que contaram com a

presença dos mouros – negros – e árabes na Península Ibérica. As experiências desses povos, sobretudo dos mouros, trouxeram grandes contribuições para as sociedades ibéricas, tanto no âmbito organizacional quanto racial, porém, pouco reconhecidas (Gonzalez, 2020b). Nesse cenário, não surpreende que um tratamento semelhante seja dispensado ao racismo, pois pouco se admite a sua incidência nas sociedades ibéricas e na América Latina.

Sem deixar de dialogar com as considerações acima quanto à relação entre as expressões de racismo e a formação das sociedades, Kilomba (2019) apresenta a categoria de *racismo cotidiano*, tendo em vista vivências pessoais e coletivas – e que, possivelmente, pode ser observado em todos os territórios mencionados. De acordo com a autora, trata-se de todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares capazes de instituir uma suposta diferença entre pessoas não-brancas e brancas, assim como atribuir às primeiras aspectos recalcados na sociedade branca. Estes, geralmente, apontam para medos e fantasias quanto à sexualidade e à agressividade.

Nessa circunstância, a utilização do termo “cotidiano” não minimiza a dimensão do racismo e, conseqüentemente, os seus efeitos. Na verdade, o termo eleito pela pesquisadora escancara o “padrão contínuo de abuso” que marca a biografia de vida das vítimas a quem ele é direcionado, mesmo em diferentes contextos sociais. Por outra via, a notícia de que o racismo não é pontual pode ser um indício de que são necessárias ações radicais para rompê-lo, perspectiva que também é partilhada por debates concebidos no âmbito jurídico.

A respeito disso, Silvio Almeida (2018, 2019) distingue as três concepções de racismo mais correntes no cenário brasileiro, todas passíveis de punição. A primeira concepção, a individualista, compreende-o enquanto um ato praticado por um sujeito ou coletivo devido a um fenômeno ético ou psicológico. Como as práticas não são destinadas a um grupo específico, há quem defenda que não exista propriamente racismo. A penalidade para o autor da infração seria a conscientização ou a aplicação de sanções civis ou penais (Almeida, 2018, 2019), o que não assegura a não-repetição do racismo em outras circunstâncias.

Dizer que o racismo se apresenta em outros contextos implica considerar que ele pode estar presente no âmbito institucional, por exemplo. Dito de outro modo, a desigualdade racial característica da sociedade brasileira e anunciada em algumas

situações seria um desdobramento da forma como as instituições se organizam, sendo elas constituídas por grupos racialmente hegemônicos que, por sua vez, impõem seus próprios projetos econômicos e políticos através dos mecanismos institucionais. Para combater essa modalidade de racismo é fundamental a utilização do próprio aparelho institucional (Almeida, 2018, 2019).

Apesar de as concepções de racismo individual e institucional elucidarem alguns mecanismos, elas não são suficientes para explicar situações dentro das quais não estão circunscritas. Devido a isso, Almeida (2018, 2019) reivindica a concepção de racismo estrutural e afirma que, em decorrência da organização jurídica, econômica e política, o racismo gera condições sociais para que determinados grupos raciais sejam discriminados repetidamente, direta ou indiretamente. Essa leitura, que melhor contempla o tema desta pesquisa, ao considerar que o racismo estrutural também é reproduzido individual e institucionalmente, explicita a importância de não se isolar casos de discriminação racial, reforçando a necessidade das ações de enfrentamento. Dentre as estratégias, é necessária a adoção de medidas contra as manifestações individuais e institucionais, juntamente com mudanças estruturais profundas no campo da economia, da política e das relações sociais.

É mais notável no racismo estrutural a participação do Estado, questão reiterada por Almeida (2019) e já apontada em outros termos ao longo da exposição, cuja insistência diz respeito às condições necessárias para que nos aproximemos da possibilidade de romper o trauma decorrente da escravização - um acontecimento singular. Mas, se ainda houver dúvidas de que o Estado é o responsável/um dos responsáveis por institucionalizar estruturalmente o racismo, uma possibilidade é avaliar a sua participação na classificação e na divisão de pessoas em grupos sob diferentes regimes (colonialistas e escravistas, nazista e outros) (Almeida, 2019), analisar alguns eventos à luz da abolição inacabada (Alves, 2021), apontada em momento anterior, ou ainda da *necropolítica*, discutida pelo filósofo Achille Mbembe (2018b).

No último caso, ao avaliar o conceito de *biopoder* – “quem pode viver e quem deve morrer” –, de Michel Foucault, Mbembe (2018b) afirma que ele não é suficiente para explicar os mecanismos atuais de submissão da vida ao poder da morte; o autor propõe o conceito de *necropoder* em diálogo com o próprio biopoder, a soberania, o estado de exceção e a política da morte. Não nos cabe analisar esses conceitos

epistemologicamente, mas entender que a morte e a vida são geridas pelo Estado, através de mecanismos cada vez mais sofisticados. A escravização dos povos no advento da modernidade continua sendo um marco importante e, se no contexto colonial a dominação dos territórios implicava o domínio e a seleção dos corpos que iriam viver e daqueles que iriam morrer, na atualidade o domínio do território pode implicar na própria destruição deste, juntamente com a destruição daqueles que o habitam.

Se o próprio Estado e as suas instituições podem fomentar o racismo, como ressaltado, a intervenção dessas instâncias também é necessária para coibir e desconstruir medidas pautadas por essa lógica. Jurídica e teoricamente, as penalidades são aplicadas conforme o grau da infração, cuja denúncia, processo, julgamento e cumprimento da resolução, caso se verifique, ocorrem conforme o tempo cronológico que, para as vítimas, pode ser um processo demasiadamente longo, mesmo quando o crime é “imprescritível”. Em alguma medida, essa noção pode ser aplicada ao inconsciente que, regido por um tempo lógico, nos leva a refletir sobre a repercussão psíquica de experiências tais como as abordadas, como acompanharemos nos próximos capítulos.

5 TRAUMAS

Neste capítulo, apresentamos o trauma psíquico enquanto uma reação frente a um acontecimento perturbador. Para isso, localizamos o contexto no qual ele se tornou objeto de estudo de Freud e culminou na constituição da própria psicanálise. Como, ao longo do desenvolvimento deste método de investigação do inconsciente, foram apresentadas diferentes vertentes sobre o trauma, nos dedicamos à análise da neurose traumática, em especial de uma das leituras que ela comporta, a *neurose de guerra*, proposta no contexto da Primeira Guerra Mundial. A importância dessa aceção está relacionada a uma descoberta metapsicológica importante: a *pulsão de morte*, sobre a qual temos notícias através da *compulsão à repetição*. Esses são, portanto, os aspectos discutidos a seguir e que, posteriormente, nos subsidiarão com o nosso objetivo geral.

5.1 O ESTATUTO DO TRAUMA PSÍQUICO NA PSICANÁLISE FREUDIANA

A palavra “trauma”, de origem grega, cujo significado é ferida, porta uma particularidade. Conforme Ana Maria Rudge (2009), o termo se mantém o mesmo na maioria dos países ocidentais, situação semelhante à dos nomes próprios, quase sempre, intraduzíveis. Do mesmo modo que essa característica não confere exclusividade a esses nomes no sentido de impedir pessoas diferentes de os possuírem, a vivência traumática não é reservada a determinadas estruturas clínicas ou a grupos sociais específicos, mesmo quando identificada de forma recorrente nas mulheres no momento em que o tema se tornou objeto de estudo de Freud e, como a literatura aponta, culminou no surgimento da própria psicanálise (Rudge, 2009; Uchitel, 2011; Soler, 2021).

Sobre esse contexto, destaca-se a influência do estágio realizado pelo autor no Hospital da Salpêtrière, em Paris, entre outubro de 1885 e fevereiro de 1886. Nesse período, Freud acompanhou o médico francês Jean-Martin Charcot, famoso por tratar pacientes com neuroses histéricas de um modo não convencional (Freud, 1996 [1886]). Essa experiência repercutiu na associação entre trauma e *histeria* nos primeiros textos publicados, como verificamos em *Histeria* (Freud, 1996 [1888]), nas

notas de rodapé à tradução das *Conferências das terças-feiras de Charcot* (Freud, 1996 [1892-1994]) e nos *Estudos sobre a histeria* (2016 [1893-1895]).

A importância dessa associação inicial e dos conflitos produzidos por ela para o desenvolvimento da teoria e clínica psicanalítica pode ser observada no número de produções de Freud a esse respeito, como exposto, e no empenho do autor em apresentá-la à comunidade científica. A partir da primeira concepção, seguem reformulações do conceito de trauma psíquico, observadas por psicanalistas de diferentes filiações (Favero, 2009; Rudge, 2009; Cardoso, 2011; Uchitel, 2011; Berta, 2012; Soler, 2021).

Ana Beatriz Favero (2009), por exemplo, ao realizar uma revisão bibliográfica do trauma em psicanálise, afirma que os primeiros trabalhos de Freud acerca desse conceito foram apresentados entre 1885 e 1897, ano em que o trauma deixou de explicar de forma exclusiva a gênese da constituição do sintoma histérico. A partir da incursão realizada pela autora, destacam-se algumas acepções de trauma, são elas: *o trauma e a sedução; o trauma e a fantasia; as neuroses traumáticas; o trauma e a teoria da angústia; o trauma e o Supereu; e o período de latência e o efeito do trauma.*

Outra chave de leitura consiste em circunscrever o trauma em duas vertentes: *a teoria traumática da neurose e a teoria da neurose traumática*, como o faz Marta Rezende Cardoso (2011) ao acompanhar a evolução da teoria e da clínica psicanalíticas. Segundo a autora, a primeira vertente consiste na teorização inicial sobre a histeria enquanto produto de um trauma psíquico, como destacado em momento anterior. Já a segunda dimensão aponta para quadros sintomáticos e fundamentos teóricos que, em alguma medida, divergem da neurose, demonstrando que a experiência traumática não é exclusiva dessa estrutura clínica – e, nesse sentido, amplia as possibilidades de leitura.

Ainda que cada acepção ou vertente viabilize novas interpretações, nas *Conferências introdutórias à psicanálise*, Freud (1917a [1916-1917]) reforça uma tendência que perpassa toda a sua obra, no caso, o diálogo constante com o que já foi apresentado de antemão. Ao tratar a fixação no trauma e o inconsciente em 1917, por exemplo, afirmando ser característico das neuroses traumáticas a fixação no instante do acidente (Freud, 1917a [1916-1917]), é notável a semelhança com o argumento defendido no final do século XIX, quando o trauma e a histeria estavam

associados e, segundo o qual, “o histérico sofre sobretudo de reminiscências” (Freud, 2016 [1893-1895], p. 25).

Tal como está posto, embora as reminiscências não possam ser evocadas integralmente, a recordação e a elaboração de alguns conteúdos são de fundamental importância para a vida psíquica e para o estabelecimento e manutenção de vínculos. Para isso, precisamos nos atentar ao fato de que as memórias se associam à história de quem as carrega, assim como denunciam as circunstâncias a partir das quais foram produzidas. No caso do trauma, existe uma particularidade temporal, visto que a compreensão do impacto do acontecimento ocorre *a posteriori*, ou *só depois*, tradução possível para *Nachträglichkeit*, termo alemão empregado por Freud (Favero, 2009; Rudge, 2009).

A noção de temporalidade *a posteriori*, da qual a psicanálise passa a dispor a partir de então, vai de encontro à perspectiva tradicional de que o presente se sobrepõe ao passado. Uma vez que o significado de uma experiência ocorre *só depois*, os sintomas produzidos por ela não são localizados em um desses períodos. Na verdade, eles se encontram na intersecção entre passado e presente (Rudge, 2009).

Esse aspecto suscita questionamentos relevantes acerca do trauma da escravização da população negra, principalmente no cenário brasileiro. Afinal, de que maneira a experiência traumática inaugural, que tem como referência o acontecimento mencionado, pode ser significada quando a passagem da escravização para a abolição inacabada por vezes inviabiliza o espaço temporal entre os choques violentos? É possível delimitar o tempo necessário para que acontecimentos traumáticos possam ser concebidos ou processados enquanto tal?

Diante desses questionamentos e da qualidade do trauma psíquico, somos levados a refletir sobre as condições necessárias para quem vivencia esse sofrimento indescritível o perceba enquanto tal e, do mesmo modo, que este venha a ser reconhecido e acolhido pela comunidade – experiência pouco comum às mulheres e outras maiorias minorizadas no contexto de formulação do conceito de trauma. Isso porque o silenciamento em torno dessa modalidade de sofrimento o intensifica⁴⁶ e, por isso, retratações históricas são imprescindíveis.

⁴⁶ Para mais informações, recomendamos a discussão realizada por Sándor Ferenczi (2003 [1932]) em *Confusão de língua entre os adultos e a criança*.

Talvez, a discussão realizada por Freud sobre o tema seja uma maneira de legitimar esse sofrimento considerado pouco convencional e diretamente associado a um período histórico. Todavia, outras modalidades de sofrimento, algumas possíveis de serem analisadas à luz do referencial teórico da psicanálise, não têm o *status* que, por exemplo, a neurose de guerra obtém nas obras do autor. Isso se deve ao fato de que as acepções de trauma, tal como conhecemos, fornecem notícias dos enquadramentos selecionados.

Dado o objetivo da pesquisa de discorrer e analisar o efeito de uma das maiores atrocidades vividas pela humanidade, tendo em vista as vertentes e acepções identificadas por Cardoso (2011) e Favero (2009), respectivamente, abordamos a teoria da neurose traumática, de modo específico, o período de 1915 a 1920. Nessa circunstância, movido, a princípio, pelas repercussões da Primeira Guerra Mundial, Freud se debruça sobre as neuroses de guerra vividas por pessoas atuantes nos campos de batalha (Rudge, 2009) e propõe a segunda teoria pulsional.

É fato que a investigação das neuroses traumáticas na psicanálise tem como pressuposto os estudos de Hermann Oppenheim, para quem elas consistem em perturbações nervosas que acometem os sujeitos após alguma catástrofe. O autor, contudo, não foi pioneiro nesse campo, visto que tais repercussões já eram conhecidas e haviam sido nomeadas de *railway spine* por Erichsen, em 1866 (Rudge, 2009).

Com base nessa breve descrição, é possível notar que a respeito dessa teoria seguem diferentes leituras. Por isso, neste trabalho nos pautamos na definição apresentada por Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis (2021), apesar de divergirmos da compreensão de que a modalidade clínica da neurose é uma condição para a vivência desse tipo de trauma. Isso posto, convém apresentá-la por contribuir com esta investigação e, principalmente, para a análise das séries de fotografias de Eustáquio Neves no próximo capítulo.

Apoiados nas proposições freudianas, os autores afirmam que a neurose traumática é um

tipo de neurose em que o aparecimento dos sintomas é consecutivo a um choque emotivo, geralmente ligado a uma situação em que o sujeito sentiu a sua vida ameaçada. Manifesta-se, no momento do choque, por uma crise ansiosa paroxística, que pode provocar estados de agitação, de entorpecimento ou de confusão mental (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 314).

Tal como se apresenta, a imprevisibilidade do acontecimento traumático parece implícita na reação que ele produz, característica mais notável no comentário de Myriam Uchitel (2011). Em referência à definição acima, a autora destaca três elementos da neurose traumática, a saber: o “acontecimento intenso” e externo, cuja carga contida na transformação do impacto emotivo em lembrança produz sintoma; o sentimento de que a vida está ameaçada; e, por fim, a reação fisiológica mobilizada pelo impacto, desorganizando quem o vivencia a ponto de “paralisar”. Este termo, assim como “excesso”, “surpresa”, “sobressalto”, “congelamento da energia”, “bloqueio” e “ameaça à vida” caracterizam a condição imprescindível do traumático (Uchitel, 2011, p. 59).

A neurose de guerra, por sua vez, é uma das modalidades das neuroses traumáticas e, assim como ela, decorre de um acontecimento violento, sendo acompanhada de sintomas físicos, transtornos de humor, sintomas neurastênicos e orgânicos (Freud, 1996 [1888]). Desse modo, toda menção à neurose de guerra a vincula às neuroses traumáticas sem qualquer prejuízo (Uchitel, 2011), e, por isso, ambas podem ser mencionadas ao longo desta pesquisa.

Em relação a esta modalidade, também é pertinente mencionar que a adoção da palavra “guerra” em referência a uma leitura do trauma psíquico permite ao menos duas interpretações. Primeiro, ao trazer à cena um acontecimento social, ela não culpabiliza o sujeito pelas repercussões advindas; junto a isso, a palavra alude à dimensão do acontecimento para a organização psíquica. Em uma analogia, o psiquismo de uma pessoa que experiencia o trauma se assemelha às condições produzidas por uma guerra.

No entanto, apesar do impacto proporcionado por esse tipo de acontecimento, é importante pontuar que disputas, parcerias e acordos entre as partes envolvidas o diferenciam de outros conflitos e, conseqüentemente, das suas repercussões⁴⁷. No caso da Primeira Guerra, cujo encerramento é marcado por debates e tratados de paz (Sondhaus, 2016), observamos que a humanidade das sociedades envolvidas não foi

⁴⁷ Agradeço à Thamy Ayouch por essa consideração durante uma conversa que ocorreu no dia 15 de novembro de 2023, no evento UBUNTU – 2º Colóquio Internacional de Decolonização e Psicanálise – O mal-estar colonial: nossas terras, línguas, corpos, memórias e horizontes de transformação, na Universidade Federal de Minas Gerais.

a causa ou a justificativa para os confrontos empreendidos. Algo que se diferencia da colonização nas Américas.

Este processo, com um longo período de duração, não contou com acordos de paz, ao menos para os grupos submetidos a ele. Se, por um lado, ele evidencia a ausência de paridade entre opressores e oprimidos, por outro, revela os limites da psicanálise ou, mais propriamente, de Freud ao compreender o que se nomeia como “guerra” a partir dos parâmetros europeus, como o próprio autor revela:

Estávamos então preparados para ver que ainda por longo tempo a humanidade estaria às voltas com guerras entre os povos **primitivos** e os **civilizados**, entre as **raças** que estão separadas pela cor da pele, e mesmo guerras contra ou em meio a nacionalidades europeias que pouco se **desenvolveram** ou que **retrocederam** culturalmente. Mas nós nos permitíamos outras esperanças. Esperávamos, das nações de **raça branca** que **dominam** o mundo, às quais coube a condução do **gênero humano**, sabidamente empenhadas no cultivo de **interesses mundiais**, e cujas criações incluem tanto os **progressos técnicos no domínio da natureza** como os valores culturais artísticos e científicos, desses povos esperávamos que soubessem resolver por outras vias as desinteligências e os conflitos de interesses (Freud, 2010 [1915c], p. 211, 212) [grifos nossos].

Apesar da afirmação irônica de Freud (2010 [1915c]) de que a suposta superioridade europeia não é capaz de inviabilizar ou deter conflitos que ela mesma produz e que podem causar a sua própria destruição – tom que se mantém ao longo de toda a discussão –, é inegável que muitas das expressões utilizadas pelo autor expõem a sua identificação com a visão de mundo que, no momento, era objeto de crítica. As palavras empregadas pelo autor e negritadas acima, como “primitivos”, “civilizados”, “progressos” e “raça”, podem, inclusive, revelar que a sua perspectiva não tem relação apenas com o contexto geopolítico no qual ele estava inserido, mas também com a sua própria posição social.

Tendo exposto a perspectiva de mundo da qual o autor partilha e da qual discordamos, não podemos deixar de defender, mais uma vez, uma interpretação relevante e abordada em momento anterior. Trata-se do fato de que a neurose, enquanto uma estrutura, não é uma condição para a vivência de um trauma psíquico (Cardoso, 2011), questão sinalizada por Freud (2010 [1920]) em *Além do princípio do prazer*, quando é formulado um novo entendimento sobre o psiquismo. A partir da noção de *compulsão à repetição*⁴⁸, o autor reitera a vivência traumática em sujeitos

⁴⁸ Retomamos este tema na próxima subseção.

com diferentes estruturas clínicas, “embora essas pessoas [não neuróticas] nunca tenham apresentado sinais de que lidaram com um conflito neurótico produzindo sintomas” (Freud, 2010 [1920], p. 181).

Passagens como esta são um dos motivos para Myriam Uchitel (2011) compreender a participação da libido sexual, do conflito psíquico e do desejo sexual na elaboração dos sintomas da neurose de guerra como pouco conclusiva nos textos sobre essa modalidade de trauma, questão que não aprofundaremos nesta ocasião por se distanciar dos nossos objetivos. De todo modo, a dificuldade referida pela pesquisadora pode se acentuar quando o interesse pelo tema é reduzido nas obras de Freud, reforçando a importância do diálogo entre as produções teóricas do psicanalista.

Apesar de elucidadas de forma parcial e com ressalvas, a não associação entre o acontecimento traumático à neurose nos interessa porque inferimos ser a neurose traumática um acometimento provável para um conjunto heterogêneo de sujeitos negros no Brasil, sem nos determos em um relato científico ou caso clínico, como é recorrente nas pesquisas convencionais em psicanálise. Além disso, as imprecisões teóricas não refutam o alcance do procedimento de Freud ao se dedicar ao estudo de um acontecimento social para analisar o trauma psíquico. Inclusive, é com base neste procedimento que nos debruçamos sobre a escravização para avaliar os seus efeitos.

Em vista da importância do trauma⁴⁹ para esta pesquisa, também é pertinente o reconhecimento de que ele não adquire um lugar estrutural na teoria e clínica psicanalítica, apesar da tentativa de Freud (2010 [1919]) de conceber a *neurose traumática elementar*, em analogia ao *recalque originário*. Essa hipótese é insuficiente para explicar os sintomas próprios da neurose traumática expressa na vida adulta (Rudge, 2009), assim como parece ser um indicativo importante de que a experiência de um sujeito não se reduz a essa modalidade de sofrimento – como é o caso das pessoas negras.

Em síntese, apesar da tendência de designarmos uma situação como traumática, o trauma não diz respeito ao acontecimento perturbador, mas à maneira como este repercute no psiquismo de cada sujeito e por ele é processado. Isso quer

⁴⁹ Nesta e em outras passagens, adotamos a nomenclatura “trauma” com a compreensão de que, na verdade, procuramos analisar uma vertente específica, a neurose traumática. A alternância do termo tem como objetivo evitar algumas repetições, embora elas sejam bem-vindas em alguns momentos.

dizer que pessoas submetidas ao mesmo acontecimento respondem a ele de formas diferentes e, em um cenário no qual o conceito de trauma tem sido adotado em discussões sobre a repercussão dos fatores históricos e sociológicos nos sujeitos (Rudge, 2009), os seguintes questionamentos dialogam com os textos a seguir: o que justifica a repercussão contínua de vivências intensas? Se uma experiência traumática é partilhada por várias pessoas, o que explica a sua forte incidência em um grupo social?

5.2 A NEUROSE DE GUERRA E O NOVO DUALISMO PULSIONAL

O estudo do trauma psíquico é permeado de paradoxos, levando-nos ao reconhecimento dos seus impactos e das controvérsias que ele tem para a psicanálise. Se, inicialmente, a teoria da sedução e, em seguida, da fantasia em pessoas histéricas produziram objeções, algo semelhante ocorreu com a neurose de guerra, sobretudo pela associação com a pulsão de morte. Para estudiosas do tema, como Maldonado e Cardoso (2009), Rudge (2009), Uchitel (2011) e Soler (2021), esse cenário não é uma novidade nas obras completas de Freud.

Parte dos questionamentos e ponderações das comentadoras têm relação com as explicações em torno do conceito de pulsão, presentes em *As pulsões e seus destinos* (Freud, 2010 [1915a]), e com aquelas apreendidas com o novo dualismo pulsional, apresentado pela primeira vez em *Além do princípio do prazer* – a começar com o fato de o próprio Freud (2010 [1920]) admitir o caráter especulativo da pulsão de morte.

Por pulsão, compreendemos tratar-se de um “[...] conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (Freud, 2010 [1915a], p. 57). Enquanto tal, o referido conceito-limite mostra-se de difícil apreensão teórica e clínica. Possivelmente, a aproximação com a biologia seja o aspecto mais crítico, ainda que ela não tenha sido a responsável pela retomada dos estudos sobre as vivências traumáticas.

Esse retorno é motivado pelas interrogações acerca dos sintomas da neurose de guerra, expressos de modo tão literal a ponto de a experiência traumática estar sempre presente (Rudge, 2009). A particularidade desse contexto em comparação a

outros conflitos passa pela constatação de um flerte explícito com a morte por ex-combatentes de guerra, questão intrigante, afinal, a depender da cultura, espera-se que ela seja evitada.

Ainda que a disposição ao princípio do prazer no curso dos processos psíquicos seja pertinente no contexto da primeira teoria pulsional, segundo a qual existem as *pulsões sexuais* e as *pulsões do Eu* (Freud, 2010 [1915a]) – o que não implica na exclusividade desse princípio, afinal, ele é convocado para rebaixar as tensões desprazerosas produzidas pelo aumento de excitação no interior do psiquismo –, ela não explica a compulsão a repetir experiências desprazerosas e de perigo iminente (Freud, 2010 [1920]).

De forma diferente da noção de *repetição* segundo a qual ocorre o retorno dos conteúdos recalçados por meio da transferência do analisando para o analista, sob o *princípio do prazer* (Freud, 2010 [1914a]), a compulsão à repetição introduz outra dimensão da economia psíquica e, ao fazê-lo, refuta a suposta harmonia do psiquismo. Mais do que isso, para Cardoso (2011), o caráter imperativo e repentino da compulsão diz sobre a insuficiência de recursos psíquicos para elaborar conteúdos frente às quantidades excessivas de energia pulsional que não se articulam e, junto a isso, não podem ser recalçados.

Tal excesso indica a importância da experiência casual ou traumática na etiologia da neurose de guerra (Freud, 1917b [1916-1917]) e, nesse sentido, de forma diversa das neuroses comuns dos tempos de paz, o conflito psíquico entre o *Eu* e os impulsos sexuais não está presente ou é pouco expressivo diante do perigo à vida. Em cenários como este, quando o *Eu* reage à ameaça externa ou a corporifica (Freud, 2010 [1919]), há a redução da influência da experiência infantil, imprescindível nas teorizações iniciais sobre o trauma.

De todo modo, diferenças significativas entre as neuroses traumáticas e as neuroses dos períodos de paz não impedem a existência de algumas semelhanças, como a possibilidade de produzir sintomas (Freud, 2010 [1919]). Cardoso (2011) localiza o motivo dessa aproximação no papel central da pulsão, apesar de uma compreensão equivocada quanto à sua desvinculação das neuroses traumáticas mediante a centralidade do trauma psíquico a partir da experiência casual ou traumática, dito de outro modo, do *choque violento*.

A neurose de guerra revela a Freud (2010 [1920]) a existência da pulsão de morte, uma tendência *além do princípio do prazer*, mais primitiva, conservadora e independente quando comparada à *pulsão de vida* – constituída pelas pulsões sexuais e pelas pulsões do Eu a partir de 1920. Segundo o autor, enquanto “[...] um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior [...]” (Freud, 2010 [1920], p. 202), a pulsão de morte é a maior representante de nossa herança histórica, no caso, a tendência a regredir ao estado primeiro, insuficiente para a manutenção da vida.

Com essa compreensão, os processos psíquicos deixam de ser regidos de modo exclusivo pelo princípio do prazer, que não é descartado pela psicanálise, afinal, ele caracteriza o modo de funcionamento primário do aparelho psíquico. Para entender os motivos pelos quais o princípio citado não pode ser sustentado como meta ou como uma realidade constante do psiquismo, Freud (2010 [1920]) investe novamente em hipóteses para expor as causas do desprazer.

De acordo com a primeira hipótese, o princípio de realidade substitui o princípio do prazer mediante ameaças ou dificuldades, mantendo a obtenção do prazer como meta. Para este resultado, o primeiro princípio pode, a curto ou médio prazo, adiar a satisfação, do mesmo modo como pode aceitar o desprazer temporariamente. Outra leitura identifica nos conflitos e cisões internas ao aparelho psíquico a fonte de desprazer. Isso ocorre porque há impulsos pulsionais inatos e, em especial, pulsões ou parte de pulsões consideradas incompatíveis com as metas ou exigências do psiquismo, sendo impedidas de se unirem ao Eu. Mantidas à parte, as pulsões ou partes delas são afastadas, mas quando obtêm algum tipo de satisfação, o Eu as experiencia como desprazer (Freud, 2010 [1920]).

Após um século, o conteúdo exposto acima ainda não é um consenso entre estudiosos e praticantes da psicanálise. Pesquisadoras como Myriam Uchitel (2011), por exemplo, avaliam que as hipóteses citadas não se aplicam de modo integral às neuroses traumáticas devido à radicalidade das experiências às quais elas se referem. Na perspectiva da autora, o retorno à situação do acidente por meio da compulsão à repetição não está no âmbito do prazer ou do desprazer; trata-se de uma tentativa de dominar o excesso, ou seja, o próprio trauma.

Esse argumento se apoia na constatação de que “a reação traumática denuncia a qualidade traumatizante de um evento” (Uchitel, 2011, p. 48) e, assim, demarca um

entrelaçamento pouco enfatizado nas hipóteses freudianas sobre os princípios de prazer e de realidade. A referência à qualidade traumatizante do choque violento reconhece a dimensão social do sofrimento vivido, muitas das vezes objeto de atenção quando atinge uma parcela maior de pessoas.

Perspectivas como essa exemplificam a complexidade do trauma, também encarado por autoras como Gabriela Maldonado e Marta Cardoso (2009) como um excesso pulsional que não pode ser ligado e elaborado pelo psiquismo e, portanto, é “irrepresentável”. Apesar de Freud não utilizar essa expressão, a aposta em adotá-la se justifica conforme o entendimento das pesquisadoras de que o excesso é o cerne do novo dualismo pulsional.

Como consequência desse excesso irrepresentável, a *atemporalidade* comparece como uma característica das neuroses traumáticas e, por sua vez, da neurose de guerra. Sem historicizar, o conteúdo traumático ou as associações advindas dele continuam atuantes e são comunicadas através de atos, e nos parece ser o suicídio a maior expressão. Por essa razão, em casos como estes, ao invés de uma memória representacional, está em vigor uma memória corporal (Maldonado; Cardoso, 2009), a ponto de o sofrimento transpor o corpo que o comporta.

Estes argumentos estão respaldados em um exemplo paradoxal descrito pelo próprio Freud (2010 [1920]). Alinhado com o campo biológico, o autor traça uma analogia entre o trauma psíquico e a vesícula viva, cujo rompimento da camada de proteção do organismo, consequência de uma quantidade de excitação externa excessiva, é seguido de grande perturbação no gerenciamento de energia. Na insuficiência de recursos para se proteger contra estímulos perturbadores, o organismo exposto fica vulnerável e, ao invés de se organizar internamente, busca a autodestruição, uma via de retorno ao inorgânico.

Apostamos se tratar de um exemplo paradoxal porque, ao mesmo tempo em que a neurose de guerra e o novo dualismo pulsional ampliam o entendimento vigente sobre o psiquismo, a eles se destinam algumas ressalvas em nível “estrutural”, a exemplo da pulsão de morte. Uma consequência identificada por Rudge (2009) a respeito desse conceito ambíguo e controverso é a recusa recorrente, por psicanalistas, de utilizá-lo.

Segue-se a isso uma interrogação que tange a premissa psicanalítica sobre a singularidade psíquica. A compreensão de que pessoas submetidas a um mesmo

acontecimento podem produzir sintomas diferentes parece se contrapor ao fato de que, dificilmente, um evento estarrecedor deixa de ter repercussões no nível do trauma. Neste caso, seria válida a interpretação de que a vivência traumática coloca em questão a particularidade subjetiva, defendida com veemência pela psicanálise? A complexidade que acompanha as tentativas de responder a essa questão – e que acomete inclusive a sua própria formulação –, para a qual retornaremos posteriormente, aponta para um conceito inacabado.

Em vista do exposto, nos parece pertinente a análise de Maldonado e Cardoso (2009) de que o trauma, situado no campo do além do princípio do prazer, é um conceito-limite. Por um lado, ele denuncia a incapacidade do psiquismo de representar o excesso pulsional, por outro, expõe os limites da própria psicanálise, que não pode ser desvencilhada de suas origens. Por este motivo, consideramos problemática uma leitura única e universalizante do psiquismo.

A análise das autoras também se estende a mais uma dimensão paradoxal da experiência traumática ao se referirem ao “duplo aspecto do trauma”, no caso, “a impossibilidade e a necessidade de representação” (Maldonado; Cardoso, 2009, p. 55). De acordo com elas, o excesso de realidade e a impossibilidade de adotá-lo em uma narrativa não deveriam impedir quem o experencia de contar a própria história, assim como quem o escuta de possibilitar a representação do irrepresentável. Isso porque

a ideia de uma narrativa impossível, mas absolutamente necessária [...] parece aplicar-se perfeitamente a esse sofrimento indizível posto em cena com o traumático e que torna tão fundamental, para aqueles que sobreviveram ao catastrófico do trauma, a paradoxal tarefa de narrar o intransmissível. Que falem por nós as palavras dos sobreviventes das grandes catástrofes históricas, que costumam relatar em seus testemunhos que seus relatos nunca conseguem transmitir realmente as experiências inenarráveis de horror pelas quais passaram (Maldonado; Cardoso, 2009, p. 47).

Em diálogo com essas questões e a despeito da impossibilidade que acompanha a narrativa da experiência traumática, para que o conteúdo abrangido por ela chegue a uma dimensão mais próxima de ser compartilhado, faz-se necessário algum tipo de modificação ou, na perspectiva de Freud (2010 [1914]), de elaboração psíquica. Enquanto tal, a elaboração sucede a repetição e a recordação de conteúdos esquecidos do passado que, no *setting* analítico, contexto de investigação do autor,

são rememorados através de atos, direcionados à figura do analista – questão mencionada no início desta exposição, quando diferenciamos a repetição da compulsão a repetir.

Acontece que, em um cenário onde predomina a compulsão à repetição, a elaboração psíquica parece ser um recurso menos possível ou insuficiente. Caso ocorra, ela pode advir ou prescindir de ações, como justiça jurídica e retratação pública, sobretudo quando a ação catastrófica ou violenta atinge um grupo social, como é o caso do racismo. Nessas circunstâncias, conjuntos de atos reparatórios até são capazes de amenizar o sofrimento vigente, o que é diferente de torná-lo suportável, justamente por não alcançarem o indizível do trauma e torná-lo narrável.

Portanto, o trauma psíquico, mais propriamente aquele definido enquanto tal nos estudos sobre a neurose de guerra, é um conceito inacabado e responsável por expor alguns dos limites da psicanálise. O fato dessa acepção ser herdeira de outras, algumas consideradas pouco pertinentes no momento de formulação, também contribui para o que a literatura aponta como controvérsias.

Mediante esse cenário, em diálogo com a referida acepção de trauma e, mais amplamente, com a neurose traumática, nos interessa discorrer sobre o que pode ser narrável acerca da vivência da população negra africana e negradescendente escravizada no Brasil. E aqui é importante reiterar que, com isso, não estamos comparando essa experiência com a de quem atuou na Primeira Guerra. Se assim o fosse, no mínimo, reduziríamos as particularidades dos acontecimentos e contextos tão distintos.

Na verdade, estamos interessados pela maneira como a leitura de um fenômeno social que, neste caso, diz respeito a um contexto de violência, impacta a metapsicologia freudiana. Esse procedimento, que também foi utilizado por Freud em outras discussões, como é possível observar em *Psicologia das massas e análise do eu* (Freud, 2011 [1921]) e *A moral sexual 'cultural' e o nervosismo moderno* (Freud, 2015 [1908]), expõe que questões de ordem social operam no inconsciente. E é com base nesses exemplos e nas considerações teóricas realizadas em momento anterior a respeito da escravização, do racismo e do próprio trauma que, a seguir, discutiremos sobre a neurose traumática a partir das experiências da população negra.

6 NEUROSE TRAUMÁTICA: UM EFEITO PSÍQUICO DA ESCRAVIZAÇÃO

6.1 ANAMNESE

Para analisar o trauma da escravização no Brasil, consideremos que o motivo pelo qual Freud se debruça sobre esse tipo de acometimento psíquico não se distingue, ao final, dos objetivos desta pesquisa. Essa perspectiva também inclui a aposta na convergência entre tipos de trauma supostamente distintos, em oposição ao que alguns comentadores da psicanálise defendem. Para Soler (2021), por exemplo, o interesse de Freud condiz com o campo de investigação designado *traumas do inconsciente*, por ele procurar identificar e compreender os mecanismos psíquicos associados ao trauma, e que se difere dos *traumas da civilização* – uma expressão notadamente colonial.

A distinção entre os campos mencionados não acompanha uma definição precisa sobre os traumas da civilização, mas, a partir do discurso da autora, temos indícios de que se trata de uma categoria em construção e objeto de disputas entre estudiosos e praticantes da psicanálise. Apesar da primeira evidência, não sendo possível desvencilhar o estudo dos traumas da civilização das proposições sobre os traumas do inconsciente, a tentativa de definir o primeiro campo começa com o reconhecimento de que

[...] a diferença fundamental é que o trauma ligado ao inconsciente é um trauma que pode ser esquecido, retorna na repetição, mas retorna de forma mascarada. Ele pode ser esquecido porque se inscreve precisamente no inconsciente, o que condiciona o esquecimento necessário para viver. O esquecimento é precisamente que o trauma tenha se inscrito. Por isso Lacan define o inconsciente da seguinte forma: ele diz que o inconsciente consiste em não se lembrar daquilo que se sabe, está inscrito em algo que ele chama de um saber; então, o inconsciente é uma memória. Os traumas da civilização não constroem memória, é tudo um problema (Soler, 2021, p.64).

Conforme essa perspectiva, um dos maiores dilemas dos traumas da civilização parece ser o fato de que os conteúdos perturbadores são sempre manifestos. E, se de início cogitamos que sob essa condição eles são admitidos e nomeados mais facilmente, na verdade, ocorre o contrário. A exposição constante a esse excesso irrepresentável, junto às questões conjunturais, aponta para o risco de

minimizarmos a sua magnitude e o acontecimento sob o qual se organiza a experiência traumática.

Acontece que reconhecer esse acontecimento e as suas repercussões não se desvencilha, ao menos não deveria, da prática de se rever na comunidade na qual se está inserido – que também é um motivo possível para as disputas em torno dos traumas da civilização, como deduzimos no discurso de Soler (2021). Se esse exercício pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e implicados socialmente, por outro lado, há a possibilidade de um acontecimento ser considerado potencialmente traumático a depender do grupo social acometido ou, em outros termos, enquadrado.

Esse recorte vai ao encontro da literatura brasileira sobre o trauma psíquico, quando, em sua maioria, as pessoas pesquisadoras elegem circunstâncias de grande visibilidade internacional para exemplificar proposições teóricas, como o faz em alguns momentos Sergio Paulo Rouanet (2006). Todavia, essa preferência não anula a contribuição do ensaísta quando, ao compreender que o propósito inicial de Freud com os estudos do trauma se amplia ao longo das próprias produções teóricas, localiza nesses trabalhos referências sobre o que entende por “traumas coletivos”. Um exemplo, de acordo com o estudioso, é a obra *Moisés e o monoteísmo* (Freud, 2018 [1939]), marcada por uma série de provocações.

Assim, para a psicanálise, o contato com acontecimentos potencialmente traumáticos é tão antigo quanto a origem da humanidade que, por sua vez, tem experienciado inúmeras violências desde a sua fundação (Rouanet, 2006). Aliás, apesar da violência ser constante em diferentes sociedades e períodos históricos, segundo Rouanet (2006), há épocas nas quais ela se supera – ao menos contra alguns grupos sociais –, a ponto de seus efeitos serem análogos aos do trauma psíquico. Quando isso ocorre, estamos diante de uma época “traumatogênica”.

Destaque especial o autor atribui à modernidade⁵⁰, de modo mais específico, à desculturação e à secularização, cujas referências hipotéticas são a violência originária à qual toda a humanidade foi submetida, juntamente com um dos seus principais efeitos, o trauma, conforme descrito em *Totem e tabu*, e o passado mítico anterior a essa vivência. É como se todo acontecimento de ordem traumática fosse

⁵⁰ Os referenciais teóricos adotados por Rouanet (2006) em relação à modernidade são diferentes daqueles apresentados nesta pesquisa, que dialoga com a perspectiva decolonial.

uma referência àquele evento originário, ao mesmo tempo em que, de forma nostálgica, vivências anteriores a ele fossem enaltecidas. Por isso, chama a atenção a importância conferida ao suposto trauma originário e, do mesmo modo, a concepção de que as reações produzidas pelas duas dimensões citadas serão compulsoriamente repetidas em épocas subseqüentes, e isso inclui o período atual (Rouanet, 2006).

Com essa dinâmica, Rouanet (2006) parece demonstrar que, ao contrário da proposição de Soler (2021), os traumas coletivos produzem memórias e a maior prova são as reações análogas àquelas oriundas de uma violência fundante em gerações distintas. Essa leitura contribui, inclusive, para que, a partir das séries de fotografias de Eustáquio Neves, possamos discutir a reatualização do trauma da escravização mediante as vivências de racismo cotidiano. Todavia, é um desafio avaliar quais repercussões psíquicas e de que maneira têm como referência, mesmo em última instância, o trauma originário, alicerçado em um evento mitológico. Caso essa associação seja concebível, outro dilema é a possibilidade de normalizar as violências posteriores à situação primordial.

Diante das aberturas e limites concebidos pelas categorias mencionadas, preservamos o entendimento de que circunstâncias perturbadoras têm efeitos psíquicos em um grupo social, dentre eles, o trauma, e, enquanto tal, não se constitui como uma experiência inédita na História. Logo, a impossibilidade de historicizar sofrimentos oriundos de acontecimentos para os quais não dispomos de recursos suficientes para reagir é um ponto de aproximação entre sociedades distintas. A diferença, no entanto, são as condições necessárias para uma experiência traumática ser reconhecida enquanto tal, como suscitado previamente.

A respeito disso, temos a análise de David Pavón-Cuéllar (2020) sobre os danos subjetivos decorrentes da colonização, um dos instrumentos do colonialismo, ou da colonialidade, a depender da leitura, na América Latina. A definição do autor para colonização, ou seja, a ação de violentar, destruir, impor, anular, matar e cometer outros excessos de violência, evidencia que ela está atrelada a uma conjuntura. Desse modo, não descartamos a presença de outros tipos de danos em territórios diferentes.

Quanto aos impactos identificados, destacamos o primeiro: *a violência como forma traumática e como forma de existência e o retorno violento contra si mesmo*. O lugar conferido a esse dano aponta para a impossibilidade de desvencilharmos a violência e o trauma da nossa vivência enquanto sujeitos latino-americanos, marcas

que nos constituem e, nesse lugar, acompanham outras expressões de existência. Na verdade, essa dificuldade não decorre apenas do repertório que nos é intrínseco, mas também devido a um aspecto de destaque: à violência com que se repete a experiência traumática da colonização (Pavón-Cuéllar, 2020).

Parte da explicação para a reatualização dessa vivência perturbadora por si só, e sobre a qual incidem novas violências, ocorre porque o colonialismo, bem como a colonialidade, não estão localizados apenas em um passado histórico, caso da colonização (Grosfoguel, 2016; Pavón-Cuéllar, 2020). Como não foram superados ou destruídos, ação mais pertinente diante dos danos materiais e simbólicos produzidos, outras ferramentas capazes de gerar efeitos análogos àqueles oriundos da colonização vêm dizimando, não de modo arbitrário, os mesmos grupos subjugados historicamente.

As condições de miserabilidade presentes na vida dos povos originários e da população negradescendente na América Latina, os significados valorativos concedidos a sujeitos brancos e a sujeitos negros, o racismo exteriorizado e interiorizado, junto a outras manifestações (Pavón-Cuéllar, 2020), são alguns exemplos. Todas essas situações mostram que o impacto de viver em um território objeto de violações não se dissocia da experiência de portar corpos ou marcas preteridos nesse mesmo contexto, sobretudo quando a produção de diferenças, inferidas a partir da diversidade presente na humanidade (ver subseção 4.2), é uma das principais estratégias de domínio da colonialidade e do colonialismo.

Assim como Fanon (2008), reconhecemos a epidermização da inferioridade como uma das diferenças mais eficazes e aprisionantes já impostas na História, acometendo de modo impetuoso as pessoas denominadas negras. Atrelar a maior concentração de melanina na pele, órgão mais extenso do corpo humano e impossível de ser ocultado, a qualidades desprezíveis do ponto de vista científico, social ou moral, é, inegavelmente, uma maneira de destituir a humanidade de um sujeito e, de modo semelhante, de um grupo.

Novamente, não se trata de, a depender da circunstância, negar uma condição a quem ela já foi concedida. A desumanização promovida pela epidermização da inferioridade é cotidiana, mesmo quando não é verbalizada ou explícita, e anterior à existência jurídica de uma pessoa conforme os ideais da família, da comunidade e, mais ainda, da sociedade (Nogueira, 2021; Souza, 2021). Sendo assim, compreender

os significados dessa experiência, em especial do ponto de vista psíquico, para quem não está autorizado a partilhar a categoria de “humano”, é um dos objetivos da nossa investigação.

Reconhecemos, no entanto, que dispor de um repertório pessoal e teórico a respeito não ameniza a dificuldade de colocar em palavras e de maneira ordenada os significados que mais se aproximam da vivência de ser D-E-S-U-M-A-N-I-Z-A-D-A. Logo, os desafios implicados nesse trabalho e a impossibilidade de recordar parte da experiência referida são indícios de um trauma psíquico. Porém, se a experiência traumática só acomete quem alçou à condição de sujeito, da qual pessoas negras supostamente não dispõem, não seria contraditório pensar a escravização dessa população no Brasil como expressão de um trauma coletivo, em referência à expressão adotada por Rouanet (2006)?

A resposta negativa à questão anterior se sustenta na medida em que a epidermização da inferioridade de pessoas negras foi forjada para ocasionar a pretensa superioridade de pessoas designadas brancas e são, justamente, os homens deste grupo étnico-racial e de origem europeia a referência primordial. Em meio às características que distinguem ambos os grupos, um efeito semelhante, embora vivido de modo singular, é o aprisionamento, termo propício e adotado por Fanon (2008) quanto à crença nos ideais vigentes e à tentativa de correspondê-los.

Tal como exposto, nas sociedades colonizadas ou colonizadoras, ser branco é o ideal em torno do qual outros ideais se apoiam (Fanon, 2008; Césaire, 2020; Pavón-Cuellar, 2020; Souza, 2021). Por isso, a conclusão apresentada novamente por Fanon (2008) é pertinente frente a esse contexto, sem deixar de ser estarrecedora em nenhum instante: o destino do sujeito negro é se tornar branco; assim sendo, ele está condenado a adotar condutas valorizadas pelo grupo étnico-racial ao qual não pertence.

Nessa busca, o principal meio de distinção é a linguagem, fundamental para se fazer visto, afinal, “[...] falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33). Embora a ênfase recaia na linguagem oral e nas suas nuances, como a pronúncia e o sotaque, não deixaremos de considerar os códigos sociais, as vestimentas e posturas como meios de se aproximar ou, idealmente, se integrar ao que se supõe ser civilizado. Talvez, o exemplo mais peculiar desse esforço seja a adoção das

linguagens mencionadas entre quem compartilha vivências semelhantes de desumanização (Fanon, 2008; Souza, 2021).

Desse modo, a expectativa de que a maior assimilação de valores ditos brancos seja seguida pela redução da inferioridade atribuída às pessoas negras não se sustenta; ao contrário, ela reforça o desprezo à cultura deste grupo e compromete os processos identificatórios das duas comunidades de maneira significativa. Tal como observamos, não é possível dispor das mesmas condições de humanidade daqueles que pressupõem ser “civilizados” para manter privilégios (Fanon, 2008).

Além das repercussões destacadas, uma dimensão importante a ser observada em episódios de racismo e objeto de investigação de Kilomba (2019) diz respeito ao que compreendemos como a dupla incidência da linguagem. Trata-se da capacidade de reafirmar o lugar de subalternidade do sujeito negro na sociedade e, concomitantemente, recolocá-lo na cena colonial. Notamos que, nesse cenário, “reafirmar” e “recolocar” sinalizam para a continuidade de violências características da colonização e o acometimento de efeitos psíquicos análogos aos experimentados naquela conjuntura, algo que pode ser analisado através da compulsão à repetição. O que ocorre por ela reiterar a experiência traumática e, ao mesmo tempo, ser irrepresentável (Freud, 2010 [1920]).

Na perspectiva da autora, essas dinâmicas são possíveis porque, em uma cultura branca dominante, pessoas negras africanas e/ou negras diaspóricas vivenciam traumas pessoais e familiares ao mesmo tempo em que enfrentam o trauma coletivo da escravização e do colonialismo – ou, como temos reforçado, da colonialidade/modernidade –, reencenado e restabelecido nas situações de racismo. Em vista do contexto de referência, essa repercussão psíquica possível de ser vivida por quem partilha experiências semelhantes de desumanização recebe o nome de *trauma colonial*.

Apoiada nas teorizações psicanalíticas sobre o trauma psíquico, Kilomba (2019) considera as três características que o definem ao propor a categoria de trauma colonial, a saber: o *choque violento*, a *separação* e a *atemporalidade*. Como os resultados obtidos pela autora oferecem contribuições relevantes para a psicanálise e para o campo das relações étnico-raciais, nas subseções que seguem, adotaremos algumas das definições que ela sugere. Além disso, dialogaremos com o próprio precursor da psicanálise e outras referências teóricas citadas ao longo deste trabalho

para tratar as dimensões do trauma psíquico decorrente da escravização da população negra no Brasil.

De partida, essa discussão que não é exclusivamente teórica, faz referência ao processo analítico e, porventura, a um de seus símbolos: o divã. Ao contrário do que se supõe, esse mobiliário charmoso e atrativo está distante de ser confortável, a começar pelo fato de que, em um contexto clássico, é desejável ao sujeito que sobre ele se deita a ausência de contato com o olhar do analista e, junto a isso, a privação de sinais visíveis de um outro. Essas condições possibilitam escutar a própria voz, perder-se no raciocínio estabelecido previamente, cometer atos falhos, chistes e, assim, tornar conscientes conteúdos recalçados.

Ciente dessa dinâmica que cerceia o método de investigação do inconsciente, Gonzalez (2020a) realizou um movimento ousado. Após ampliar a noção de sujeito a ponto de poder considerar a cultura brasileira como tal, a autora a submeteu à análise. Por meio desse processo, ela constatou que o racismo, sintoma denegado da neurose cultural brasileira, desvela uma marca profunda e irrefutável da constituição do país que, da maneira como avaliamos, não é motivo de orgulho nacional, mas objeto de constrangimento.

Semelhante à intelectual, convidamos um conjunto heterogêneo de pessoas negras, cujas experiências podem ser contempladas pelas séries *Boa Aparência* (2000), *Cartas ao mar* (2015) e *Outros Navios* (2022), de Eustáquio Neves, ao divã. Se, a partir do processo referido, Gonzalez (2020a) reconhece nas figuras da Mãe Preta e do Homem Negro o exercício das funções materna e paterna na cultura brasileira, o que as fotografias registradas atualmente por um artista negro, que também partilha dessa nacionalidade, podem revelar? Quais notícias elas fornecem a respeito do trauma da escravização no país? E, de que maneira?

6.2 I SESSÃO DE ANÁLISE: O CHOQUE VIOLENTO

Figura 3 - *Boa aparência*, de Eustáquio Neves (2000)



Fonte: Acervo pessoal de Eustáquio Neves.

Figura 4 - *Boa aparência*, de Eustáquio Neves (2000)



Fonte: Acervo pessoal de Eustáquio Neves.

Figura 5 - *Boa aparência*, de Eustáquio Neves (2000)



Fonte: Acervo pessoal de Eustáquio Neves.

Ao identificar o choque violento como uma das dimensões do trauma psíquico, desencadeando um modo de funcionamento além do princípio do prazer, Freud [2010 (1920)] recorre a exemplos a partir dos quais descreve o que pode ser caracterizado como um ataque e a maneira como um ser ou organismo se mobiliza para garantir a manutenção e proteção da própria vida. Nessa discussão, o autor também faz referência ao processo anterior à violência e à razão pela qual alguns seres ou corpos são atacados ou estão mais suscetíveis a tal.

A respeito disso, tanto no texto clássico *Além do princípio do prazer* (Freud, 2010 [1920]), como nas demais publicações sobre a neurose de guerra, é notável que a eleição do corpo agredido não é arbitrária (Freud, 2010 [1915c], 2010 [1932]) e, recorrentemente, associa-se ao desprezo atribuído a alguns grupos sociais. Dentre os acontecimentos históricos que exemplificam essa perspectiva, há a Primeira Guerra Mundial e o fascismo, ambos na Europa, cujas consequências se estendem à transmissão da psicanálise (Danto, 2019).

Uma vez que o modelo de civilização europeu é acometido por violências de sua própria autoria e, ao mesmo tempo, é o contexto de referência da psicanálise, talvez existam aspectos desconhecidos ou sobre os quais foram atribuídos menor atenção no que tange à experiência de maiorias minorizadas. Afinal, se a humanidade de um grupo social é questionada com constância, quais as chances de se avaliar o motivo de seu preterimento, principalmente por quem, de alguma maneira, é beneficiado por essa prática?

Em contato com as experiências de pessoas negras inseridas em territórios onde a escravização não estava destinada a acabar (Coates, 2015), observo que o choque violento atinge continuamente diferentes gerações. Em diálogo com Kilomba (2019), essa afirmação se apoia em acontecimentos não simbolizáveis, a começar pela própria escravização, e nos episódios constantes de violência que recolocam sujeitos negros na cena colonial, ou seja, em um período histórico no qual a opressão que os aflige tem legitimidade jurídica.

No contexto brasileiro – onde, até o momento, o acontecimento mencionado ocupa a maior parte da História –, a maneira como se caracteriza esse choque violento que atingiu e ainda atinge a população negra no país e o modo como ele e situações análogas podem ser representadas, mesmo circunscritas a uma experiência

inenarrável, é passível de análise. Para realizá-la, recorro à série de fotografias *Boa aparência* (2000), de Eustáquio Neves, com a qual inauguro esta subseção.

A série é composta por um conjunto de fotografias, sem sequência definida, sendo três delas exibidas nesta pesquisa conforme a gradação das cores, submetidas a diversas intervenções e produzidas a partir do retrato 3x4 da carteira de identidade de Eustáquio Neves, na época, com dezessete anos. Para a produção desse material padronizado sob um fundo branco, é imprescindível a extração de um contexto particular e a inserção de uma situação comum, capturada pelo mesmo enquadramento (Butler, 2020) – de certo, com ressalvas.

Em alguma medida, as restrições seguem a análise realizada por Sontag (2003) quanto às características das fotos mais cobiçadas socialmente, ao demonstrarem que a adoção do mesmo tipo de enquadramento tem repercussões distintas a depender do grupo social e conjuntura retratadas. Essas condições são observadas na série mencionada quando, ao rememorar as dificuldades experimentadas na procura pelo primeiro emprego e problematizar os anúncios de vaga cujo pré-requisito era a “boa-aparência”, Eustáquio Neves confronta os significados dessa exigência em comparação a outro momento histórico. Isso porque o artista entrou em contato com anúncios de jornais históricos na Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, MG, que anunciavam casos de escravos fugidos, alguns deles dotados de boa aparência⁵¹.

Assim, em todas as fotografias há um corpo que ocupa o centro da cena, mas em apenas duas delas o rosto do autor é perceptível e a expressão facial reitera a formalidade da ocasião. Nas outras imagens restam dúvidas quanto ao modo como o corpo está posicionado, não sendo possível afirmar com certeza se o sujeito se encontra de frente ou de costas para a câmera. De todo modo, a identificação da face não garante a nitidez do conjunto da obra, pois há mensagens encobertas que, para serem compreendidas, mesmo parcialmente, demandam repetidas interações e sensibilidade.

Refiro-me à sensibilidade por entrar em contato com sentimentos variados e, por vezes, mobilizadores, especialmente quando observo as imagens em conjunto. Um dos motivos para isso são as cores, com destaque a preta, a branca, a marrom e

⁵¹ Informação descrita por Eustáquio Neves em entrevista a Robson Di Brito, publicada na revista *Canjerê*, [202-].

a amarela, e o modo como estão distribuídas. Enquanto associo o contraste entre preto e branco com os sentimentos de solidão e de aprisionamento (Figuras 3 e 4), sugiro que a última fotografia dessa série (Figura 5), já amarelada, com manchas vermelhas e marrons, menciona a passagem do tempo junto ao apagamento de um corpo e de suas histórias.

Ao contemplar as fotografias de forma isolada ou reunidas em uma sequência, também noto que a tonalidade do plano de fundo concorre com as cores das informações verbais adotadas pelo autor. Todavia, a sensação de encobrimento não é uma regra, na medida em que algumas mensagens são precisas ou se repetem ao longo da série, a exemplo do nome civil do fotógrafo: EUSTÁQUIO NEVES, inserido na parte interna do corpo em letras maiúsculas. **Seria essa a estratégia adotada para reivindicar a própria singularidade e, ao mesmo tempo, denunciar as comparações com integrantes do grupo étnico-racial ao qual pertence?**

Além do nome do fotógrafo, há outras informações verbais precisas e visíveis, dados que dizem respeito a sua trajetória pessoal enquanto um homem negro e aos registros históricos do contexto escravagista no Brasil e em outros países⁵². Essa interpretação pode ser apreendida nas frases em português e em inglês, tal como: “*Run away*”, cuja tradução é “Fugir”; “*very well shaped*”, ou seja, “muito bem modelado”; “*I, a tall black Man*”, no caso, “Eu, um Homem negro e alto”; “aberto pela aduaneira do Brasil”; além de números, selos, códigos, símbolos semelhantes a asteriscos e a impressão digital, logo abaixo de “polegar direito”.

Apesar de estarem presentes em toda a série, observada e registrada pessoalmente em dois momentos distintos, a maioria dos conteúdos citados se concentram nas três fotografias disponibilizadas pelo próprio autor (figuras 3, 4 e 5), e a partir das quais interpreto a escravização – um dos acontecimentos mais simbólicos no Brasil – e situações análogas a ela como um choque violento.

Com essa amostra, já convém reconhecer o caráter subversivo das obras de Eustáquio Neves ao trabalhar com o olhar – imprescindível para o choque violento quando se trata das vivências da população negra – para, de início, problematizar a boa aparência como pré-requisito de processos seletivos. Junto a esse exemplo,

⁵² Para mais informações, recomendo a entrevista concedida pelo artista em outubro de 2022 aos pesquisadores Kleber Amancio e Matheus Galo, do podcast Gargalheira.

também está em debate os ideais da sociedade brasileira, a perpetuação de violências análogas às do período escravagista e, com isso, o lugar social do negro no Brasil.

Ao destacar a função do olhar na produção do choque violento, tenho em vista a imersão realizada em livros, exposições e museus em busca de iconografias e fotografias que dialoguem com o tema desta pesquisa (ver a subseção 3.1.1 *A escolha das imagens*). **Um dos diagnósticos desse processo investigativo é a constatação de que através do olhar, mais do que isso, do enquadramento feito por quem captura a imagem – categoria utilizada por Butler (2020) e pertinente para essa discussão –, muitos materiais promovem a espetacularização de violências contra o corpo negro, assim como expõem o sofrimento decorrente dessa experiência, negando ou colocando em questão a humanidade daqueles retratados.**

Esse é um exemplo de como o enquadramento tem efeitos análogos ao do choque violento em quem observa o conteúdo exposto, sobretudo espectadores do mesmo grupo étnico-racial retratado, para quem os conteúdos costumam ser familiares. Como expresso por Fanon (2008), na medida em que saber-se negro é saber-se visto e nomeado pelo outro, em sociedades coloniais ou colonizadas o olhar que incide sobre o corpo negro denuncia e/ou reitera a diferença entre este e o corpo não-negro, em especial, o branco, ideal de humanidade (Souza, 2021).

Reforço, mais uma vez, que a suposta distinção étnico-racial não se confirma no campo biológico, apesar do esforço daqueles reconhecidos atualmente como pseudocientistas de comprová-la em séculos passados (Munanga, 2020b). Ainda assim, a recorrência com a qual o tema retorna revela o arraigamento de concepções sobre o que representa ser negro, onde a ideia de perigo iminente impera e, como é suposto, poucos se sentem protegidos frente a ela, relato do qual Fanon (2008) partilha.

Nesse exemplo doloroso, o intelectual é notado por uma criança que, em pânico, o aponta para a mãe, repetindo tratar-se de um “preto”. “Olhe o preto!... Mamãe, um preto!... [...]” (Fanon, 2008, p. 106). O medo irracional da criança diante de uma pessoa em cuja imagem ela não se reconhece, é sobreposto por outro tipo de irracionalidade. Aqui, não me refiro a um sentimento, mas à própria figura do homem negro, a quem está reservado questionar a si mesmo a respeito do que mobiliza no outro e das acusações que, de fato, é capaz de concretizar.

Por outra via, o que representa ser negro também parece ser abordado por Eustáquio Neves. Em algumas das fotografias que compõem a série *Boa aparência* (2000), a representação emblemática de seu corpo, a ponto de não ser possível identificar a postura na qual ele se encontra e, porventura, a sua face, assim como a presença expressiva de tonalidades escuras, permite a compreensão de que o significado atribuído à cor preta interfere no reconhecimento da singularidade de sujeitos semelhantes a ele. **Na verdade, a cor é um veredito, cuja sentença foi determinada previamente.**

Esse diagnóstico aterrorizante que, talvez, o autor compartilhe com Fanon (2008) é reforçado pela ação de inscrever o próprio nome no corpo que o carrega, movimento que se repete em algumas das imagens sem produzir conteúdos idênticos. A exclusividade de cada fotografia, assim como a presença do nome do artista, reafirma a trajetória pessoal e, como viria a ocorrer, profissional de Eustáquio Neves, um homem negro – reivindicação que se estende àqueles que também se sentem representados pela obra.

Se a inserção do nome próprio no trabalho exposto se contrapõe à sentença determinada de antemão sobre o que representa ser negro, tenho a impressão de que a postura estática nas fotografias, sempre no centro da cena, acompanhadas de informações verbais, pode suscitar a comparação com o retrato de identificação de cidadãos em privação de liberdade. Caracterizo essa leitura como emblemática, pois, uma vez que o artista utiliza a ferramenta discursiva da (foto)escre(vivência) (Bispo, 2016), não é verdade que essa aproximação tem como intuito legitimar o encarceramento ou aprisionamento como um lugar reservado ou familiar à população negra. O que pode acontecer caso observemos as imagens de Jean-Baptiste Debret (figuras 1) e de Luiz Morier (figura 2) desprovidos de uma perspectiva crítica e, inclusive, de letramento racial.

É possível que a série de imagens de Eustáquio Neves tensione a manutenção da soberania do Estado sobre os corpos negros, efetivada através da necropolítica (Mbembe, 2018); mas também é legítima a abertura para diferentes interpretações quanto à cena representada. Sendo assim, a menção ao encarceramento pode corresponder a uma denúncia, englobando as instituições e a estrutura social a partir das quais elas se constituem e, de maneira semelhante, representar a tensão decorrente do choque violento experimentado em vida e em constante devir.

No cenário retratado, o exemplo mais próximo desse devir – em última instância, inenarrável – e em diálogo com a série *Boa aparência*, é a postura estática de uma pessoa na mira do fuzil, de costas para quem atira. O tempo de espera até o disparo, o intervalo entre esta ação, o acometimento do corpo e as suas consequências são imensuráveis e aterrorizantes, sentimento que se intensifica com a compreensão de que poucas ou nenhuma artilharia podem reter a violência anunciada.

Esse tipo de cena, que somente a câmera fotográfica é capaz de registrar durante o acontecimento (Sontag, 2003), reitera a leitura de Mbembe (2018) de que o corpo negro é continuamente ameaçador no contexto da modernidade. Com essa justificativa, o combate a ele ocorre na mesma frequência, ou seja, de maneira ininterrupta, e conta com o aperfeiçoamento das tecnologias empregadas. E aqui, não se trata somente de controlar os corpos indesejáveis, mas de eliminá-los, ou melhor, liquidá-los.

Ora, a palavra “liquidação” é emblemática em face dos enquadramentos adotados nas obras em análise. Se, no momento, a expressão está mais próxima de representar a destruição total de sujeitos negros, há pouco mais de um século outra associação provável seria mercadoria. Na verdade, na medida em que esse passado ainda não findou, como exponho reiteradamente ao longo desta exposição, essa leitura se mantém atual e é confrontada pelas obras exibidas. Na figura 4, por exemplo, o carimbo onde se lê “pago” está próximo ao corpo de Eustáquio Neves que, acompanhado da frase “Eu, um Homem negro e alto”, pode representar um produto já adquirido. Outra informação verbal é registrada pelo selo com as iniciais “EN”, possível para *England* (Inglaterra).

A alusão ao país europeu se apoia nos materiais obtidos pelo artista e utilizados na produção de negativos, dentre eles, anúncios encontrados no *Black Cultural Archives*⁵³, em Brixton, na Inglaterra, sobre o comércio escravagista. Dessa maneira, as condições e repercussões da escravização da população negra são apresentadas como partes de uma conjuntura que extrapola o Brasil. Curiosamente, o território a quem se endereça o sujeito em liquidação consiste em um dos principais locais de referência de produção de conhecimento ocidental (Grosfoguel, 2016; Kilomba, 2019),

⁵³ Para mais informações, consultar: <https://blackculturalarchives.org/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

quer dizer, **quem se apropria do corpo negro é a mesma figura que o nomeia e detém conhecimento a seu respeito.**

Ciente disso, uma alternativa é seguir alguma recomendação ou a exigência presente na última fotografia da série (figura 5): *Run away*, isto é, Fugir!⁵⁴ Assim como acontece em outras passagens, essa informação verbal pode ser interpretada como a saída de um ambiente ou território, assim como a mudança de posição subjetiva, necessária quando se está aprisionado no lugar reservado pelo olhar do outro sobre o outro – expressão empregada por Schwarcz (2022 [2017], 2018) e, no momento, compreendida enquanto um tipo de enquadramento.

Todavia, existe uma particularidade em casos como esse. Dadas as condições necessárias para a manutenção do enquadramento (Butler, 2020), enquanto tal, a perspectiva estrangeira sobre determinado grupo tem que se reinventar constantemente para ser eficaz. **Com essa dinâmica, o aprisionamento não se aplica somente aos grupos subjugados historicamente, mas também àqueles que a sustentam.** Presumo que, em alguma medida, a retenção vivida por diferentes corpos dialoga com a simbologia do vidro sob as fotografias impressas em escalas próximas à da figura humana.

Com esse material, que também cumpre a função de espelho, é factível que quem observa os conteúdos veja, junto a eles, o próprio reflexo. Talvez, essa imagem chegue antes dos retratos representados ou nada mais seja visualizado após essa cena, levando-me a identificar essas respostas como parte da dificuldade ou recusa de reconhecer e legitimar a existência de uma pessoa cuja aparência é ou não é semelhante a si. Um diagnóstico possível para posturas como essa, que contam com o apoio e fortalecimento aos iguais a fim de preservar privilégios raciais, é denominado por Maria Aparecida Silva Bento (2002) de *pacto narcísico*.

Quando se trata do público negro, é pertinente que Eustáquio Neves compartilhe experiências das quais quem o integra pode ter vivido, mas não tem condições de verbalizá-las, ao menos em algumas circunstâncias. Essa é uma das características da (foto)escre(vivência) (Bispo, 2016, 2017), que também pode conferir ao artista a chance de convocar aqueles que não experimentam os acontecimentos

⁵⁴ Não posso deixar de notar a semelhança entre a expressão *Run away!* (Fugir) e *Get out!* (Corra!), nome do filme estadunidense dirigido por Jordan Peele, em 2017. Nessa produção audiovisual, são abordadas diversas expressões de racismo, em especial, a tentativa de apropriação do corpo negro.

denunciados em *Boa aparência* (2000) a partir das mesmas inscrições para interrogá-los. Como Sontag (2003), é indispensável questionar o que fazer diante da dor dos outros.

Aliás, a essa altura, a dor é melhor nomeada como trauma psíquico, um modo mais assertivo de demarcar o que as violências aplicadas em um território contra determinado grupo étnico-racial podem produzir, além de conferir mais urgência à convocação do artista. Como é de se prever, outro aspecto importante dessa perspectiva é a impossibilidade de se preparar para o choque violento (Freud, 2010 [1920]). O que, do ponto de vista material, pode ser exemplificado através de um dos componentes da série: o vidro.

A partir de uma analogia com os recursos psíquicos descritos por Freud (2010 [1920]) como necessários para a preservação da vida, noto que o material mencionado, um anteparo entre observador e observado, dificilmente é conservado após grandes impactos ou estímulos frequentes de menor densidade. O modelo do vidro, as suas dimensões e, inclusive, a maneira como está posicionado é pouco significativo diante da inexistência típica do choque violento.

Apesar de insistir nessas considerações, reconheço a sutileza com a qual elas são apresentadas em comparação a outros elementos da série, a começar com a ideia de uma boa aparência. Para denunciar a violência colonial associada a essa lógica, percebo que Eustáquio Neves expõe o próprio corpo e, pouco a pouco, o destrói, restando apenas o contorno enfraquecido da silhueta (figura 5). Com esse movimento, há o retorno à própria cena colonial, segundo Kilomba (2019), experiência comum em episódios de racismo, com a diferença de que nas imagens exibidas a humanidade do artista não é destituída.

Embora situada em diferentes passagens desta discussão, reitero que na série a relação entre a boa aparência e o choque violento – em termos semelhantes ao que a psicanálise propõe, porém, sem se restringir a ela – tem início com o título. Nesse ponto, há um movimento importante, pois, o mesmo enquadramento adotado em referência ao conjunto da obra se aplica a cada uma das imagens que a compõem por elas não portarem uma designação própria. Em outras palavras, há um discurso que se sobrepõe a todos os conteúdos, visto em conjunto ou separadamente, como ocorre com os negativos.

Acrescento à leitura anterior outra ótica, no caso, a chance de interpretar a incidência do mesmo enquadramento sob as imagens individuais e série pela via da repetição (Freud, 2010 [1914a]), tendência já observada na construção de todo o trabalho a partir de um único retrato pessoal. É fato que sobrepor e repetir conteúdos e discursos insistentemente podem ser expressões de alguma técnica artística escolhida pelo autor, assim como podem ser interpretadas como uma tentativa de nomear o trauma indizível (Maldonado; Cardoso, 2009).

Novamente, essas considerações ocorrem à luz de uma experiência inalcançável e a partir da qual Eustáquio Neves denomina a série sobre a qual me debruço no momento: a boa aparência. Ao aproximá-la do que Souza (2021) reconhece como estética, classe social, comportamentos e outras variáveis concebidas como brancas no Brasil, partilho da mesma conclusão da autora, a de que a boa aparência é um ideal, melhor dizendo, um *ideal de eu branco* – um modelo a ser alcançado.

Os esforços para concretizá-lo, sobretudo quando se trata de grupos não-brancos, podem implicar na destruição de quem o almeja (Fanon, 2008; Souza, 2021), questão que também é contemplada pela imagem. Ao apresentar a série a partir de um único critério, por acaso, a gradação das cores (da mais escura para a mais clara), compreendo que o embranquecimento das fotografias coincide com o desaparecimento ou, como apresentado em momento anterior, a destruição gradual do corpo do artista, no final, observável somente pelo contorno da silhueta (figura 5).

Em contextos onde a lógica colonial opera, a associação acima não é inédita e muito menos individual, mesmo quando o grupo para o qual as atenções se voltam é extraído da conjuntura na qual está inserido. Neste caso, uma estratégia adotada por quem não deseja se responsabilizar por ações questionáveis. A propósito, embranquecimento e desaparecimento são duas condições impostas ao sujeito negro, sempre com efeitos psíquicos (Fanon, 2008).

Mesmo diante dessas repercussões, é preciso reconhecer que elas não são suficientes para responder a um dilema importante quando o ideal de eu branco dialoga com um projeto de país nos termos apresentados por Souza (2021). Na medida em que a constituição da sociedade brasileira fomenta um ideal de humanidade, o que resta quando essa dimensão é destituída? Ou ainda, o que sobra quando essa dimensão é destituída sem que haja a desconstrução dos significados

comumente atrelados às maiorias minorizadas, como a população negra? Sem respostas prévias, essas interrogações demonstram que, por si só, a inserção do termo aparência na série já é motivo de reflexão.

Outro aspecto tratado de antemão e para o qual retorno mais uma vez é a repetição dos conteúdos, cenário, mensagens e posicionamento de Eustáquio Neves que, em conjunto, interpreto como uma maneira de convocar quem observa a se questionar sobre o que fazer diante da dor, ou melhor, do trauma que nos acomete? Tal questão, inspirada em uma provocação de Sontag (2003), lembra que o contexto de referência da autora é, com recorrência, a guerra, sobre a qual há a reprodução de muitas cenas de violência.

Diferente dos conflitos de maior visibilidade descritos pela autora e das considerações do próprio Freud (2010 [1920]) – de quem emprego as noções de neurose traumática e neurose de guerra –, **o choque violento, tal como as fotografias permitem apontar, tem relação com a marcação racial impressa por uma perspectiva externa, estrangeira.** Esse olhar retoma e reforça os mesmos significados atribuídos no contexto da escravização e, inclusive, se expressa no retrato do artista, talvez, porque esse acontecimento nunca tenha sido destruído de fato.

Portanto, se dispor de determinados traços fenotípicos é uma condição necessária para se inserir na classe trabalhadora, na medida em que pessoas negras não possuem esse perfil e, inclusive, têm a própria humanidade questionada ou negada, logo, elas não podem ser integradas efetivamente a essa parcela da sociedade. Digo “efetivamente”, pois, ainda que disponha de um registro profissional na Carteira de Trabalho, quem integra o grupo referido permanece em busca de ser “alguém na vida”, posição pela qual alguns grupos não precisam batalhar. **Assim, é possível dizer que a exigência por uma boa aparência se caracteriza como o segundo momento do trauma.**

Possivelmente, há outras mensagens e características presentes nas fotografias, ainda não apreendidas pelo *meu* olhar. Não descarto o fato de que esses dados estejam propositalmente encobertos pelas cores, disposição dos conteúdos e sobreposição de negativos fotográficos, mas também é pertinente que os mecanismos psíquicos suscitados no contato com a série interfiram na visualização das imagens e reforcem a impossibilidade de esgotar os seus sentidos.

6.3 II SESSÃO DE ANÁLISE: A SEPARAÇÃO

Figura 6 - *Cartas ao mar*, de Eustáquio Neves (2015)



Fonte: Acervo pessoal de Eustáquio Neves.

Separação é o nome atribuído por Kilomba (2019) à segunda dimensão do trauma que acomete a população negra – engloba os sentimentos de corte, perda e ruptura e o que a autora identifica como a privação de um vínculo com a sociedade. Junto à dificuldade ou impossibilidade de acessar a cultura na qual se está inserido, aqueles acometidos pelo trauma psíquico também se percebem privados de usufruir de afetos, conhecimentos e experiências anteriores à diáspora, vividas ou transmitidas por gerações passadas.

Ainda que a população mencionada disponha de vivências comuns nas sociedades onde a colonialidade/modernidade impera, a manifestação de algumas marcas está associada às particularidades do contexto que as produzem, algo passível de ser observado no processo analítico. Como, então, interpretar a separação enquanto uma das dimensões do trauma psíquico em um país de dimensão continental e maior receptor de vítimas do tráfico humano (Nascimento, 2016), como é o caso do Brasil?

A série *Cartas ao mar* (2015), desenvolvida por Eustáquio Neves após a visita ao Cais do Valongo e composta por dez fotografias com moldura e vidro sobre a tela, fornece notícias importantes a respeito da questão anterior, a começar com o enquadramento que a nomeia. Semelhante às imagens, que são documentos de grande potência, circulação e reflexibilidade (Schwarcz, 2022 [2017], 2018), as cartas transmitem mensagens e viabilizam a quem as contempla acessar costumes e tradições de outros períodos históricos.

Acontece que no trabalho em análise nenhum material como este foi exibido, ao menos no formato convencional. Na medida em que cartas e fotografias são linguagens diferentes que podem dispor de significados semelhantes e, inclusive, integrar as mesmas produções – algo recorrente nas obras do artista mineiro –, operá-las através do mesmo método pode garantir uma finalidade que, a princípio, é própria apenas a uma delas.

Apresento essa hipótese a partir do relato de Eustáquio Neves de que teria se inspirado nas garrafas lançadas no oceano, com mensagens capazes de viajar pelo tempo e espaço, para discutir um marco da história do Brasil por meio de fotografias (Gargalheira, 2022). O que, de início, é pouco notório, na verdade, carrega significados importantes. Junto ao resgate de uma tradição que, me parece, ser pouco usual nesse momento histórico, existe a perspectiva de que o conteúdo em movimento

tem potencial para fomentar ações no futuro. Digo isso, pois, sem a esperança de que a mensagem encaminhada será recolhida por alguém que poderá proporcionar alguma transformação, o investimento libidinal feito no presente é esvaziado.

Aliás, a própria necessidade de reservar um documento ao futuro já é um indício de que, no momento, ninguém está apto para acessá-lo ou agir de maneira pertinente. Isso não significa que uma única resposta seja válida diante da mensagem transmitida e, sim, que as ações futuras devem ser efetivas o suficiente para interromper a necropolítica que há tempos destrói os corpos negros, como Mbembe (2018a) denuncia. Nesse horizonte, a quem será que se destinam as dez fotografias apresentadas na série de Eustáquio Neves ou os conteúdos que elas contêm?

Para construir uma possível resposta a esta questão, considero refletir sobre a relação entre o mar e a escravização. A partir das discussões feitas pelo historiador Anthony Russell-Wood (2014), é possível afirmar que na perspectiva cartográfica eurocêntrica o mar é um elemento da natureza que separa, limita e conecta diferentes sociedades, economias e culturas. Quando, a partir de 1492, o comércio escravagista deixa de ocorrer somente entre a África subsaariana e a Europa e se estende ao continente americano, o oceano Atlântico protagoniza invasões a diferentes territórios, como o atual Brasil. Mais do que isso, o domínio marítimo se torna fundamental para o desenvolvimento do Império Português transcontinental.

Ainda segundo o autor, os significados desse empreendimento para as sociedades portuguesa e brasileira têm visibilidade nas diferentes expressões culturais, que abordam desde a emergência do Império Português, a sua decadência, até suas consequências incontornáveis. Influenciadas por esses temas, gerações distintas de escritores lusitanos e brasileiros produziram literatura a despeito das batalhas marítimas, conquistas e derrotas, doutrinas religiosas, populações e recursos encontrados além-mar, entre outros aspectos – em grande parte narrados em tom de exaltação.

Esse é o caso dos poemas épicos portugueses *Os Lusíadas* e *Mar português*, de Luis Vaz de Camões (2008) e Fernando Pessoa (2010), respectivamente. Além da visibilidade e circulação desses trabalhos em diferentes épocas e contextos, os atributos conferidos ao mar, a ponto de humanizá-lo, são outro motivo pelo qual os apresento neste momento. **Sob esse enquadramento, o mar é tão protagonista**

das navegações marítimas e do comércio escravagista quanto aqueles que o empreenderam.

De outro modo, para as vítimas do tráfico transatlântico, o mar, que dispunha de significados diversos, inclusive, divinos – como acontece na cultura iorubá, na qual esse elemento da natureza é associado à orixá Iemanjá (Sodré, 1988) –, passa a representar uma ruptura. Os vínculos afetivos, o lugar social, o modo de ser visto e reconhecido, a linguagem e toda a vida nos termos em que era concebida são interrompidas de maneira definitiva. Isto faz do continente africano o local onde se encontra a única população negociada, quer dizer: “[...] desmembrada, escravizada, coletivamente segregada da sociedade e privada de seus direitos, tudo para o benefício das economias europeias” (Kilomba, 2019, p. 206).

No momento em que a série de *Cartas ao mar* (2015) é nomeada desta forma, é possível que um dos objetivos para tal seja resgatar os significados mencionados acima, por ora, dirigindo-os ao próprio oceano na condição de interlocutor. Isso revela ou encobre o fato de que as fotografias não têm um destinatário, ao menos nas circunstâncias apresentadas nesta investigação. Ao que parece, aguardar por transformações efetivas, como sinalizei anteriormente, pode ser tão urgente quanto ter alguém capaz de narrar a experiência traumática, referida por Freud (2010 [1920]) e comentadoras como Maldonado e Cardoso (2009) como irrepresentável.

Essa impossibilidade marca a própria produção da série, em 2015, após a visita do autor ao Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. A convite de Milton Guran, diretor do FotoRio (Encontro Internacional de Fotografia do Rio de Janeiro), Eustáquio Neves se deslocou até a maior zona portuária do mundo, construída em 1811, para realizar um ensaio fotográfico. Além do número expressivo de sujeitos que desembarcaram no local, o Cais do Valongo é conhecido pelo tratamento conferido àqueles que não sobreviveram às condições inóspitas do tráfico transatlântico entre a África e o Brasil (Orlandi, 2018).

A recuperação das histórias das vítimas desse sistema, sobretudo daquelas designadas indigentes e abrigadas em valas comuns, tornou-se menos provável com a passagem do tempo, quase dois séculos, e a transformação da zona portuária em um aterro (Orlandi, 2018; Gargalheira, 2022). Se, acaso, esse local que se (con)funde com um cemitério, detendo cerca de dois mil metros quadrados (Castro, 2021), não

abrigasse corpos pretos, talvez ele não fosse objeto de esquecimento nacional até o século XXI.

Como Maurício Barros de Castro (2021) sinaliza, somente em 2011 esse passado começou a ser investigado por arqueólogos do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no contexto da revitalização da zona portuária da cidade que, em alguns anos, recepcionaria os Jogos Olímpicos. Portanto, a descoberta da região e a candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade – *status* conferido em 2017 –, ocorre em meio ao processo de gentrificação do espaço.

Essa maneira de expulsar os corpos pretos dos lugares que habitam, reiterada por Eustáquio Neves em entrevista à jornalista Ana Paula Orlandi (2018), não seria constatada sem a imersão no local. Diferente do planejamento inicial, não houve qualquer tipo de registro fotográfico no Cais do Valongo, mas observações e conversas com moradores e comerciantes da região. A mudança no modo de proceder é justificada pelo interesse de entender o significado da zona portuária e, em momento posterior, recriá-lo.

Como venho sinalizando ao longo desta pesquisa, a discussão sobre o trauma psíquico vivenciado pela população negra e negradescendente no Brasil ocorre por meio da análise de séries de fotografias de Eustáquio Neves. Essa escolha não refuta o estudo de alguns discursos do autor, sobretudo quando revelam aspectos importantes das obras e do contexto de produção, como ocorre com a declaração de que “não” foi necessário fotografar o Valongo (Orlandi, 2018; Castro, 2021).

Considerando que para a psicanálise um termo é suscetível a diversas interpretações, no caso mencionado, o “não” pode ser um exemplo de *negação*. Enquanto um mecanismo de defesa, a *Verneinung* se manifesta quando conteúdos até então recalcados atingem a consciência, sem deixar de ser inibidores (Laplanche; Pontalis, 2001). Se considerarmos esta mesma definição válida para a denegação, como Gonzalez (2020b) o fez, talvez seja pertinente compreender o uso do termo como uma denúncia à maneira como o racismo se expressa na sociedade brasileira: pouco explícito, mas sempre articuloso.

Por isso, tão aterrorizante quanto identificar as rupturas ocasionadas pelo tráfico transatlântico e conviver com um de seus maiores legados materiais e simbólicos, como é o caso do Valongo, é perceber a repetição de algumas

experiências e a conjuntura que a ocasiona. Essa leitura que apreendo em *Cartas ao mar* (2015) está alinhada com a constatação de Coates (2015) de que, em um país como os Estados Unidos, a população negra não é assassinada apenas por cidadãos e autoridades, mesmo quando são condenadas pela autoria do crime. Nessa sociedade, a população negra é assassinada por uma nação, da qual sempre esteve excluída.

Embora o projeto de nação estadunidense esteja associado à formação do país e aos valores cultivados socialmente, a perspectiva acima não é totalmente estranha ao Brasil, como o conceito de racismo estrutural ajuda a compreender (Almeida, 2018, 2019). Sendo assim, de que maneira o Cais do Valongo – que, portanto, não é apenas produto de uma época, mas um projeto de nação – pode ser representado sem promover a espetacularização da violência colonial como o faz o olhar do outro sobre o outro, tão fundamental para o choque violento? Ou ainda, como retratar a região sem amenizar os seus efeitos na sociedade brasileira, mesmo após a passagem do tempo?

As perguntas anteriores soam mais provocativas tendo em vista o tema da série: a morte (Orlandi, 2018; Castro, 2021). **Sem desconsiderar que um ambiente pode suscitar sentimentos distintos em quem o frequenta, Eustáquio Neves enquadra um acontecimento histórico que não deve ser esquecido ou escondido.** Afinal de contas, nenhuma conquista obtida coletivamente pela população negra ou por cada cidadão que a compõe compensará o processo de desumanização ao qual o grupo foi submetido (Coates, 2015).

Assim, para discutir o tema proposto, o artista se debruçou sobre arquivos pessoais e, de alguma maneira, familiares, tendo como resultado a produção de dez fotografias, como sinalizei inicialmente. Ele também informa que todas as imagens foram criadas a partir do mesmo símbolo, no caso, a moldura das lápides das igrejas de Diamantina, município onde reside (Orlandi, 2018; Castro, 2021; Gargalheira, 2022). Cada lápide resguarda um retrato, a começar com o próprio autor, seguido por imagens de amigos de comunidades vizinhas⁵⁵.

Esses conteúdos apresentados em poucos tons e em referência a um contexto histórico em investigação tornam difícil estar na presença da série e, por conseguinte,

⁵⁵ Informação obtida com educadores do Sesc Rio Preto.

sustentá-la pelo olhar. Uma leitura errônea é capaz de atribuir essa dificuldade à quantidade de fotografias que a compõem – superior à de *Boa aparência* (2000) e *Outros navios* (2022) –, sem considerar a necessidade de um espaço menor para ser exibida. **Percebo que a razão do desconforto, por vezes produzido por *Cartas ao mar* (2015), está na leitura de que a separação, enquanto uma dimensão do trauma psíquico, também é um tipo de morte.**

Essa perspectiva um tanto brutal dialoga com a definição atribuída por Kilomba (2019) à separação, e a partir da qual teve início a presente análise. **Conceber essa dimensão nos termos apresentados é mais uma maneira de reiterar a sua capacidade de modificar a relação do sujeito negro consigo mesmo e com os seus semelhantes de forma definitiva, equivalente a uma configuração “entre o mundo e eu”.** Essa expressão, eleita por Coates (2015) para intitular o livro⁵⁶ no qual narra a experiência de ser um homem negro nascido, criado e no exercício da paternidade em uma sociedade que viola, cotidianamente, os direitos de seu grupo étnico-racial, expõe a solidão vivida por quem teve/tem a humanidade destituída.

Para quem se encontrou/encontra nessa circunstância, as chances foram/são reduzidas, e até reforçam a separação enquanto um tipo de morte. Diante de heranças familiares e culturais inviabilizadas ou, em outras palavras, do epistemicídio (Grosfoguel, 2016), do rompimento de vínculos afetivos e, tal como Fanon (2008) aponta, do desaparecimento ou embranquecimento como condição para se inserir na sociedade, é quase que inevitável desconhecer a si mesmo. E isso, decerto, manifesta-se de maneiras variadas, com maiores ou menores demonstrações de afeto.

Outra justificativa para conceber a separação enquanto um tipo de morte são as reiteradas referências ao tema e ao que ele suscita, compreendidas na literatura psicanalítica como expressão da compulsão à repetição, isto é, uma tentativa de dominar o excesso pulsional desprazeroso – sob a ação da pulsão de morte (Freud, 2010 [1920]). Uma ação que me faz considerá-la é a sequência de retratos criados a partir do mesmo símbolo, a lápide, como uma tentativa de inscrever fatos que não puderam ser contados.

⁵⁶ Em inglês, o livro foi publicado com o título *Between the world and me*, pela editora One World. Como a tradução literal para o português fere a norma “cultura” da língua portuguesa, como se nota com: “Entre mim e o mundo”, ela foi adaptada para “Entre o mundo e eu”.

Se, através da imagem que contém um retrato pessoal (figura 6), o artista reforça que a história do Cais do Valongo é intrínseca à vida de todos os negrodescendentes brasileiros, inclusive a dele, como declarou publicamente (Orlandi, 2018); uma leitura possível alerta para a sentença de que nenhuma pessoa negra escapa da morte, ou melhor, do tipo de morte conferida à população africana a partir do tráfico transatlântico. Isso se apoia nos enquadramentos adotados pelo fotógrafo, e através dos quais os espectadores são convocados a se comprometerem com quem já partiu e com quem está vivo, todavia, assujeitado a tratamentos análogos aos do período escravagista.

Para contemplar este aspecto, a mesma imagem mencionada tangencia alguns temas, o que, nas circunstâncias avaliadas, parece ser o modo como o homem negro é visto historicamente e a manutenção de antigas práticas de controle. Adotar uma tarja preta sobre os próprios olhos no retrato retirado aos dezessete anos de idade a fim de problematizar o tratamento dos jornais sensacionalistas aos “menores” negros em conflito com a lei (Castro, 2021), é, afinal, um jeito de denunciar a vinculação da ideia de perigo à figura do homem negro.

A relevância desse tema é inegável no Brasil, onde sujeitos pertencentes a esse grupo étnico-racial e identificados com o gênero masculino tornam-se sempre “homens negros”, independente da idade. Qualquer comportamento considerado inadequado para essa faixa etária é inadmissível, embora, na prática, esse grupo social seja castigado mesmo na ausência de uma ação concreta. Para autores como Fanon (2008) e Coates (2015), isso significa que a punição dificilmente está associada a uma atitude, mas ao que os homens negros representam para as sociedades, como a discussão sobre o choque violento ajuda a compreender.

Nesse ponto, não posso deixar de mencionar uma contradição, também apontada por esses intelectuais e em diálogo com o trabalho do artista mineiro. Junto à “adulteração forçada do homem negro”⁵⁷ por alguns setores do Estado, como as ações policiais revelam, e as exigências que a acompanham, há a destituição da humanidade, experiência impossível de ignorar quando se discute a escravização e

⁵⁷ Esse tratamento conferido aos homens negros no Brasil pode ter influência do pensamento de Raimundo Nina Rodrigues (1938), para quem o desenvolvimento cognitivo de pessoas negras, mestiças e indígenas se diferenciava negativamente, a ponto de propor um sistema penal próprio para esses grupos. Para mais informações, sugiro a leitura da obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1894.

os seus efeitos psíquicos. Na fotografia (figura 6) de Eustáquio Neves, esse fato é demonstrado através de termos como “lote 770088” e “CARREGADO”, comumente empregados em mercadorias.

Essas interpretações, desencadeadas a partir do retrato do autor e dos símbolos acrescidos à escrita com a luz, revelam o que se obtém com técnicas empregadas há, no mínimo, quinhentos anos. **A tarja sobre os olhos, semelhante aos porões dos navios, às senzalas, à máscara de flandres e à linguagem, promove o domínio sobre o corpo negro e interdita as suas experiências presentes e futuras.** Nesse cenário, a manutenção dessas técnicas também garante a proteção de quem as emprega, pois, como Kilomba (2019) revela, na ausência de autonomia, não compete aos grupos explorados denunciar as violências das quais são vítimas.

Esta pesquisa, que representa o meu anseio de expor as violências próprias da escravização contra a população negra e a maneira como o trauma psíquico decorrente dessa experiência pode se caracterizar, não ameniza a dificuldade de discutir esses temas, mesmo quando as realizo à luz de fotografias que abordam conteúdos violentos sem competir com eles. Esse diferencial da (foto)escre(vivência) é contemplado em toda a série intitulada *Cartas ao mar* (2015), como tenho demonstrado através da imagem (figura 6) que inaugura a presente sessão.

Inclusive, essa fotografia apresenta outro aspecto relevante quanto ao tipo de enquadramento adotado por Eustáquio Neves. Trata-se da possibilidade de, através de um retrato pessoal, abordar um acontecimento histórico, os seus efeitos e tecer críticas acerca da formação da sociedade brasileira. Em outras palavras, sem promover um discurso centrado em si mesmo, o autor constrói uma memória da escravização que tange vivências pessoais e coletivas, como revelou em entrevista à Castro (2021).

Portanto, **as circunstâncias apresentadas demonstram que a transformação de uma das principais zonas portuárias do país em um aterro pode até ter apagado o local do campo de visão da população por um período, mas não foi capaz de extinguir o seu significado, sobretudo para as vítimas desse processo.** Na medida em que as experiências traumáticas continuam presentes de maneira “espantosa”, não podem ser esquecidas, assim como não podem ser evitadas (Kilomba, 2009), elas lembram a quem as vivencia que a

separação, sobre a qual me debrucei até o momento, está articulada tanto à atemporalidade quanto ao choque violento.

Por isso, a seguir, me dedico àquela que se configura como a terceira dimensão do trauma psíquico e escancara, de forma notável, a coexistência de períodos distintos quando se trata das vivências da população negra no Brasil.

6.4 III SESSÃO DE ANÁLISE: ATEMPORALIDADE

Figura 7 - *Outros navios*, de Eustáquio Neves (2022)



Fonte: Acervo pessoal de Eustáquio Neves.

Outros Navios (2022) é o título de uma série de fotografias em andamento e que tem origem na analogia estabelecida por Eustáquio Neves entre os navios do tráfico transatlântico e os transportes públicos⁵⁸, ambos “carregando” grupos semelhantes, senão os mesmos, sob lotação máxima. A partir deste enquadramento, no caso, o título, avalio que as circunstâncias de vida dos grupos africanos escravizados e a sua continuidade, observáveis nas condições disponíveis atualmente para a população negradescendente, tangenciam um tema, a saber: a *atemporalidade* da experiência traumática.

Essa hipótese se apoia em uma das fotografias (figura 7) da série, produzida em dois tons. O contorno localizado no centro da imagem e preenchido pela cor preta faz alusão ao território brasileiro, que se sobrepõe ou é sobreposto por uma faixa branca onde constam dois desenhos pequenos, também brancos: um barco e uma rosa dos ventos. Esses símbolos, a gradação das cores, o modo como elas estão distribuídas e a sobreposição de negativos, característico nos trabalhos do fotógrafo mineiro, juntos, parecem compor uma imagem projetada sob uma tela instável.

Esse cenário pode sinalizar que o Brasil ainda é objeto de disputa territorial e, assim, passível de invasão e expropriação de recursos. Na medida em que essas ações são destrutivas tanto para o território quanto para a sociedade, por certo, a convivência com esse tipo de expectativa implica em algum nível de sofrimento psíquico, principalmente para quem habita uma região que ainda está às voltas com as consequências da colonização.

Sem negar a gravidade desse tipo de experiência, os enquadramentos selecionados também chamam a atenção para a dificuldade de conviver com o *dever* quando as consequências não remetem apenas à retirada de direitos e propriedades, mas à própria destituição da humanidade, experiência familiar à população negra. Na verdade, em contextos onde a lógica colonial impera, nenhuma invasão territorial é necessária para aquele grupo ser expropriado e estar em contato com efeitos

⁵⁸ Não posso deixar de mencionar uma música evocada durante a análise da imagem. Me refiro a *Um trem para as estrelas*, composta por Cazuza e Gilberto Gil como parte sonora de um filme de mesmo nome. A canção faz uma crítica à desigualdade social, apontando para a relação entre os navios “negreiros” e os transportes públicos na cidade do Rio de Janeiro. Lá, “o povo lá embaixo espera nas filas dos pontos de ônibus procurando aonde ir [...] num trem para as estrelas depois dos navios negreiros outras correntezas”. A versão da música gravada por Cazuza se encontra no álbum *Ideologia*, de 1988.

psíquicos já conhecidos, como a abolição inacabada (Alves, 2021) e a atemporalidade característica do trauma (Kilomba, 2019) ajudam a compreender.

A essa altura, percebo que, ao garantir a subjugação do sujeito negro como corpo-mercadoria (Alves, 2021), a abolição inacabada aproxima os episódios de racismo cotidiano de experiências coletivas, como a própria escravização. No entanto, devido à atemporalidade da vivência traumática, quem é abordado no presente como se estivesse no passado colonial não o (re)visita apenas no contexto das relações sociais, mas, também, psiquicamente, como Kilomba (2019) avalia. Afinal, as dores associadas àquele acontecimento são reatualizadas.

Ainda segundo a autora, na medida em que as memórias coloniais mobilizadas são perturbadoras e “intrusivas”, não há possibilidade de controlá-las ou interrompê-las, mesmo em momento posterior ao choque violento. A chance de falar dessa vivência é ainda mais necessária na medida em que ela ocorre em um contexto no qual a maior proximidade do racismo com a colonialidade ou colonialismo, modelo de preferência da intelectual, é concomitante ao aumento da violência (Kilomba, 2019).

Tais questões são contempladas pela fotografia (figura 7) a partir da qual tem início esta análise, a única imagem da série eleita que não comporta um retrato. Decerto, a maneira como as relações são estabelecidas no contexto da colonialidade/modernidade compromete todas as vidas, inclusive a dos opressores. Mas, uma vez que as séries apresentadas na exposição *Outros navios* (2022) apreciam pessoas negras de diferentes faixas etárias, aposto que a figura ausente da imagem mencionada também partilharia dessa pertença étnico-racial. Nesse caso, a inviabilidade da vida para sujeitos negros em condições tais quais as oferecidas pelo Brasil parece ser a mensagem transmitida.

Ao dispor da (foto)escre(vivência) para trazer à cena a ausência, ao invés de produzir um apagamento, Eustáquio Neves se distancia de uma tendência observada na história do Brasil com a proximidade da abolição. Refiro-me ao diagnóstico de Deiab (2006), para quem o apagamento progressivo da imagem das Mães Pretas das fotografias, em companhia dos herdeiros da casa-grande – por artistas estrangeiros ou brasileiros que dispunham de algum privilégio –, equivale à retirada dessa figura do (en)quadro nacional, isto é, da história que a sociedade pretendia construir.

Mais do que isso, **a passagem do que se caracteriza como um apagamento e que é, afinal, uma expressão do genocídio/epistemicídio (Grosfoguel, 2016), para a construção de uma ausência através da (foto)escre(vivência), pode ser interpretada como um gesto de elaboração.** Se tomarmos o texto *Recordar, repetir e elaborar* de Freud (2010 [1914a]) como referência para compreendermos esse fenômeno, veremos que ele acontece em meio às repetições que, mesmo expondo quem a vivencia a situações indesejáveis e, por vezes, dolorosas, abre espaço para a diferença. Mais uma vez, a recorrência com a qual alguns retratos, informações verbais e temas são apresentados nas fotografias analisadas pode sinalizar para a tentativa de nomear vivências inconcebíveis.

A respeito dessa proposição, não deixo de reconhecer que a materialização da ausência em uma escrita com a luz (figura 7) que conta com a sobreposição de negativos e o acréscimo de outras técnicas, também pode ser uma referência à morte. Esta, alçada como uma condição permanente na história da população negra desde o tráfico transatlântico, como a série *Cartas ao mar* (2015) revela, faz-se mais emblemática quando a pessoa ausente na imagem pode ser quem a concebeu. Basta verificar a presença do artista nas outras fotografias analisadas.

Novamente, essa referência a Eustáquio Neves não individualiza as problemáticas vigentes, dado o tipo de enquadramento eleito por ele. Por conta do comprometimento com a história coletiva, como é próprio à (foto)escre(vivência), não surpreenderia se o próximo tema da associação acima fosse a morte prematura da juventude negra ou o sistema criminal brasileiro e a sua tendência, melhor dizendo, preferência pelo encarceramento de pessoas com o perfil do artista, portanto, homens negros.

Para Alves (2021), o número significativo de pessoas encarceradas com o perfil contrário ao de uma *boa aparência* e as condições nas quais esse processo ocorre, por vezes, reforçando o itinerário histórico “senzala-favela-prisão-caixão”, evidencia a capacidade do sistema criminal brasileiro de reatualizar, cotidianamente, a ordem colonial. Por essa competência e, vale dizer, as suas repercussões, esse sistema também é pensado pela autora como expressão máxima da abolição inacabada.

Assim como esse entendimento refuta a ideia de uma abolição em construção, já que essa prática, nos termos em que ocorreu no Brasil, tornou-se mais uma maneira de efetivar o genocídio antinegro, ele revela um traço persecutório. Afinal, **para que**

crimes contra a população negra sejam efetivados ao longo de tantos séculos no país, é preciso que as crenças forjadas sobre ela se transformem em convicções. Um exemplo conferido por Fanon (2008) consiste em acreditar que quaisquer ações praticadas por pessoas negras de maneira individual ou coletiva buscam prejudicar ou ferir a integridade de outros sujeitos, em especial, daqueles que se apresentam como modelo de humanidade.

Nesse cenário, também é conveniente responsabilizar uma pessoa negra por ações impróprias praticadas por outros sujeitos do mesmo grupo étnico-racial, assim como é legítimo culpabilizá-la pelas condutas ou supostas reações de quem não partilha das mesmas características fenotípicas (Coates, 2015). **Essa maneira de perceber e abordar sujeitos negros reitera que sempre haverá uma motivação para condená-los, mesmo sem uma ação concreta. Do mesmo modo, ela demonstra que a homogeneização de vidas negras depende da negação da singularidade.**

Por isso, tão importante quanto definir a persecutoriedade como uma característica do racismo, em concordância com a literatura sobre o tema (Fanon, 2008; Coates, 2015; Kilomba, 2019), é reconhecer de que maneira ela interpela a vida de pessoas negras. Desta forma, gostaria de acrescentar mais uma perspectiva ao tema, exposta pela figura 7, caso seja observada à distância.

Sob essa condição, ao olhar atentamente para o modo como a cor branca está distribuída, percebo um movimento. Sem dispor de certezas sobre o que, de fato, se mobiliza e em qual direção, tenho a impressão de a imagem suscitar conteúdos fantasmagóricos e assustadores, semelhante à representação da vivência traumática. Na verdade, como a “[...] nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente” (Kilomba, 2019, p. 223), ousar dizer que a impossibilidade de controlar as memórias de uma experiência indescritível concebe à atemporalidade as qualidades mencionadas em momento anterior.

Apesar dessa leitura ser realizada em diálogo com a psicanálise, o caráter fantasmagórico ou assustador da terceira dimensão do trauma psíquico não é abordado na literatura nos termos apresentados (Freud, 1917a [1916-1917]; 2010 [1919]; 2010 [1920]). Esse detalhe, aparentemente pouco expressivo diante da presença relevante da atemporalidade nas diferentes vertentes e acepções do trauma

(Favero, 2009; Cardoso, 2011), não deixa de retomar o significado emblemático do contexto de constituição da teoria e clínica psicanalítica.

Quando, por exemplo, elejo a neurose traumática e a neurose de guerra para discutir o trauma psíquico, tenho em vista que uma das principais referências que as “norteiam” é a Primeira Guerra Mundial. Apesar dos seus impactos materiais e simbólicos, esse acontecimento que, a título de exemplo, contribuiu para o estudo da compulsão à repetição (Freud, 2010 [1920]), teve o seu desenvolvimento pautado no cumprimento ou descumprimento de regras e acordos entre as nações envolvidas. **Essa postura difere radicalmente do que ocorreu no período escravagista no Brasil, onde o alvo das negociações eram as vidas negras, reduzidas a mercadorias.**

Diante da perpetuação desse contexto através da abolição inacabada, onde localizo os episódios de racismo cotidiano, aposto na ampliação da leitura de trauma psíquico. **No caso da neurose traumática que acomete um conjunto heterogêneo de pessoas negras, a atemporalidade – uma condição do psiquismo – revela a maneira como o rompimento da linearidade entre o presente e o passado expõe o sujeito negro a um período que não foi vivido diretamente e, no qual, as representações legitimam a forma como é visto e tratado na sociedade atualmente. Junto à reatualização do trauma psíquico, esse deslocamento também compromete a possibilidade de quem o vivencia de construir um discurso sobre a sua própria história.**

A série *Outros navios* (2022) estabelece uma analogia entre as condições do presente e do passado e, ao fazê-la, torna a existência do futuro incerta. Nesta circunstância, ao falar sobre o futuro me apoio nas considerações de Pedro Ambra (2023), para quem esse período pode significar a enunciação de um desejo. Isso requer a construção de uma política do passado que forneça as condições necessárias para gestá-lo e, ao contrário do que se poderia imaginar ou mesmo almejar, este processo não elimina os sintomas produzidos em circunstâncias tão destrutivas. O que, na minha leitura, justifica o estudo contínuo de temas como o proposto nesta pesquisa.

Diante disso, questiono: quais projetos são possíveis para a população negra no Brasil dispor de um futuro que não seja uma expressão sofisticada da abolição inacabada?

7 DESPEDIDA

Nesta dissertação, procurei analisar a neurose traumática da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil. Dentre as principais questões que permearam a pesquisa, a possibilidade de realizá-la sem ter acesso a uma parcela do grupo acometido por aquele regime longo, ou às suas produções materiais, foi tão relevante quanto reconhecer as manifestações do trauma fora do *setting* analítico. Frente a isso, dialoguei com trabalhos que utilizam o referencial teórico psicanalítico para discutir temas próximos ou em comum com esta investigação (Fanon, 2008; Kilomba, 2019; Souza, 2021), assim como examinei um conjunto de imagens apoiada na afirmação de Cusicanqui (2021) de que as culturas visuais oferecem contribuições importantes nas sociedades onde a lógica colonial impera.

De fato, a busca por produções do século XVI ao século XXI evidenciou que as imagens revelam aspectos notáveis da formação social do Brasil e do legado aterrorizante da escravização, como observamos ao comparar a fotografia *Todos negros* (figura 2), registrada por Luiz Morier em 1982, com o quadro *Loja de Rapé* (figura 1), de Jean Baptiste-Debret, do início do século XIX. Contudo, parte significativa dos materiais consultados expõe cenas de violência contra corpos negros de modo a reafirmar discursos que os animalizam, os subalternizam ou os desprezam. Interpretações possíveis de serem realizadas através das mesmas imagens citadas, ainda que a primeira denuncie a seletividade do Estado.

Fato é que essas imagens e outras com as quais entrei em contato ao longo deste processo investigativo são verdadeiras produções do olhar do outro sobre o outro ou, em outras palavras, elas correspondem a um discurso sobre o negro. Este tipo de enquadramento, categoria de análise descrita por Butler (2021), se contrapõe às intenções desta pesquisa de apresentar um discurso do negro, reafirmando, em primeiro lugar, a sua condição de sujeito. Para isto, selecionei imagens cuja proposta dialoga com a (foto)escre(vivência) (Bispo, 2016), uma dimensão do método da escrevivência evaristiana e que, neste trabalho, também é interpretada como um tipo de enquadramento de autoria de profissionais negros.

Na verdade, selecionei três séries de fotografias do artista Eustáquio Neves, nomeadas por ele de *Boa aparência* (2000), *Cartas ao mar* (2015) e *Outros navios*

(2022) que, apesar de produzidas em momentos distintos, abordam temas semelhantes, como a condição do negro no Brasil. Respalhada pela metodologia gonzaleana, essas imagens que representam um conjunto heterogêneo de pessoas negras – algo possível devido à (foto)escre(vivência) – foram convidadas à sessões de análise para que pudessem produzir associações mediante as dimensões do trauma psíquico: o choque violento, a separação e/ou a atemporalidade.

Ao problematizar os critérios adotados pelo mercado de trabalho em processos seletivos e compará-los com uma descrição comum às pessoas escravizadas em fuga, a série *Boa aparência* (2000) destaca a exigência por uma boa aparência como um segundo momento do trauma da escravização. Nesse caso, o olhar ou o enquadramento, ao desempenhar um papel crucial no reconhecimento de supostas diferenças com base na cor da pele, além de reforçar uma das condições da escravização que persiste no contexto da abolição inacabada, e aqui, me refiro à questão de que a população negra não é considerada parte da classe trabalhadora, representa um choque violento.

Por sua vez, o contato com esta dimensão implica na maneira pela qual a separação pode ser definida. Discutida a partir da série *Cartas ao mar* (2015), em referência ao Cais do Valongo, a separação implica em rupturas, seja com um território, com uma cultura ou com as relações de afeto que conferem a quem a experimenta a possibilidade de ser sujeito da sua própria história. A interdição das relações com os outros e consigo mesmo, junto à impossibilidade de recuperá-las, ao menos nas condições em que foram vividas em momento anterior, contribuem para que a separação represente, ao final, um tipo de morte.

O impacto do choque violento e da separação parecem ainda mais notáveis diante de uma dimensão do inconsciente e, também, do trauma psíquico: a atemporalidade, discutida a partir da série *Outros navios* (2022), quando Eustáquio Neves compara o tratamento oferecido à população negra em diferentes períodos históricos. Se, por um lado, a abolição inacabada admite violências análogas às do período escravagista, devido à atemporalidade, os episódios de racismo cotidiano acabam por reatualizar a experiência traumática decorrente daquele regime. O modo como essas vivências podem ser apresentadas pela (foto)escre(vivência), não pelo apagamento, e, sim, pela ausência – provocando questionamentos ao invés de respostas –, pode ser uma expressão de elaboração psíquica.

Esses resultados, obtidos na análise de fotografias que ressoam vozes de um conjunto diverso de pessoas negras, expõem aspectos da neurose traumática da escravização que, em uma pesquisa futura, poderão ser aprofundados. Assim como procurei analisar uma das repercussões psíquicas desse regime para o grupo mencionado, é pertinente que estudos sobre o trauma e outros efeitos advindos da escravização e do racismo se detenham em coletivos que não são priorizados por esta investigação. Com isso, algumas questões poderão ser investigadas, começando por verificar se, e de que maneira, o trauma da escravização afeta outros grupos étnico-raciais, em especial, sujeitos brancos, modelo de humanidade desde a instauração da colonialidade/modernidade (Grosfoguel, 2016). É possível identificar novos efeitos em quem nunca teve a própria condição de sujeito avaliada? E ainda, como a leitura freudiana contribui para essa análise?

Essas interrogações que, assim como a pesquisa, estão em diálogo com o referencial teórico psicanalítico, reforçam a escolha de trabalhar com a perspectiva freudiana. Ainda que seja um desafio produzir uma investigação que mobiliza o conceito de trauma psíquico sem mencionar as contribuições de Freud, frequentemente, estudos que tangenciam esse tema também apresentam ou até priorizam as leituras de outros pensadores da psicanálise, como Sándor Ferenczi ou Jacques Lacan (Favero, 2009; Uchitel, 2011; Berta, 2012; Soler, 2021; Siqueira, 2021). Compreendo que esse percurso, que, inclusive, expõe disputas teóricas, também pode contribuir para a continuidade desta pesquisa.

No entanto, reconheço que a possibilidade acima, que chegou a ser objeto de discussão no início deste trabalho, não teve tanta notoriedade quanto o assunto que viria a ser discutido no capítulo final. A possibilidade de finalizá-lo com a temática do trauma – que, aliás, é o tema da pesquisa –, gerou alguns debates em espaços de construção de conhecimento, onde se apontou para a importância de analisar construções coletivas da população negra como um exemplo de resistência. Embora eu reconheça a relevância desse posicionamento, não deixo de considerar que ele pode sinalizar para a insuportabilidade da experiência traumática, até mesmo quando só temos notícias a seu respeito. Tal sugestão também pode manifestar a dificuldade de se perceber como alguém que, em alguma medida, contribui para esse processo devido à posição social que ocupa. Ou, em última instância, ela pode reiterar o

estereótipo racista segundo o qual pessoas negras são fortes o suficiente a ponto de que suas dores e sofrimentos demandem menos atenção.

Diante dessas interpretações, pareceu-me mais proveitoso manter a estrutura desta pesquisa da forma como ela é apresentada. Essa decisão, que também indica a necessidade de mais estudos sobre os desdobramentos da escravização a fim de que eles permeiem espaços de formação em psicologia e em psicanálise, por exemplo, não procura, em nenhum momento, conceber a neurose traumática como uma patologia. Novamente, o estudo do tema eleito nos permite compreender o modo como um fenômeno social pode ter afetado aqueles submetidos direta ou indiretamente a esse regime que, no entanto, não são os únicos impactados pelas violências coloniais e pela lógica que o sustentaram.

A propósito do percurso de pesquisa e do modo como os conteúdos são transmitidos, destaco a importância de ter integrado o grupo de estudos Escrivivência: corpus estético(s) em diferença, constituído na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência (IEA-USP) durante a titularidade da intelectual e escritora Conceição Evaristo. Essa participação contribuiu para que a minha compreensão sobre a escrevivência, como método de escrita e de inscrição de sujeitos excluídos historicamente no discurso social, e a (foto)escre(vivência), enquanto uma de suas dimensões, tal como as adoto, pudessem ser discutidas com maior rigor.

Para finalizar, gostaria de tecer uma última consideração em relação a este texto que segue as sessões de análise e ao título que ele carrega. Embora este seja o momento de reunir considerações finais sobre a pesquisa – o que, de alguma maneira, está sendo contemplado –, esse propósito pode ser pouco condizente mediante as questões tangenciadas por este trabalho, a começar com o fato de que a experiência traumática é indizível. Frente ao que não pode ser representado e ao entendimento de que, em última instância, uma análise, tal como ocorreu em momento anterior, é interminável – visto que o inconsciente permanece atuante mesmo com a cessação de alguns sintomas (Freud, 2010 [1937]) –, proponho uma despedida. Despeço-me com uma interrogação a fim de que ela seja retomada em outros trabalhos e, inclusive, a partir de outras perspectivas. Afinal, qual destino devemos atribuir à neurose traumática da escravização?

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Epílogo. *In*. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado e direito: a construção da raça. *In*: SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (Orgs.). **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Enedina Amparo. O corpo negro como uma abolição inacabada. **Revista Ambivalências**, Sergipe, v. 9, n. 7, p. 134-151, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v9n17p134-151>. Acesso em: 23 maio 2022.

ALVES LIMA, Rafael. Édipo negro: estrutura e argumento. **Acta Psicossomática**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://actapsicossomatica.com.br/ojs/index.php/acta/article/view/15/12>. Acesso em: 09 mar. 2022.

AMBRA, Pedro Eduardo Silva. **A noção de homem em Lacan**: uma leitura das fórmulas da sexuação a partir da história da masculinidade no Ocidente. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

AMBRA, Pedro Eduardo Silva. Diagnósticas sociais da branquitude. **Humanidades e Inovação**, v. 10, n. 4, p. 275-290, 2023: Psicanálise: atualidades e interfaces. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/862>. Acesso em: 02 mar. 2024.

AMBRA, Pedro Eduardo Silva. As pedras de Exu: a Psicanálise em Frantz Fanon e Lélia Gonzalez. São Paulo: **Revista Rosa**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/as-pedras-de-exu>. Acesso em: 08 mar. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

ASSIS, Geisa Karla Oliveira de. **Um estudo psicanalítico sobre as raízes do racismo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 95. 2021.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERTA, Sandra Leticia. **Um estudo psicanalítico sobre o trauma de Freud a Lacan**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BISPO, Fábio. Santos. Escrivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 26, p. e273037, 2023.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/agora/a/8syVs7ZYRZjXKzpfhpGNXdm/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 29 mar. 2024.

BISPO, Vilma Neres. **Trajetórias e olhares não-convexos das (foto)escre(vivências): condições de atuação e de (auto)representação de fotógrafas negras e de fotógrafos negros**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica “Celso Suckow da Fonseca”, Rio de Janeiro, 2016.

BISPO, Vilma Neres; SANTOS, Elisangela de Jesus. Leci e Januário: escrituras negras contemporâneas na música e fotografia. **Ideias**, v. 8, n. 2, p. 83–112, 2017.

DOI: 10.20396/ideias.v8i2.8651267. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8651267>. Acesso

em: 14 ago. 2023.

BOCCA, Pedro P.; PENIDO, Ana. Paulo Galo, o Borba Gato e o terrorismo à brasileira. **Brasil de Fato**, São Paulo. Opinião, 12 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/12/artigo-paulo-galo-o-borba-gato-e-o-terrorismo-a-brasileira>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 maio. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 1941.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRITO, Robson Di. Eustáquio Neves: um fotógrafo autoral. **Revista Canjerê**, [202-] Disponível em: <https://revistacanjere.com.br/eustaquio-neves-um-fotografo-autoral/>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRITTO, Glauce Helena de. Os dilemas são outros: uma entrevista com Eustáquio Neves, julho de 2019. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/fotografia-e-cinema/os-dilemas-sao-outros-uma-entrevista-com-eustaquio-neves>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Organização, apresentação e notas de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2008.

CARDOSO, Marta Rezende. Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade e ruptura. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 1, mar. 2011, pp. 70-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000100005>. Acesso em: 24 maio 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. O mito da democracia racial. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org). **Brasil & África do Sul: uma comparação**. São Paulo: Editora Sumaré: Idesp, 1996.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 24 out. 2022.

CASTIGO Público. *In*: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. Verbete da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5762/castigo-publico>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

CASTRO, Maurício Barros de. As cartas ao mar de Eustáquio Neves. *In*: (RE)EXISTÊNCIAS: 30º ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP. **Anais** [...] João Pessoa (PB) ANPAP, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/30ENANPAP2021/383420-AS-CARTAS-AO-MAR-DE-EUSTAQUIO-NEVES>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Eliane Silvia. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 276, 2012.

CRUZ, Elaine Patricia. Massacre do Carandiru completa 30 anos. Projeto na Câmara dos Deputados quer anistiar policiais envolvidos. **Agência Brasil**, São Paulo, 02 de outubro de 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-09/massacre-do-carandiru-completa-30-anos>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakak utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

DAMASCENO, Victoria. Com Borba Gato, prefeitura de São Paulo cria lista com 40 monumentos polêmicos; saiba quais são. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/com-borba-gato-prefeitura-de-sp-cria-lista-com-41-monumentos-polemicos-saiba-quais-sao.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2022.

DANTO, Elisabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DEIAB, Rafaela de Andrade. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Doi: 10.11606/D.8.2006.tde-04092007-123741. Acesso em: 05 dez. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 162, 1996.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: Duarte, Constância Lima. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Duarte, Constância Lima. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b.

EVARISTO, Conceição. Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural: depoimento [jun. 2017]. Entrevistadores: Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TVBRASIL, 2017a. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Marcio. Formação do povo brasileiro e a questão negra: uma leitura psicossocial. *In*: SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (Orgs.). **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

FAUSTINO, Deivison. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. *In*: BLAY, Eva Alterman (Org.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-110.

FAUSTINO, Deivison. Prefácio. *In*: DA SILVA, Maria Lúcia; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto. **Violência e subjetividade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018, p. 15-22.

FAVERO, Ana Beatriz. **A noção de trauma em psicanálise**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERENCZI, Sándor. Confusão de língua entre os adultos e a criança. *In*: **Obras completas** (A. Cabral, trad., v. 4, pp. 95-106). São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Trabalho original publicado em 1932).

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 08 out. 2008. **Ilustrada**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/inde08102008.htm>. Acesso em: 30 maio 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 29 jan. 2019. **Ilustrada**. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1624022882393921-exposicao-de-johann-moritz-rugendas>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREUD, Sigmund. Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim (1886). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 37-49.

FREUD, Sigmund. Prefácio à tradução das Conferências sobre as doenças do sistema nervoso, de Charcot (1886). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 53-56.

FREUD, Sigmund. Histeria (1888). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 75-96.

FREUD, Sigmund. Prefácio à tradução de de la suggestion, de Bernheim (1888-1889). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 109-124.

FREUD, Sigmund. Extratos de documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892-1899]). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 223-338.

FREUD, Sigmund. Um caso de cura pelo hipnotismo (1892-1893). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 159-171.

FREUD, Sigmund. Prefácio e notas de rodapé à tradução de Conferências das terças-feiras, de Charcot (1892-1894). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 175-187.

FREUD, Sigmund. Esboço a “Comunicação preliminar” de 1893 (1940-41 [1892]). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 191-198.

FREUD, Sigmund. A hereditariedade e a etiologia das neuroses (1896a). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1987, p. 135-148.

FREUD, Sigmund. A etiologia da histeria (1896b). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 187-215.

FREUD, Sigmund. Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa (1896c). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 159-183.

FREUD, Sigmund. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901). **Obras completas de Sigmund Freud**, v. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 274-326. (Obras completas, 19).

FREUD, Sigmund. Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”, 1905 [1901]). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. VI. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 173-320.

FREUD, Sigmund. Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses (1906). **Obras completas**, v. 6, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno (1908). **Obras completas**, v. 8, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, Sigmund. Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”, 1909). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. IX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 13-112.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913 [1913-1914]). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. XIII, Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914a). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. X. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 193-209.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914b). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-108.

FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos (1915a). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XII. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 51-81.

FREUD, Sigmund. O inconsciente (1915b). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XII. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 99-150.

FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915c). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XII. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 209-246.

FREUD, Sigmund. A fixação no trauma, o Inconsciente (1917a [1916-17]). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIII. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 364-380.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias à psicanálise (1917b [1916-17]). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIII. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 450-474.

FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”, 1918 [1914]). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIV. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-160.

FREUD, Sigmund. Introdução a psicanálise das neuroses de guerra (1919). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIV. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 382-388.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). **Obras psicológicas completas DE Sigmund Freud**, v. XIV. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 161-239.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XV. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-113.

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id (1923a). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. “Psicanálise” e “teoria da libido” (1923b). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XV. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 273-208.

FREUD, Sigmund. A negação (1925). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XV. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 275-282.

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia (1926). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 13-123.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (Carta a Einstein, 1932). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 417-435.

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias à psicanálise (1933). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 124-354.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo: três ensaios (1939 [1934-1938]). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 13-188.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GARGALHEIRA t2 # 7 - Eustáquio Neves. Entrevistado: Eustáquio Neves. Entrevistadores: Kleber Amancio e Matheus Gato. Produção: Kléber Amâncio, Matheus Gato, Lucas Nascimento e Gustavo Albi Lima. Braimstorm9, outubro de 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/32IzVHT8Aj3NkmTSbYVRWO>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GET OUT! Direção: Jordan Peele. Produção: Sean McKittrick, Jason, Blum, Edward H. Hamm Jr, Jordan Peele. Roteiro: Jordan Peele. Blumhouse Productions; Monkeypaw Productions; QC Entertainment, 2017. 1 DVD, (104 min.), color.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz Schwarcz. **Enciclopédia negra**. 1, ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In: Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, p. 127-138.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. **EL PAÍS Brasil**, São Paulo, 14 jan. 2021. Escravidão contemporânea. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 04 jun. 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GUERRA, Andréa Mária Campos. O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. **Revista Subjetividades**, v. 20, n. 2, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e9547>. Acesso em: 5 jun. 2022.

HERTZMAN, Marc Adam. Diferenças fatais: suicídio, raça e trabalho forçado nas Américas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-38, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67255>. Acesso em: 17 maio 2022.

ICONOGRAFIA. *In*: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo101/iconografia>. Acesso em: 29 abril 2024. Verbetes da Enciclopédia.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Testemunha ocular (2022a)**. Em foco: Luiz Morier. Disponível em: <https://testemunhaocular.ims.com.br/2022/05/21/luiz-morier/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Testemunha ocular (2022b)**. Em foco: Luiz Morier. Disponível em: <https://testemunhaocular.ims.com.br/2022/05/21/luiz-morier/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Testemunha ocular (2022c)**. Em foco: Ana Carolina Fernandes. Disponível em: <https://testemunhaocular.ims.com.br/2022/05/21/ana-carolina-fernandes/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Testemunha ocular (2022d)**. Em foco: Daniel Marengo. Disponível em: <https://testemunhaocular.ims.com.br/2022/05/21/daniel-marengo/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Testemunha ocular (2022e)**. Em foco: Marlene Bergamo. Disponível em: < <https://testemunhaocular.ims.com.br/2022/05/21/marlene-bergamo/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998, p. 96-103.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MALDONADO, Gabriela; CARDOSO, Marta Rezende. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 45-57, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 maio 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. **El País**, São Paulo, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MONTESANTI, Beatriz. Por que o divã se tornou o símbolo da psicanálise. **Nexo Jornal**, São Paulo, 14 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/14/por-que-o-diva-se-tornou-o-simbolo-da-psicanalise>. Acesso em: 04 mar. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

OLIVEIRA, Calila das Mercês. **Movimentos e (re)mapeamentos de mulheres negras na literatura brasileira contemporânea**. 2021. 220 f. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Registros de suicídios entre escravos em São Paulo e na Bahia (1847-1888): notas de pesquisa. *In*: Trabalho apresentado no 3º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2-4 maio 2007. Florianópolis. 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/ana%20maria%20galdini%20saulo.pdf>. Acesso em: 19 maio 2022.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371-388, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000200008>. Acesso em: 17 mai. 2022.

ORLANDI, Ana Paula. Conversa com Eustáquio Neves “Cartas ao mar”, março de 2018. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/brazilian-photographer-eustaquio-neves/>. Acesso em: 18 jane. 2024.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. *In*: PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lúcia. **Características Étnico-raciais da população, classificação e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PAULINO, Rosana. **Imagens de sombras**. 2011. 99 f. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Violencia colonial y daño subjetivo en el presente latinoamericano. *In*: G. A. García Lara, O. Cruz Pérez y J. Ocaña Zúñiga (coord.), **Sujetos y contextos de las violencias en América Latina**. Ciudad de México: Grañén Porrúa y Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, 2020, p. 27-53.

PAVÓN-CUÉLLAR, David; PARKER, Ian. Miséria, dialética e libertação. **Revista Desenvolvimento Social**. v. 26, n. 2, p. 102-121. jul/dez, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v26n2p102-121>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. **Histórias afro-atlânticas**: antologia. São Paulo: MASP, 2022.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Abril, 2010. (Clássicos Abril Coleções, vol. 24).

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras**: transmissão psíquica e pertencimentos. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *In*: Edgardo Lander (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. *In*: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; Trad. Wanderson Flor do Nascimento. **FLACSO**, 1992, pp. 437-449.

REIS FILHO, José Tiago dos. **Negritude e sofrimento psíquico**. 2005. 141 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Cristiane da Silva. **Tornar-se negro, devir sujeito**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022.

RODRIGUES, Manuel Augusto. A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 12, 1990, p. 89-109. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-8925_12_5. Acesso em: 10 mar. 2022.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 51- 52: Complexo de vira-latas.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2020.

ROSA, Miriam Debieux. **Psicanálise, política e cultura**: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. Tese (Livre-Docência – Departamento de Psicologia Clínica.) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ROUANET, Sérgio Paulo. Os traumas da modernidade. *In*: RUDGE, Ana Maria (org.). **Traumas**. 1. ed. São Paulo: Editora Escuta, 2006. p. 141-155.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RUBIN, Nani. O fotojornalismo na mira do IMS. **Instituto Moreira Sales**, 2022. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/o-fotojornalismo-na-mira-do-ims-por-nani-rubin/>. Acesso em: 29 maio 2022.

RUDGE, Ana Maria. Trauma e temporalidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. 2003, v. 6, n. 4, pp. 102-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47142003004008>. Acesso em: 9 mar. 2022.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 3-46, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.753>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SANTOS MENEZES, Paula; PINOL ÁLVAREZ, Estefania. A descolonização dos Museus e a restituição das obras de arte africanas: o debate atual na França. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 29, p. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/26686>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. **Série Antropologia (400)**, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. *In*: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; DA SILVA, Maria Lúcia. **O racismo e o negro no Brasil**: questões para psicanálise. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 71-89.

SILVA, Maria Lúcia da. Apresentação – Sankofa: um ato necessário no campo psicanalítico. *In*: GUERRA, Andréa Máris Campos; GOES E LIMA, Rodrigo. **A psicanálise em eclipse decolonial**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

SIQUEIRA, Fídias Gomes. **O genocídio da juventude negra brasileira e as trilhas do gozo racista**. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1, p. 117-149, 1983.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imagens da escravidão: o outro do outro (Séculos 16 ao 19) (2017). *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. **Histórias Afro-atlânticas**: antologia. São Paulo: Masp, p. 636-653, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre as imagens: entre a convenção e a ordem. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. A forma social negro brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SOLER, Colette. **De um trauma ao Outro**. São Paulo: Blucher, 2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STEVENSON, David. **1914 1918**: A história da Primeira Guerra Mundial. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2016.

TAVARES, Jeane. Suicídio na População Negra Brasileira: notas sobre mortes invisibilizadas. *In*: **Revista Brasileira de Psicologia**, Bahia, v. 4, n. 1, p. 73-75, 2017.

UCHITEL, Myriam. **Neurose traumática**: uma crítica do conceito de trauma. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

VERGÈS, Françoise. O museu sem objetos. *In*: **Aqui, numa coreografia de retornos, danças é inscrever no tempo**: publicação educativa da 35ª BIENAL DE SÃO PAULO. 1. ed. São Paulo: Bienal, 2023.

WESTIN, Ricardo. Delito de “vadiagem” é sinal de racismo, dizem especialistas. Agência Senado. 15 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ANEXO

AUTORIZAÇÃO/CESSÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador do CPF nº _____, domiciliado na cidade/estado _____, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ônus e restrição, à pesquisadora _____, portadora do CPF nº _____, a utilizar as imagens das séries _____ e _____ na pesquisa “O trauma decorrente da escravização da população negra africana e negradescendente no Brasil: da desumanização à continuidade na (in)diferença” - desenvolvida no Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), sob orientação do Profº Drº _____, portador do CPF nº _____, e na Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) -, e em trabalhos decorrentes, desde que citada a fonte.

A presente autorização e cessão são outorgadas livre e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo à autorizada qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado.

_____, _____ de _____ de _____.

Local e data

Assinatura